

# ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

**TRIBUTO** O secretário da Fazenda, Manoel Vitório, falou sobre o impacto do encerramento das atividades do complexo automobilístico na Bahia

## Saída da Ford gera queda de R\$ 500 mi na arrecadação

**ISSO É BAHIA**

JEFERSON JESUS\*

Além dos impactos econômicos causados pela pandemia, outro duro golpe sofrido pelo setor na Bahia foi o fechamento do complexo fabril da Ford, localizado em Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador. O cenário negativo se agrava com a ameaça de inflação e o fim do auxílio emergencial.

Segundo o secretário estadual da Fazenda, Manoel Vitório, a decisão da Ford causou espanto, tendo em vista o anúncio inesperado. Em entrevista ao programa "Isso é Bahia", da Rádio A TARDE FM, na manhã de ontem, o titular da pasta revelou surpresa com o fechamento responsável por milhares de demissões.

Segundo Vitório, o real efeito da saída da Ford na economia ainda não foi calculado, no entanto, em impostos diretos, a saída da empresa do Estado representa uma redução de R\$ 500 milhões por ano.

"Nós não tínhamos nenhum indicativo sobre isso. Sabíamos que o setor está passando por uma transformação muito grande, mas, até o ano passado, estávamos conversando com a direção sobre a manutenção dos incentivos fiscais. Enfim, não tinha pleito não atendido deles aqui", afirmou durante a entrevista.

De acordo com o secretário, a Bahia, agiu de forma antecipada em relação aos



Vitório concedeu entrevista na Rádio A TARDE FM

**“Até o ano passado, estávamos conversando com a direção (da Ford) sobre a manutenção dos incentivos fiscais. Enfim, não tinha pleito não atendido deles aqui”**

MANOEL VITÓRIO, sec. da Fazenda

possíveis danos gerados pela pandemia do novo coronavírus. "A pandemia, já em 2019, despontava na China, através dos relatórios, vimos que poderia se espalhar globalmente. Acho que o grande sucesso do governador Rui Costa foi antecipar os acontecimentos e estudar o cenário. Logo que começamos 2020, fizemos uma reunião com a exposição e fizemos uma projeção do que acreditávamos que poderia acontecer, mesmo antes da chegada do vírus aqui. Houve um aperto geral de cintos", contou.

Avaliando a chegada de Arthur Lira e Rodrigo Pacheco, eleitos, nesta segunda-feira, 1º, presidentes da Câmara e do Senado, respectivamente, Vitório frisou a

importância do auxílio emergencial no período pandêmico mais intenso e espera que o projeto seja mantido pelo menos até o fim do primeiro semestre de 2021.

"Algo que nos deu um alento foi o auxílio emergencial. A população conseguiu ter acesso a uma renda extra, que garantiu um subsídio mínimo para eles. Isso atenuou um pouco a pobreza e fez rodar um pouco mais a economia, o que acaba se revertendo em arrecadação também. Essas pessoas que assumiram, tinham um planejamento de continuidade do auxílio emergencial, que para economia do Brasil e dos baianos, seria muito importante. Pelo menos pelos próximos seis meses", observou.

### Balanco de 2020

O gestor também fez um balanço do ano que passou e explica o planejamento executado pela pasta em um ano com diversos problemas na economia e almeja uma recuperação com a assistência da União.

"Fechamos 2020 dentro do que planejamos. Tínhamos três cenários: um mais otimista, um intermediário e um pessimista. Fechamos no intermediário. O estado da Bahia está melhorando seu conceito em capacidade de pagamento. A Bahia voltará a ter condições de empréstimos com o aval da União. Mesmo sem essa condição, continuamos com o segundo estado que mais investe no Brasil, atrás apenas de São Paulo", salientou.

\*SOB SUPERVISÃO DO EDITOR VINÍCIUS RIBEIRO

### NEGÓCIOS

## Número de empresas abertas no Brasil aumentou 6% em 2020

LUCIANO NASCIMENTO  
Agência Brasil, Brasília

O número de empresas abertas em 2020 aumentou 6% em relação ao ano de 2019. É o que mostra o boletim anual do Mapa de Empresas, divulgado ontem pelo Ministério da Economia. No ano passado, foram abertas 3.359.750 empresas no país e fechadas 1.044.696, o que deixou um saldo positivo de 2,3 milhões de empreendimentos ativos. O número de empresas fechadas também apresentou uma queda de 11,3% em relação ao ano anterior.

No total, o país fechou 2020 com 19.907.733 empresas ativas, o que representa crescimento de 3,2% em relação ao segundo trimestre (maio a agosto) de 2020. Segundo a pasta, o número reflete as medidas tomadas pelo governo para facilitar a abertura de empresas em meio à pandemia da Covid-19, que levou muitas pessoas a buscarem no próprio negócio uma oportunidade para gerar renda.

São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro são os estados que têm mais empresas ativas, com quase 50%. O secretário de Governo Digital do Ministério da Economia, Luís Felipe Monteiro lembrou que a maior parte dos empreendimentos está no

setor terciário.

"Nessas empresas abertas há uma predominância daquelas que atuam no setor terciário da economia, especialmente comércio e prestação de serviços, que são mais de 80% de empreendimentos ativos no seguimento", disse Monteiro.

O boletim mostra ainda que a maioria das novas empresas e de microempreendedores individuais (MEI). Foram registrados 11.262.384 MEIs ativos no final do terceiro trimestre de 2020, dos quais 2.663.309 abertos em 2020. Um crescimento de 8,4% em relação ao mesmo período de 2019.

### Mais MEIs

De acordo com a subsecretaria de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, Empreendedorismo e Artesanato, Antonia Tallarida, os dados dos últimos anos mostram que a abertura

**A abertura de uma empresa na Bahia leva, em média, seis dias e 20 horas**

de MEIs tem elevado a taxa total de empresas abertas. Com isso, a taxa de representação total dos MEIs tem se elevado nas medições.

"Em 2019 os micro empreendedores individuais representavam 77,6% dos negócios abertos e, em 2020, a gente atingiu a marca de que 79,3% dos negócios abertos são MEIs", disse.

Segundo o boletim, no terceiro trimestre do ano passado o tempo médio para a abertura de uma empresa foi de dois dias e 13 horas o tempo médio para a abertura de empresas no terceiro trimestre de 2020. Em janeiro de 2019, o tempo médio era de cinco dias e nove horas.

Entre os estados, Goiás é que apresenta o menor tempo médio para a abertura de empresas, e onde é possível registrar um empreendimento em um dia e duas horas. Na sequência, aparece Sergipe, com o tempo médio de um dia e cinco horas para a abertura da empresa.

Já os estados com o maior prazo de tempo para a abertura de um empreendimento são: O Rio Grande do Sul, onde se leva em média três dias e 20 horas para abrir uma empresa e Bahia, onde se leva, em média, seis dias e 20 horas. O estado, entretanto vem apresentando uma evolução.

### FINANÇAS

## BB abrirá 14 agências voltadas para agronegócio

AGÊNCIA BRASIL  
Brasília

Os produtores rurais de seis estados poderão contar com atendimento especializado do Banco do Brasil (BB). Até o fim de março, a instituição financeira abrirá 14 agências voltadas para o agronegócio.

As novas agências funcionarão nas seguintes cidades: Rio Verde (GO), Sorriso (MT), Dourados (MS), Cascavel (PR), Maringá (PR), Londrina (PR), Ponta Grossa (PR), Ijuí (RS), Santa Maria (RS), Passo Fundo (RS), Aracatuba (SP), Presidente Prudente (SP), Ribeirão Preto (SP) e Franca (SP).

Atualmente, o BB tem quatro agências do tipo: em Goiânia, Uberlândia (MG), Campo Grande (MS) e Campo Mourão (PR).

O Banco do Brasil também intensificará o atendimento por gerentes especializados em agronegócio, com o reforço de 276 profissionais voltados para o setor. Segundo a instituição financeira, o número de clientes com atendimento especializado saltará de 158 mil para 227 mil.



## Estamos mais próximos da Reforma Administrativa?

Desde o ano passado, a Associação Comercial da Bahia (ACB) vem atuando através de um movimento em prol da Reforma Administrativa do estado brasileiro. Diante da maior divulgação do tema, o movimento está atraindo atenção local e nacionalmente.

Na Bahia, entidades econômicas de destaque estão aderindo a esta luta, como o Grupo de Líderes Empresariais (LIDE-BA), Fórum Empresarial da Bahia, Sebrae, Instituto Miguel Calmon (IMIC), Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), Fecomércio, Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado da Bahia (FCDL-BA), Federação das Associações Comerciais do Estado da Bahia (FACB), Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Associação Brasileira de Agências de Publicidade (ABAP-BA), Sindicato do Comércio de Combustíveis, Energias Alternativas e Lojas de Conveniências do Estado da Bahia (Sindicombustíveis-BA).

Este ano, entidades de diversas partes do país começaram a aderir ao projeto, como o Grupo de Líderes Empresariais do Mato Grosso (LIDE-MT). Além disso, a ACB já está em contato com outros estados interessados em aderir ao nosso movimento.

O momento é de aproveitar a definição dos novos nomes que passarão a comandar o Senado e a Câmara dos Deputados - Rodrigo Pacheco (DEM/MG) e Arthur Lira (PP/AL), respectivamente. "A chegada de ambos, em meio a um cenário conturbado no âmbito nacional, traz à tona algumas resoluções ainda pendentes, entre elas, as reformas tributária e administrativa, que no discurso inaugural de Lira já foram colocadas enquanto prioridades do seu mandato", declara o vice-presidente da ACB, Paulo Cavalcanti.

"Enquanto ativista da função social da empresa, acredito que este movimento pertence a empresários, trabalhadores dos setores públicos e privados, gestores públicos comprometidos com o desenvolvimento social e econômico do Brasil. Nossa intenção é unir toda a sociedade, estimular a participação para transformar o país. Melhores serviços, preços justos e bem-estar, são direitos que precisamos conquistar", complementa Cavalcanti.

Publicada às quartas-feiras, a coluna mostra a atuação da Associação Comercial da Bahia na defesa do empresariado baiano

### ENERGIA

## Produção de petróleo no País cresceu 5,5%

VINÍCIUS LISBOA

Agência Brasil, Rio de Janeiro

A produção de petróleo no Brasil cresceu 5,5% em 2020, segundo o Boletim Mensal de Produção de Petróleo e Gás, divulgado ontem pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Desde 2016, a alta acumulada chega a 17,1%. A publicação também informa que a produção de gás natural aumentou 4,1% em relação a 2019, e que, desde 2016, subiu 23,1%.

O boletim divulgado ontem pela ANP traz dados sobre o mês de dezembro e consolida as informações sobre o ano de 2020. A produção média de petróleo no país chegou a 2,94 milhões de barris por dia em 2020, enquanto a de gás natural atingiu 127 milhões de metros cúbicos por dia. Em 2016, o país produzia em média 2,509 milhões de barris de petróleo e 104 milhões de metros cúbicos de gás.

O Rio de Janeiro respondeu por 79,3% da produção nacional de petróleo e 55,8% da de gás natural, os maiores percentuais desde 2016. Naquele ano, 66,9% do petróleo e 43,8% dos gás natural do país saíram do Rio.

São Paulo tem a segunda maior fatia nos dois casos, com 9,1% para o petróleo e 15% para o gás. Em termos percentuais, a produção paulista perdeu espaço em

relação a 2016, quando respondia por 11,2% do petróleo e 15,4% do gás.

Depois de ter assumido a liderança em 2018, a Bacia de Santos ampliou sua vantagem em 2020, quando chegou a 66% da produção de petróleo e 67,3% da produção de gás do país.

### Queda em dezembro

Apesar da alta anual, a produção de petróleo teve queda em dezembro, com uma redução de 1% em relação a novembro e de 12,2% em relação a dezembro de 2019. Já no caso do gás natural houve aumento de 0,5% ante novembro e de 7,8% na comparação com dezembro de 2019.

Os campos operados pela Petrobras, com ou sem parceiros, responderam por 93,7% da produção brasileira de petróleo e gás natural naquele mês. Quando considerados apenas os campos com participação exclusiva da estatal, o percentual é de 38,3%.

**Produção média de petróleo no país chegou a 2,94 milhões de barris por dia em 2020**

## Bahia vai perder R\$ 500 mi em tributos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Além dos impactos econômicos causados pela pandemia do novo **coronavírus**, outro duro **golpe** sofrido pelo setor na Bahia foi o fechamento do complexo fabril da montadora Ford, localizado no município de Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador. O cenário negativo se agrava ainda

mais com a ameaça de inflação e o fim do auxílio emergencial.

Em entrevista ao programa Isso é Bahia, da Rádio A TARDE FM, na manhã de ontem, o secretário estadual

da Fazenda, **Manoel Vitório**, revelou surpresa com a decisão que acarretou milhares de demissões.

'Nós não tínhamos nenhum indicativo sobre isso. Sabíamos

que o setor está passando por uma transformação muito grande, mas, até o ano passado, estávamos conversando com a direção [da Ford] sobre a manutenção dos incentivos fiscais. Enfim, não tinha pleito não atendido deles aqui', afirmou.

Ainda segundo Vitório, o real efeito da saída da Ford na **economia** baiana ainda não foi calculado, no entanto, em impostos diretos, o encerramento das atividades da empresa no estado representa uma redução de R\$ 500 milhões por ano na **arrecadação**.

O gestor também fez um balanço do ano que passou.

'Fechamos 2020 dentro do que planejamos. Tínhamos três cenários: um mais otimista, um intermediário e um pessimista. Fechamos no intermediário. O estado da Bahia está melhorando seu conceito em capacidade de pagamento. AÀ Bahia voltará a ter condições de empréstimos com o aval da União. Mesmo sem essa condição, continuamos como o segundo estado que mais investe no Brasil, atrás apenas de São Paulo', salientou.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Economia | SSP - Secretaria da Segurança Pública - Golpe | SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Coronavírus | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vítório, Arrecadação

## Saída da Ford da Bahia representa queda de R\$ 500 milhões em impostos, diz secretário estadual da Fazenda - Nossa Metrópole



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Além dos impactos econômicos causados pela pandemia, outro duro **golpe** sofrido pelo setor na Bahia foi o fechamento do complexo fabril da Ford, localizado em Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador. O cenário negativo se agrava com a ameaça de inflação e o fim do auxílio emergencial.

Segundo o secretário estadual da Fazenda, **Manoel Vitório**, a decisão da Ford causou espanto, tendo em vista o anúncio inesperado. Em entrevista ao programa 'Isso é Bahia', da Rádio A TARDE FM, na manhã desta terça-feira, 2, o titular da pasta revelou surpresa com o fechamento responsável por milhares de demissões.

-Publicidade-

'Nós não tínhamos nenhum indicativo sobre isso. Sabíamos que o setor está passando por uma transformação muito grande, mas, até o ano passado, estávamos conversando com a direção sobre a manutenção dos incentivos fiscais. Enfim, não tinha pleito não atendido deles aqui', afirmou durante a entrevista.

Ainda segundo Vitório, o real efeito da saída da Ford na economia ainda não foi calculado, no entanto, em impostos diretos, a saída da empresa do Estado representa uma redução R\$ 500 milhões por ano.

Pandemia e auxílio

De acordo com o secretário, a Bahia agiu de forma antecipada em relação aos possíveis danos gerados pela pandemia do novo coronavírus. 'A pandemia, já em 2019, despontava na China, através dos relatórios, vimos que poderia se espalhar globalmente. Acho que o grande sucesso do governador **Rui Costa** foi antecipar os acontecimentos e estudar o cenário. Logo que começou 2020, fizemos uma reunião com a exposição e fizemos uma projeção do que acreditávamos que poderia acontecer, mesmo antes da chegada do vírus aqui. Houve um aperto geral de cintos', contou.

Avaliando a chegada de Arthur Lira e Rodrigo Pacheco, eleitos, nesta segunda-feira, 1º, presidentes da Câmara e do Senado, respectivamente, Vitório frisou a importância do auxílio emergencial no período pandêmico mais intenso e espera que o projeto seja mantido pelo menos até o fim do primeiro semestre de

2021

da Fazenda - Manoel Vitório, Arrecadação

'Algo que nos deu um alento foi o auxílio emergencial. A população conseguiu ter acesso à uma renda extra, que garantiu um subsídio mínimo para eles. Isso atenuou um pouco a pobreza e fez rodar um pouco mais a economia, o que acaba se revertendo em **arrecadação** também. Essas pessoas que assumiram, tinham um planejamento de continuidade do auxílio emergencial, que para economia do Brasil e dos baianos, seria muito importante. Pelo menos pelos próximos seis meses', observou.

#### Planejamento

O gestor também fez um balanço do ano que passou e explica o planejamento executado pela pasta em um ano com diversos problemas na economia e almeja uma recuperação com a assistência da União.

'Fechamos 2020 dentro do que planejamos. Tínhamos três cenários: um mais otimista, um intermediário e um pessimista. Fechamos no intermediário. O estado da Bahia está melhorando seu conceito em capacidade de pagamento. A Bahia voltará a ter condições de empréstimos com o aval da União. Mesmo sem essa condição, continuamos como o segundo estado que mais investe no Brasil, atrás apenas de São Paulo', salientou.

#### A Tarde

**Assuntos e Palavras-Chave:** SSP - Secretaria da Segurança Pública - Golpe | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria

## RUI COSTA ANUNCIA FUNDO INICIAL DE R\$ 250 MILHÕES PARA ACELERAR OBRA DA PONTE SALVADOR-ITAPARICA

OBJ

admin 2 Fevereiro, 2021

O governador da Bahia, Rui Costa, afirmou hoje (2), que o estado receberá R\$ 250 milhões nos próximos dias para a acelerar a construção da ponte Salvador – Itaparica. A informação foi revelada em uma live de reabertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa da Bahia, com o novo presidente da Casa, o deputado estadual Adolfo Menezes. O dirigente informou que terá, nos próximos dias, uma reunião com o secretário da Fazenda, Manoel Vitório da Silva Filho, com o intuito de concretizar o projeto o mais rapidamente possível.

O representante estadual afirmou que serão depositados R\$ 250 milhões no fundo da obra para que o consórcio formado pelas empresas China Communications Construction Company (CCCC Ltd), CCCC South America Regional Company (CCCCSA) e China Railway 20 Bureau Group Corporation (CR20), “acelere o ritmo dos estudos para que, ainda este ano, as primeiras máquinas cheguem e as obras comecem”. “O contrato do projeto da construção da ponte já foi assinado”, lembrou o dirigente. O investimento total será de R\$ 7 bilhões. Rui Costa explica que a ponte ira beneficiar e movimentar bastante a economia local, pois o transporte vai ser facilitado, com o “encurtamento de distancias”.

Foto: Divulgação

Veículo: Bocão News	
Data: 02/02/2021	



## **Governador diz que Estado depositou primeiros R\$ 250 mi no fundo garantidor da ponte Salvador-Itaparica**



02 de Fevereiro de 2021 às 11:17 Por: Divulgação Por: João Brandão

O governador da Bahia, Rui Costa, disse nesta terça-feira (2) que o Estado depositou os primeiros R\$ 250 milhões no Fundo Garantidor do Aporte da Ponte Salvador-Itaparica, que é destinado aos contratos de Parceria Público-Privada (PPP) para a execução das obras e dos serviços de construção, operação e manutenção da estrutura.

"O secretário da Fazenda me comunicou que já foi depositado no fundo garantidor da ponte R\$ 250 milhões para a empresa. Uma vez cumprido, dando todas as garantias, a empresa acelera o ritmo dos projetos, dos estudos, para ainda este ano ver as primeiras máquinas chegarem", pontuou.

O fundo foi sancionado no dia 12 de janeiro deste ano pelo governador. A construção da ponte deve ter cerca de 7 mil funcionários e é possível começar entre setembro e outubro deste ano, com a expectativa da chegada da vacinação em massa.

## Reta final para pagamento do IPVA com 10% de desconto



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Telegram

Viber

Faltam poucos dias para os motoristas baianos aproveitarem o desconto de 10% no pagamento, em cota única, do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), que vence no dia 10 de fevereiro. O pagamento pode ser feito em qualquer agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, ou pelo aplicativo do banco no smartphone, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Facebook

Caso o contribuinte perca o prazo, existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão do imposto, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo.

Twitter

WhatsApp

Outra possibilidade é o parcelamento do **IPVA** em três vezes, bastando, para isso, observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Email

Pinterest

Todas as informações poderão ser consultadas por meio do site [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br), Canal Inspeção Eletrônica, **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), no 0800 071 0071.



## da Fazenda - Arrecadação,IPVA

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

### Redução do valor

Os contribuintes vão pagar em 2021, em média, cerca de 3,2% a menos no valor do **IPVA**. A redução mais significativa é de 5% para os automóveis. O imposto dos utilitários registra queda de 4,7%, e o dos ônibus e micro-ônibus de 2,7%. Os caminhões irão pagar menos 1,8% e para as motos a queda é de 1,7%. A pesquisa foi realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos preços praticados em outubro de 2020. As informações estarão disponíveis também no [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br).

A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos, e o **IPVA** constitui a segunda fonte de **arrecadação** tributária do **Governo do Estado**. O valor arrecadado com o imposto é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado. Diferente da maioria dos Estados, que iniciam o calendário de pagamento do **IPVA** em janeiro ou fevereiro, na Bahia o imposto começa a ser quitado no final do mês de março, para os proprietários de automóveis com placas terminadas em 1 e 2. O cronograma se estende até o final do mês de setembro. (Bahia Valor )

**Assuntos e Palavras-Chave:** SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria

## RETA FINAL PARA PAGAMENTO DO IPVA COM 10% DE DESCONTO



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O abatimento vale até o dia 10 de fevereiro, para pagamento em cota única.

Ascom Sefaz , Salvador | 02/02/2021 às 10:22

Faltam poucos dias para os motoristas baianos aproveitarem o desconto de 10% no pagamento, em cota única, do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), que vence no dia 10 de fevereiro. O pagamento pode ser feito em qualquer agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, ou pelo aplicativo do banco no smartphone, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Caso o contribuinte perca o prazo, existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento

padrão do imposto, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo.

Outra possibilidade é o parcelamento do **IPVA** em três vezes, bastando, para isso, observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Todas as informações poderão ser consultadas por meio do site [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br), Canal Inspetoria Eletrônica, **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), no 0800 071 0071.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

Redução do valor

Os contribuintes vão pagar em 2021, em média, cerca de 3,2% a menos no valor do **IPVA**. A redução mais significativa é de 5% para os automóveis. O imposto dos utilitários registra queda de 4,7%, e o dos ônibus e micro-ônibus de 2,7%. Os caminhões irão pagar menos

1,8% e para as motos a queda é de 1,7%. A pesquisa foi realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos preços praticados em outubro de 2020. As informações estarão disponíveis também no [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br).

A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos, e o **IPVA** constitui a segunda fonte de **arrecadação** tributária do **Governo do Estado**. O valor arrecadado com o imposto é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado. Diferente da maioria dos Estados, que iniciam o calendário de pagamento do **IPVA** em janeiro ou fevereiro, na Bahia o imposto começa a ser quitado no final do mês de março, para os proprietários de automóveis com placas terminadas em 1 e 2. O cronograma se estende até o final do mês de setembro.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação, IPVA

Veículo: Gov Bahia	
Data: 02/02/2021	



## Reta final para pagamento do IPVA com 10% de desconto

2 fevereiro 2021



Foto: Camila Souza/GOVBA

Faltam poucos dias para os motoristas baianos aproveitarem o desconto de 10% no pagamento, em cota única, do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), que vence no dia 10 de fevereiro. O pagamento pode ser feito em qualquer agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, ou pelo aplicativo do banco no smartphone, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Caso o contribuinte perca o prazo, existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão do imposto, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo.

Outra possibilidade é o parcelamento do IPVA em três vezes, bastando, para isso, observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Todas as informações poderão ser consultadas por meio do site [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br), Canal Inspeção Eletrônica, IPVA, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), no 0800 071 0071.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

### Redução do valor

Os contribuintes vão pagar em 2021, em média, cerca de 3,2% a menos no valor do IPVA. A redução mais significativa é de 5% para os automóveis. O imposto dos utilitários registra queda de 4,7%, e o dos ônibus e micro-ônibus de 2,7%. Os caminhões irão pagar menos 1,8% e para as motos a queda é de 1,7%. A pesquisa foi realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos preços praticados em outubro de 2020. As informações estarão disponíveis também no [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br).

A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos, e o IPVA constitui a segunda fonte de arrecadação tributária do Governo do Estado. O valor arrecadado com o imposto é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado. Diferente da maioria dos Estados, que iniciam o calendário de pagamento do IPVA em janeiro ou fevereiro, na Bahia o imposto começa a ser quitado no final do mês de março, para os proprietários de automóveis com placas terminadas em 1 e 2. O cronograma se estende até o final do mês de setembro.

***Fonte: Ascom/Sefaz***

## Sindicato solicita antecipar vacinação para professores

**PEDIDO À ALBA** O Sindicato dos Professores do Estado da Bahia (Sinpro) pediu ontem que o retorno das atividades escolares presenciais só ocorra com a vacinação dos professores e que esses profissionais sejam priorizados na vacinação. O pedido foi apresentado ao presidente da comissão especial para avaliação dos impactos da pandemia da covid-19, o deputado estadual Angelo Almeida, para buscar uma interlocução junto à Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) e ao governo do estado.

Para o Sinpro, a forma mais segura do ponto de vista médico-sanitário para impedir um maior avanço e proliferação da pandemia de covid-19 é a vacinação, sendo necessário incluir os docentes nas prioridades.

O sindicato pediu ajuda também para o setor privado de Educação a fim de manter os empregos e a renda dos profissionais, “reconhecendo os esforços destes trabalhadores desde o ano de 2020, quando, na sua maioria, passaram por reduções de salário e/ou suspensões de contrato”.

**ECONOMIA**

# Produção industrial no país fecha 2020 com tombo de 4,5%

**CRISE** A produção industrial brasileira encerrou 2020 com um tombo de 4,5%, apontam os dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este foi o segundo ano de recuo da indústria nacional - em 2019 ela havia recuado 1,1% - e o pior resultado desde 2016.

A queda acumulada no ano ocorreu apesar de a produção industrial ter registrado, em dezembro, o oitavo mês seguido de alta. "É claro que há uma melhora da produção industrial, mas ainda há muito espaço para ela crescer e não é em função das perdas provocadas pela pandemia, inclusive porque este é o segundo ano seguido de queda. É algo que vem de

anos", enfatizou o gerente da pesquisa, André Macedo.

O recuo na produção foi disseminado em todo o setor industrial do país. Todas as quatro grandes categorias econômicas da indústria tiveram resultados negativos. Mas, foi a produção automotiva que mais impactou no resultado geral. O resultado para cada uma das quatro categorias da indústria foi: bens duráveis (-19,8%), Bens de capital (-9,8%), bens de consumo (-8,9%) e bens intermediários (-1,1%).

A queda de bens duráveis foi puxada, segundo o IBGE, pela fabricação de automóveis, que recuou 34,6% no ano. Considerando o segmento de veículos automotores, reboques e carrocerias, a que-



A fabricação de automóveis no país recuou quase 35% no ano passado, segundo pesquisa do IBGE

da foi de 28,1%. O gerente da pesquisa apontou que a categoria de bens de capital também tem influência na produção de veículos.

"Ambas têm a dinâmica de produção muito associada à indústria de automotores. No

caso da primeira, com influência dos automóveis, como os carros, e no caso da segunda, os equipamentos de transporte, como caminhões", explicou. Macedo destacou que o segmento de veículos automotores, rebo-

ques e carrocerias acumulou alta de 1.308,1% nos últimos oito meses, eliminando a perda de 92,3% registrada no período de março e abril de 2020. Ainda assim, não foi suficiente para garantir fechar o ano no campo positivo.

## Jeff Bezos deixará posto de CEO da Amazon no segundo semestre

**MUDANÇA** A Amazon anunciou ontem que seu fundador e CEO Jeff Bezos deixará o cargo até o terceiro trimestre de 2021. O novo líder executivo da companhia será Andy Jassy, que atualmente comanda a Amazon Web Services (AWS), o importante braço de serviços de armazenamento e processamento de dados da empresa.

O bilionário continuará na Amazon, mas ocupará o cargo de presidente-executivo do conselho. Bezos disse que, assim, terá mais tempo e energia para focar no jornal Washington Post, do qual também é dono, na Blue Origin, sua empresa aeroespacial, e em suas entidades filantrópicas Day One Fund e Earth Fund.

"No papel de presiden-

te-executivo do conselho, eu pretendo focar minhas energias e atenção em novos produtos e iniciativas que estão começando", escreveu Bezos em uma carta aos funcionários.

A mudança ocorre 27 anos após Bezos começar a Amazon, em 1994, ainda como uma loja online de livros chamada de Cadabra. De lá para cá, o empresário acumulou uma fortuna hoje avaliada em US\$ 196,4 bilhões. Bezos foi considerado nos 3 últimos anos a pessoa mais rica do mundo pela Forbes. Em agosto passado, com a alta nas vendas da Amazon durante a pandemia, ele chegou a ser a primeira pessoa a alcançar US\$ 200 milhões, cerca de R\$ 1 trilhão, ainda de acordo com a Forbes.

## VENDA DE VEÍCULOS TEM QUEDA EM JANEIRO

**RETRAÇÃO** A quantidade de veículos - automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus, motocicletas e implementos rodoviários - vendida no país em janeiro foi de 274.093 unidades, 8,16% a menos do que ao registrado no mesmo mês do ano passado. Em relação a dezembro de 2020, as vendas tiveram retração ainda maior, de 24,52%. Os dados foram divulgados ontem pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave).

**LIQUIDA SALVADOR 2021**  
29/01 A 08/02

**VERÃO DE PREÇOS BAIXOS E PRÊMIOS PRA VOCÊ!**

**01 MERCEDES-BENZ C180**

**COMPRE, CADASTRE E CONCORRA!**  
APPLIQUIDASALVADOR.COM.BR  
LEIA O QR CODE

DAEWOO CONSTRUÇÃO S/A

---

VERBA DA FORD PARA AFRICANOS

**US\$ 1 BILHÃO**

**é quanto a Ford vai investir** em suas operações de África do Sul, incluindo recursos para ampliação de capacidade de fabricação da picape Ranger. O anúncio foi feito poucos dias após a companhia anunciar o fechamento de todas as suas fábricas no Brasil



## Níquel de mina do Sul da Bahia é exportado para a China

**PRIMEIRO EMBARQUE** A Atlantic Nickel - única empresa no Brasil produtora de níquel sulfetado, matéria-prima fundamental na fabricação de baterias para carros elétricos - realizou o primeiro embarque de 2021 para exportação de sua produção pelo Porto de Ilhéus, no Sul da Bahia. O navio com o primeiro carregamento de 2021 partiu transportando quase 10 mil toneladas de concentrado de níquel em direção ao Porto de Xingang, na China.

Após alcançar a marca de 67,7 mil toneladas de concentrado de níquel direcionadas ao mercado internacional em 2020, a empresa inicia o ano cumprindo os cronogramas e metas de produção para atender à crescente demanda do mercado mundial da eletrificação. Os resultados são fruto de uma operação que emprega mais de 1.700 pessoas em Itagibá, valorizando a mão de obra local e proporcionando distribuição de renda.

Grande propulsor da expansão do segmento de veículos elétricos em escala mundial, o níquel proporciona a adoção de fontes de energia alternativas à combustão, permitindo o avanço do desenvolvimento tecnoló-



Empresa exportou 10 mil toneladas de concentrado de níquel

gico sustentável.

Controlada pelo grupo Appian Capital Brazil, a Atlantic Nickel completou, no dia 15 de outubro de 2020, um ano de operação em Itagibá, onde vem atuando na extração do minério. São mais de 1.700 empregos diretos gerados pelo negócio e R\$ 151 milhões injetados em compras e contratos com fornecedores da Bahia de 2018 a 2020.

A projeção da companhia é dobrar a capacidade produtiva, com o início da operação subterrânea na Mina Santa Rita, prevista para 2028, o que vai elevar o tempo de vida útil da mina de oito para 34 anos (8 anos de

mina a céu aberto mais 26 anos de mina subterrânea). De acordo com a Avaliação Econômica Preliminar, cerca de US\$ 355 milhões devem ser investidos nos primeiros cinco anos desta nova fase.

Para além disso, a Atlantic Nickel já comemora a recente descoberta de um novo depósito com potencial significativo de recursos de níquel a apenas 26 km de distância, e no mesmo cinturão geológico, de onde já funciona a Mina Santa Rita. A proximidade desta nova área com a infraestrutura em operação, somada à viabilidade de integração logística, apontam para o sucesso dos estudos de expansão.

**1.700**

é o total de empregos diretos gerados pela Atlantic Nickel no município de Itagibá, na Bahia

Dólar comercial recua para R\$ 5,355; Bolsa sobe 0,61%

**MERCADO** No dia seguinte à escolha dos novos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, o dólar teve forte queda e fechou no menor valor em uma semana. A moeda americana encerrou ontem vendida a R\$ 5,355, com queda de R\$ 0,095 (-1,74%). A divisa operou em baixa durante todo o dia, chegando a cair para R\$ 5,34 na mínima da sessão, por volta das 14h. A cotação fechou no menor nível desde

26 de janeiro, quando encerrou a R\$ 5,327.

No mercado de ações, o dia foi marcado por ganhos. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 118.234 pontos, com alta de 0,61%. Por volta das 11h30, o indicador chegou a 119,8 mil pontos, com 1,95% de valorização, mas não sustentou os ganhos durante a tarde.

A vitória de Arthur Lira (PP-AL) para a presidência da Câmara e de Rodrigo Pa-

checo (DEM-MG) para comandar o Senado foi bem recebida pelos mercados. O ambiente externo também ajudou. A queda de novos casos de covid-19 pela terceira semana consecutiva nos Estados Unidos e a perspectiva de aprovação de um pacote de estímulos de US\$ 1,9 trilhão para a economia norte-americana impulsionaram as bolsas norte-americanas, como reflexos em todo o mundo.

Comitiva do governo e do TCU visitará países que já utilizam rede 5G

**TECNOLOGIA** O ministro das Comunicações, Fábio Faria, vai liderar uma comitiva do governo e do Tribunal de Contas da União (TCU) que fará uma viagem internacional a cinco países - China, Coreia do Sul, Japão, Suécia e Finlândia - que já utilizam o 5G e concentram algumas das principais empresas fornecedoras de equipamentos para a tecnologia de quinta geração.

A comitiva do governo embarcou ontem e a previsão é de retorno ao Brasil no dia 13. "Vamos visitar todas as empresas e ter reuniões governamentais com ministros das telecomunicações de infraestrutura", disse o ministro. Três ministros do TCU - Bruno Dantas, Walton Alencar Rodrigues e Vital do Rêgo - irão acompanhar a comitiva de Fábio Faria na viagem internacional. A presença

**A tecnologia 5G promete velocidades até 20 vezes superiores ao 4G e permite um consumo maior de vídeos, jogos**

deles é importante, porque o preço mínimo de cada lote no leilão de 5G só será divulgado após o aval do tribunal.

A tecnologia 5G é a quinta geração das redes de comunicação móveis. Ela promete velocidades até 20 vezes superiores ao 4G e permite um consumo maior de vídeos, jogos e ambientes em realidade virtual.

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) adiou, na última segunda-feira, a aprovação do edital para o leilão de frequências do 5G. O presidente da agência, Leonardo Euler de Moraes, pediu vista do processo e prometeu trazer o voto até o dia 24 de fevereiro. A expectativa é de que o certame aconteça ainda no primeiro semestre de 2021, explicou Faria.

**BALANÇO**

**3.359.750**

novas empresas foram abertas, em todo o país, no ano passado, uma alta de 6% em relação a 2019. Por outro lado, 1.044.696 de empresas foram fechadas, o que deixou um saldo positivo de 2,3 milhões de empreendimentos ativos.

**2 dias e 13 horas é o tempo médio, hoje, para a abertura de uma empresa no Brasil, segundo levantamento do Ministério da Economia**

**PRODUÇÃO DE PETRÓLEO CRESCEU EM 2020**

**ENERGIA** A produção de petróleo no Brasil cresceu 5,5% em 2020, segundo o Boletim Mensal de Produção de Petróleo e Gás, divulgado ontem pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Desde 2016, a alta acumulada chega a 17,1%. A publicação também informa que a produção de gás natural aumentou 4,1% em relação a 2019, e que, desde 2016, subiu 23,1%. A produção média de petróleo no país chegou a 2,94 milhões de barris por dia em 2020.

**FREITAS VAREJO INAUGURA UNIDADE**

**COMÉRCIO** A loja Freitas Varejo, que tem como foco a venda de produtos de utilidades para o lar e brinquedos, inaugurou uma unidade no Salvador Shopping ontem. A loja possui 1.150m<sup>2</sup> e está localizada no piso L1 do empreendimento. Atuando no mercado desde 1988, essa é a 27ª unidade. Além da Bahia, possui lojas no Ceará, na Paraíba e no Rio Grande do Norte. No Grupo JCPM, essa é a terceira unidade, pois já está presente no Rio-Mar Fortaleza e RioMar Kennedy.

**INDICADORES**

**CÂMBIO**

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,355	R\$ 5,354
Dólar Turismo	R\$ 5,35	R\$ 5,52
Euro Turismo	R\$ 6,272	R\$ 6,852

**BOLSA**

Índice	Pontos	Variação
Ibovespa	118.234	0,61%

**POUPANÇA**

3/2/2021	0,189%
----------	--------

**SALÁRIO MÍNIMO**

R\$ 1.000,00

**INFLAÇÃO**

	Dezembro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	1,86%	4,52%	4,52%
IPC/IBGE	1,462%	3,45%	3,45%
IGP-M/FGV	0,89%	2,54%	2,54%

**NÚMERO DE TRABALHADORES EM HOME OFFICE DIMINUI**

**PANDEMIA** O percentual de pessoas em home office, trabalho remoto, se manteve em queda em novembro de 2020 e atingiu 7,3 milhões de pessoas trabalhando remotamente, redução de, aproximadamente, 260 mil pessoas em relação ao mês anterior.

O resultado representa 9,1% dos 80,2 milhões de ocupados e não afastados. Os números fazem parte do estudo sobre o trabalho remoto no país durante a pandemia de covid-19, divulgado ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

De acordo com o estudo do Ipea, a remuneração desses profissionais somou R\$ 32 bilhões, valor equivalente a 17,4% dos R\$ 183,5 bilhões da massa de rendimentos efetivamente recebida por todos os ocupados no país.

**BB ABRIRÁ 14 AGÊNCIAS VOLTADAS PARA AGRONEGÓCIO**

**BANCO** Os produtores rurais de seis estados poderão contar com atendimento especializado do Banco do Brasil (BB). Até o fim de março, a instituição financeira abrirá 14 agências voltadas para o agronegócio. As novas agências funcionarão nas seguintes cidades: Rio Verde (GO), Sorriso (MT), Dourados (MS), Casca Velha (PR), Maringá (PR), Londrina (PR), Ponta Grossa (PR), Ijuí (RS), Santa Maria (RS), Passo Fundo (RS), Araçatuba (SP), Presidente Prudente (SP), Ribeirão Preto (SP) e Franca (SP). Atualmente, o BB tem quatro agências do tipo: em Goiânia, Uberlândia (MG), Campo Grande (MS) e Campo Mourão (PR).

O Banco do Brasil também intensificará o atendimento por gerentes especializados em agronegócio, com o reforço de 276 profissionais voltados para o setor.



**Maria Emília França, 102 anos, tomou a primeira dose da CoronaVac ontem no 5º Centro de Saúde, nos Barris**

Atacadão em Fazenda Cou-tos, além das salas de vacina da Unidade de Saúde da Família (USF) de Plataforma e também no 5º Centro.

“Estamos fazendo a vacinação em escala para espalhar o público e evitar aglomerações. O idoso começa a se vacinar hoje [ontem] e pode continuar até acabar a campanha. Estamos na primeira fase, ela teve que ser fracionada, mas todos os idosos acima de 75 anos e profissionais da saúde serão vacinados ao ter doses suficientes para isso”, explicou o secretário municipal da Saúde, Léo Prates.

Antes de comparecer aos pontos de vacinação, é necessário verificar se o nome do idoso consta na lista disponibilizada no site da SMS. Caso não esteja, a atualização cadastral pode ser feita pelo portal Recadastramento SUS. Também é possível fazer a atualização do cadastro de forma presencial no 5º Centro de Saúde, nos Barris.

Apesar da escala por idade, todos os idosos com mais de 90 anos que compareceram aos quatro pontos foram vacinados ontem. Foi o caso de Olga dos Santos, 92, que mostrava orgulhosa sua carteira de vacinação com a 1ª dose da CoronaVac. “Eu estava ansiosa pela vacina porque temos que manter a saúde já que a vida é linda. Quase nem dormi esperando a hora de vir pra cá”, contou ela, que foi até o posto com o marido Djalmá Marques, 86, que ainda não pode tomar a vacina, mas mal pode esperar para ser imunizado.

O Instituto Butantan deve entregar ao Ministério da Saúde 3,2 milhões de doses da CoronaVac até amanhã. Com isso, o secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas, espera que o estado receba um novo lote de 230 mil doses já na sexta (5). Com a nova cota, a expectativa é beneficiar outros grupos, como idosos entre 80 e 89 anos e mais profissionais de saúde, incluindo os dentistas.

“COM SUPERVISÃO DA SUBCHEFE DE REPORTAGEM MONIQUE LÓBO

●● Quase nem dormi esperando a hora de vir pra cá. Eu vou continuar a usar minha máscara e tudo certinho até o dia que estiver tudo certo com a pandemia  
Olga dos Santos  
92 anos, vacinada

●● Já é bom porque meus filhos vão poder ir lá em casa e eu posso sair mais. [Depois da segunda dose] vou para minha terra passear, chupar umbu e comer milho verde e feijão  
Maria Rosa Vilela  
95 anos, vacinada

●● Estou contente  
Maria Emília França  
92 anos, vacinada

## Vacinados: alívio para idosos acima de 90 anos

**Imunização** contra a covid-19 para esse público segue até domingo na capital

**Marina Hortelíno\***

REPORTAGEM  
marinahortelino@redetbahia.com.br

Apesar do grande número de carros no drive-thru do 5º Centro de Saúde Clementino Fraga, nos Barris, na manhã de ontem, a espera não foi muito longa e logo chegou a vez de Maria Emília França, 102 anos, tomar a sua primeira dose da CoronaVac. Ela foi um dos

1.600 idosos com 90 anos ou mais imunizados em Salvador no primeiro dia de vacinação para esse público. Hoje, são esperados os idosos com 94 anos.

“Foi maravilhoso ver minha mãe tomar vacina. Espero que todo mundo tome. Só vou ficar mais aliviada depois da segunda dose”, comentou Maria José Borges, 62, que é

filha de Maria Emília. A segunda dose será aplicada daqui a 28 dias. Recém-imunizada, a idosa comemorou: “Estou contente”.

A estratégia segue a seguinte ordem: amanhã, serão imunizados os idosos com 93 anos; na sexta (5), aqueles com 92 anos; no sábado (6), as pessoas com 91 anos; e no domingo (7), será a vez de quem tem 90 anos. O processo sempre ocorre das 8h às 17h.

Quatro pontos de imunização montados pela Secretaria Municipal da Saúde (SMS) atendem exclusivamente esse público: os drive-thrus do 5º Centro de Saúde Clementino Fraga, nos Barris, e no

## Eficácia da vacina Sputnik V é de 91,6%, diz estudo

A vacina Sputnik V, desenvolvida contra a covid-19 pelo instituto russo de pesquisa Gamaleya, teve eficácia de 91,6% contra casos sintomáticos da doença. Os resultados preliminares foram publicados ontem, na revista científica britânica “The Lancet”, uma das mais respeitadas do mundo. A eficácia contra casos moderados e graves da doença foi de 100%.

De 20 mil participantes, houve 16 contaminados que desenvolveram a doença com sintomas leves no grupo vacinado e 62, entre aqueles que tomaram placebo.

Não houve casos graves ou moderados entre os vacinados, enquanto 20 foram registrados entre os que rece-

beram uma solução inerte. O tempo da proteção conferida ainda não foi analisado, mas os russos acreditam que ela possa ficar entre sete meses e dois anos.

Segundo o estudo revisado pela Lancet, uma análise de 2.000 voluntários que tinham mais de 60 anos mostrou uma eficácia semelhante do fármaco, dado importante porque se trata do grupo que concentra a mortalidade da doença.

A vacina é objeto de uma ação ingressada pelo governo baiano no Supremo Tribunal Federal (STF) a fim de viabilizar a compra direta de até 50 milhões de doses, que já integram um acordo de cooperação assinado entre o

país e o governo da Bahia.

Na ação, o governo baiano solicita a permissão para importar e distribuir vacinas contra o novo coronavírus sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), desde que registradas perante uma agência reguladora regional de referência. O processo está em andamento.

A Anvisa se reuniu com representantes da União Química, laboratório paulista que participa do consórcio envolvido na produção do imunizante. O laboratório, inclusive, enviou ao STF documentos sobre a produção da vacina.

A agência brasileira já havia recusado a solicitação

para uso emergencial da vacina russa, alegando que apenas vacinas com estudos clínicos em andamento no Brasil podem ter essa autorização, o que ainda não é o caso do imunizante russo. Ontem, a Anvisa considerou o estudo como uma “boa notícia”, mas reforçou a necessidade de mais dados para análise da vacina no Brasil.

A Sputnik V já foi aprovada para uso emergencial em vários países, como Rússia, Emirados Árabes Unidos, Venezuela, Bolívia, Bielorrússia, Sérvia, Argélia, Hungria, Argentina e Paraguai, sendo os dois últimos com agências reguladoras ligadas à Organização Pan-Americana de Saúde (Opas).

### SOBRE A VACINA RUSSA

●● **Publicação** Estudo preliminar mostra que o imunizante teve eficácia de 91,6% contra casos sintomáticos de covid-19 e de 100% contra casos moderados e graves da doença, conforme publicação de ontem na revista The Lancet

●● **Doses para a Bahia** O governo baiano quer comprar diretamente 50 milhões de doses

●● **Ação no STF** Para isso, entrou com ação no Supremo para importar e distribuir o imunizante mesmo sem registro na Anvisa, mas com aval de agências internacionais

# Câmara: novo presidente recua e cede à oposição

## Após eleição, Lira enfrenta turbulência e fecha acordo para formar Mesa Diretora

### Das Agências

REPORTAGEM  
correi24horas@redesbrazil.com.br

Pressionado por partidos de oposição, o novo presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), recuou e aceitou novo acordo sobre a divisão dos cargos na Mesa Diretora — colegiado responsável por decisões administrativas e até políticas da Casa. Após desconsiderar os nomes apresentados pelo bloco que apoiou a candidatura derrotada de Baleia Rossi (MDB-SP), Lira foi alvo de ação no Supremo Tribunal Federal (STF), movida pelo PDT, e acabou voltando atrás.

Com a nova composição, a Mesa da Câmara, com seis integrantes, terá dois não governistas. Marília Arraes (PT-PE) ficou com a segunda secretaria. Rose Modesto (PSDB-MS) deve ocupar a terceira secretaria, mas poderá haver disputa com Júlio Delgado (PSB-MG). Como combinado anteriormente, a primeira vice-presidência ficará com o deputado Marcelo Ramos (PL-AM) e a segunda, com André de Paula (PSD-PE).

A exclusão do bloco de Baleia foi o primeiro ato de Lira como presidente da Câmara, minutos após ter sido eleito, antecorrendo, inves-

tida que lhe rendeu a alcunha de "novo Eduardo Cunha", numa referência à truculência do ex-presidente da Casa, hoje preso.

O recuo elimina a possibilidade de Lira sofrer uma derrota no STF. O ministro Dias Toffoli chegou a dar prazo de dez dias para a Câmara apresentar informações sobre o ato que anulou o registro do bloco de Baleia, mas, após o acordo, o PDT desistiu da ação. A votação definitiva para formalizar os nomes dos integrantes da Mesa foi marcada para hoje, às 10 horas.

"Houve pacificação, a princípio", disse Lira. "Espero que esse fato que aconteceu tenha ajudado muito a discussão interna da Casa para que os deputados entendam, como já entenderam, que nós trataremos democraticamente, sempre por maioria. Nada mais de decisões isoladas", emendou ele.

"Foi construído um acordo de todas as lideranças dos dois blocos, o que permitirá que a Casa amanhã (hoje) vote uma eleição rápida", disse Lira ao final da reunião no colégio de líderes. "Houve pacificação, a princípio, sobre participação quantitativa dos dois blocos [na Mesa]".

O líder do PT, Enio Verri (RS), que afirmou anteriormente que Lira "jogava por terra seu discurso democrático" após anular o bloco, ontem voltou atrás. "Foi um diálogo muito bom, de construção, onde o presidente faz um movimento de reconstruir as relações daquela atitude precipitada que ele teve ontem (anteontem) e injusta", disse Verri. "Nós achamos que isso é um gesto de quem quer construir diálogo. Ele começa a demonstrar e reconhecer a importância da oposição dentro da Câmara", acrescentou.

Lira foi eleito presidente da Câmara, em primeiro turno,

com 302 votos, com o apoio do presidente Jair Bolsonaro. Baleia Rossi (MDB-SP), cuja candidatura foi patrocinada pelo ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ) obteve 145 votos.

### CCJ DA CÂMARA

Investigada em inquérito das fake news no Supremo Tribunal Federal (STF), a deputada Bia Kicis é a nova presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) — a mais importante da Casa legislativa. Ela vai substituir o deputado Felipe Francischini (PSL-PR). A parlamentar já se envolveu em polêmicas, quando apresentou um projeto de lei para desobrigar uso de máscaras em meio à pandemia de coronavírus e comemorou a abertura do comércio em Manaus.

Pelas redes sociais, a deputada comentou a escolha e destacou que tem carreira no meio jurídico. "É uma grande honra para mim e muita responsabilidade, para a qual meus 24 anos como procuradora, um ano como primeira vice-presidente da CCJ e meu amor pelo Brasil me habilitam, com fé em Deus!", escreveu Kicis, em resposta a uma de suas seguidoras.

Pelo acordo firmado no PSL, o presidente da sigla, Luciano Bivar (PE) vai ocupar a primeira secretaria da Câmara. A CCJ tem como responsabilidade avaliar a constitucionalidade de Propostas de Emenda à Constituição, de projetos de lei, e fundamentos legais e regimentais das proposições.

Em um dos discursos no plenário da Câmara, Bia Kicis defendeu intervenção das Forças Armadas na política, alegando que seria de competência dos militares atuar caso um dos poderes ultrapasse suas atribuições. A deputada é uma das mais fiéis escudeiras do presidente e frequentemente é vista ao lado dele em eventos.

## Orçamento até março é prioridade, diz Rodrigo Pacheco

O novo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou ontem que pretende viabilizar a aprovação do Orçamento de 2021 até março. A proposta ainda não foi analisada pelo Congresso e é cobrada pela equipe econômica. Como presidente do Senado, cabe a Pacheco convocar a votação.

Ao chegar no Senado, ontem, Pacheco afirmou que vai conversar com o novo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) ainda nesta semana para articular a instalação da Comissão Mista de Orçamento (CMO). O colegiado é responsável por analisar o projeto antes do plenário.

"O fato é que será uma comissão de existência muito rápida, nós vamos buscar a aprovação até o mês de março para poder instalar outras na sequência", afirmou Rodrigo Pacheco. "Até março, é a aprovação do Orçamento".

O novo presidente do Senado confirmou que conversou com o presidente da República, Jair Bolsonaro, após ser eleito para o cargo, anteontem. Foi uma conversa rápida após o senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), filho do presidente da República, passar o telefone para Pacheco conversar com o chefe do Planalto.

### MESA DIRETORA

Ontem, o Senado definiu os novos integrantes da Mesa Diretora da Casa. São eles: Rodrigo Pacheco (DEM-MG), presidente; Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), 1º vice-presidente; Romário (Podemos-RJ), 2º vice-presidente; Irajá (PSD-TO), primeiro secretário; Elmano Ferrer (PP-PI), segundo secretário; Rogério Carvalho (PT-SE), terceiro secretário; e Weverton Rocha (PDT-MA), quarto secretário.

Os suplentes de secretários são Jorginho Mello (PL-SC), Luiz do Carmo (MDB-GO) e Eliziane Gama (Cidadania-MA). O quarto suplente ainda não foi definido (a votação será em outro momento).

Houve mais de uma candidatura somente para o cargo de primeiro vice-presidente do Senado, que, por votação, foi escolhido Veneziano Vital do Rêgo. Ele recebeu 40 votos, superando Lucas Barreto (PSD-AP), que teve 33 votos.

Os candidatos à primeira vice-presidência fizeram um acordo, e o eleito seria aquele que obtivesse a maioria simples dos votos.

Isso [o acordo] deve ajudar a construção do entendimento. Sempre trataremos por maioria da Casa e nada de decisões isoladas Arthur Lira

Presidente da Câmara dos Deputados

Ele começa a reconhecer a importância da oposição na Câmara Enio Verri

Deputado do PT



Após ameaça de travar a pauta, Arthur Lira e oposição selaram, durante reunião, acordo para a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

## ECONOMIA

---

Publicado em 02/02/2021 às 21h01.

# Rui negocia instalação de empresa indiana no Polo Petroquímico de Camaçari

Investimento previsto é de R\$ 1 bilhão

Redação



Fotos: Mateus Pereira/GOVBA

A Bahia iniciou as negociações para que uma empresa indiana da área química seja instalada no Polo Petroquímico de Camaçari, na região metropolitana de Salvador. De acordo com o governador Rui Costa (PT), na noite desta terça-feira (02), a chegada da nova empresa vai suprir a saída da Ford, que encerrou as atividades no Brasil.

Durante o 'Papo Correria', o governador afirmou que, caso a empresa realmente se instale na Bahia, o investimento será de R\$ 1 bilhão.

“Estamos finalizando a negociação para receber um grande investimento na área química, uma empresa de capital indiana. Estamos trabalhando para suprir a vaga da Ford, mas estamos trabalhando também com outras empresas”, afirmou.

Veículo: Bocão News	
Data: 02/02/2021	



## Para suprir saída da Ford, Bahia negocia vinda de empresa indiana para Camaçari



02 de Fevereiro de 2021 às 20:06 Por: Divulgação/ José Carlos Almeida Por: Redação Bnews  
Compartilhe:

Uma indústria indiana da área química pode se instalar em Camaçari, Região Metropolitana de Salvador (RMS), para suprir a saída da empresa Ford que anunciou o encerramento de suas operações no Brasil. A informação foi confirmada na noite desta terça-feira (2) pelo governador Rui Costa (PT) durante uma transmissão ao vivo nas suas redes sociais. Segundo o gestor, caso o negócio seja fechado, o investimento no Polo Petroquímico de Camaçari será de R\$ 1 bilhão.

“Eu fui semana retrasada a várias embaixadas em Brasília, já enviamos o material para várias câmaras de comércio de outros países e, inclusive, tem uma boa notícia: estamos finalizando a negociação para receber um grande investimento na área química, uma empresa de capital indiana. Estamos trabalhando para suprir a vaga da Ford, mas estamos trabalhando também com outras empresas”, disse o governador.

## VILAS-BOAS VOLTA A CRITICAR DEMORA DA ANVISA EM APROVAÇÃO DA SPUTNIK V

OBJ

admin 3 Fevereiro, 2021

O secretário de Saúde do estado, Fábio Vilas-Boas, usou uma rede social para criticar novamente a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) pela 'burocracia' para que se aprove o uso emergencial da vacina russa Sputnik V. Em publicação na manhã desta quarta-feira, 3, Fábio questionou como a agência pode querer exercer testes clínicos com o uso de placebos quando já existem vacinas eficazes para a população.

“Onde estão os tribunais de ética em pesquisa? Cadê a CONEP? Como é possível a @anvisa\_oficial exigir a realização de ensaio clínico de fase 3 de vacinas Covid19 em brasileiros, nos dias atuais, quando já há vacinas eficazes? Isso é inaceitável do ponto de vista da bioética! É inaceitável oferecer PLACEBO a um sujeito de pesquisa quando já há vacinas comprovadamente eficazes e disponíveis no país”, criticou.

Na última terça-feira, 2, a Anvisa informou que a divulgação de resultados preliminares que apontam 91,6% de eficácia para a Sputnik V representa “uma boa notícia”, porém, reforçou que ainda precisa de mais dados para análise da vacina no Brasil. “Para decidir sobre a eficácia e segurança, uma autoridade reguladora precisa ter acesso aos dados completos gerados nos estudos clínicos”, apontou a Anvisa, em nota.



## FLUXO DE CONSUMIDORES CRESCE NO MERCADO DO RIO VERMELHO, APESAR DA PANDEMIA

OBJ

admin 3 Fevereiro, 2021

Com a pandemia, o cinquentenário Mercado do Rio Vermelho (MRV), “Ceasinha”, precisou se reinventar e os números mostram o quanto o movimento cresceu ao longo dos meses de 2020. De maio a dezembro, mais de 732 mil pessoas passaram pelo equipamento, mas o último mês do ano foi recorde em público, com 158 mil consumidores circulando no local, com destaque para o dia 30 de dezembro, quando o centro de compras registrou o número de 11,7 mil clientes. O movimento positivo segue neste início de 2021. Janeiro fechou com o registro de 136,9 mil pessoas, fluxo maior que a média mensal de 120 mil consumidores.

“Anunciar esses números é uma felicidade. A pandemia nos obrigou a nos reinventar e toda equipe técnica trabalhou duro para manter as atividades do Mercado do Rio Vermelho de forma segura. Montamos, junto com a Enashopp, administradora do local, um esquema especial de horário para receber os idosos. A SDE, em parceria com o Corpo de Bombeiros, realizou uma série de desinfecções e distribuição de máscaras de proteção para usuários e permissionários do local”, declara o vice-governador João Leão, secretário de Desenvolvimento Econômico, pasta responsável pelo MRV.

Por ser um serviço essencial, a “Ceasinha”, como popularmente é chamada, não fechou durante o período mais duro da pandemia do novo coronavírus. Exceto bares e restaurantes, que no momento mais crítico do fechamento do comércio, no ano passado, devido ao decreto municipal, tiveram que fechar, mas mantiveram os serviços de delivery, drive thru ou entrega na porta dos estabelecimentos.

### Diversidade

De acordo com a SDE, O centro de compras é bem dividido e os boxes são setorizados: açougue e peixaria, artesanato e petshop, empório bazar e gourmet, floricultura e serviços, hortifruti, restaurante, lanchonete e 240 vagas de estacionamento. Limpo, seguro e bem localizado, o local surgiu como uma simples feira livre, com quitandas coloridas, nos idos de 1970, e transformou-se em um “espaço gourmet”. A variedade, tradição e qualidade ainda são as grandes atrações do local, que atrai baianos e turistas.

“Sempre digo que a Ceasinha é um fenômeno, mesmo com a pandemia, com todas as dificuldades e problemas, cresceu o número de visitantes dentro do mercado. Foi comprovado mês a mês que o número de consumidores cresceu em relação ao mês anterior. Como qualquer negócio, você precisa estar cada dia inovando. Durante a pandemia, colocamos o delivery no mercado e foi a salvação da maior parte dos permissionários e lojistas”, afirma Marcos Gordilho, presidente da Associação dos Permissionários do MRV.

## Olhar dos permissionários

No Mercado do Rio Vermelho, o cliente encontra os ingredientes para qualquer receita, dos sabores da culinária regional até a internacional. Opções não faltam. Para Francis Juliano, da Vila da Saúde, com a pandemia, o MRV demonstrou aos baianos que no local se encontra tudo, dos alimentos saudáveis ao material de higiene. “Você tem segurança, um lugar amplo para circular sem aglomeração, banheiros higienizados e excelentes opções para comer”, diz.

O Empório Bufalíssima está planejando ampliar o negócio. José Cunha, proprietário, conta que já solicitou à administração a possibilidade de ter um espaço maior. “Apesar de toda a pandemia que aconteceu e ainda está acontecendo, fizemos algumas ações como a implantação do serviço de delivery que nos deu um suporte muito bom e que fez com que a gente conseguisse sobreviver. Conseguir até tentar ampliar em plena a pandemia”, comemora.

“Aprendemos muita coisa nessa pandemia. Uma das questões positivas foi o delivery, que não focávamos muito. É um mercado bastante amplo e aberto, tanto é que a gente tem crescido bastante. Os clientes que são fiéis aqui do mercado, de 20, 30 anos, mesmo na pandemia, mantiveram contato com a gente e se adequaram a essa nova forma e oportunidade de compra. Com a reabertura do mercado e do comércio, o movimento cresceu bastante, o cliente que já era assíduo voltou com mais disponibilidade de compra e tem sido bastante gratificante para gente”, afirma Roberlant Ivo, gerente da Natureza e Cia.



## CHEGADA DA CORONAVAC PERMITIRÁ VACINAÇÃO A PARTIR DE 80 ANOS

OBJ

admin 3 Fevereiro, 2021

Com chegada à Bahia prevista para sexta-feira (5), um novo lote de cerca de 230 mil doses da Coronavac permitirá o começo da vacinação contra a Covid-19 também para os idosos a partir dos 80 anos a partir da próxima segunda-feira (8), informou o secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas. O martelo deve ser batido hoje em nova reunião da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), fórum formado pela Secretaria de Saúde do Estado (Sesab) e o Conselho de Secretários Municipais de Saúde (Cosems).

“Concluiremos nesse final de semana a primeira fase, que é vacinar os profissionais de saúde da linha de frente, idosos asilados e com mais de 90 anos. Receberemos em torno de 230 mil, 240 mil doses, e programamos para, a partir de segunda-feira, ampliar entre os profissionais de saúde e começar, de forma decrescente, com idosos entre 89 e 80 anos. Enquanto houver vacina, a gente vai vacinando. Está prevista também para a próxima semana uma nova remessa de vacina. Não conseguiremos vacinar entre 75 anos e 80 anos, porque aí já amplia muito a base de pessoas”, declarou Vilas-Boas, durante transmissão nas redes sociais, ao lado do governador Rui Costa.

Esta semana, foi iniciada no estado a imunização de idosos a partir dos 90 anos. Com o próximo lote, também continuará avançando a cobertura de profissionais de saúde, incluindo dentistas, de acordo com o secretário. Apesar da expectativa pelas novas doses, Vilas-Boas destaca a necessidade de um quantitativo muito maior de vacinas. “A estimativa de idosos entre 85 e 89 anos na Bahia totaliza 85.839 pessoas. Idosos entre 80 e 84 anos alcançam 162.324. Essa projeção foi feita pelo órgão de estatística do Estado, a SEI”, disse o secretário ao A TARDE.

A Bahia recebeu, até então, 550,7 mil doses de vacinas contra a Covid-19. Já foram distribuídas 351,2 mil e aplicadas 217,6 mil, o que corresponde a 62% dos imunizantes enviados aos municípios. De acordo com a Sesab, nunca é feita a distribuição integral da quantidade disponível, pela necessidade de uma reserva técnica, destinada “à possibilidade de ser necessário algum ajuste no quantitativo de algum município ou reposição de algum frasco de vacina que quebre”.

O plano estadual de vacinação estima uma população de 1,79 milhão a ser imunizada na primeira fase – voltada para profissionais de saúde, idosos a partir de 75 anos, idosos abrigados a partir de 60 anos, indígenas e povos e comunidades ribeirinhas. Por causa da baixa disponibilidade de vacinas, o estado começou a imunizar inicialmente profissionais da linha de frente de combate à Covid-19, indígenas e idosos abrigados, passando a incluir outros grupos com o avanço da vacinação, como mais profissionais de saúde e idosos não abrigados.

O secretário de Saúde de Salvador, Leo Prates, afirmou que aguarda a reunião da CIB para definição dos detalhes da vacinação de idosos a partir de 80 anos na capital. Foi iniciada ontem na cidade a imunização de idosos – o primeiro dia foi voltado a pessoas com 95 anos ou mais. Hoje, será a vez dos idosos com 94 anos. Com cada dia da semana, voltada para uma idade, a vacinação escalonada segue até o domingo (7), quando serão imunizados aqueles com 90 anos.

A vacinação é realizada em quatro pontos exclusivos: os drive-thrus do 5º Centro de Saúde Clementino Fraga, nos Barris, e no Atacadão em Fazenda Coutos; além das salas de vacina da Unidade de Saúde da Família (USF) Plataforma e também no 5º Centro. A expectativa, nessa fase, é imunizar cerca de 7,8 mil idosos cadastrados no Sistema Único de Saúde (SUS).

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 03/02/2021	Caderno: Notícias



Quarta, 03 de Fevereiro de 2021 - 00:00

## ***Governo da Bahia estuda VLT/monotrilho ou metrô para ligação do trecho Lapa-Barra***

por Bruno Luiz/ Mari Leal



A Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Sedur) deve ter em mãos, até o final de fevereiro, um estudo de demanda para que possa definir, entre duas opções, o modal de transporte a ser implantado para a ligação do trecho Lapa-Barra. Entre as opções está a proposta inicial da ideia, que daria conta de uma expansão do próprio sistema metroviário, cujo anúncio de encomenda de estudo foi feito em 2019 pelo próprio governador Rui Costa (PT) ([reveja](#)).

A novidade, neste caso, fica por conta da possibilidade de uma interligação por meio de um Veículo Leve de Transporte (VLT/Monotrilho), em um modelo elevado, semelhante ao que será implantado no Subúrbio Ferroviário de Salvador.

Em mensagem à Assembleia Legislativa (AL-BA) na cerimônia de abertura dos trabalhos nesta terça-feira (2), o governador projetou: "Também quero deixar concluído o estudo para um VLT que ligará a Estação da Lapa ao Shopping Barra, mas com trajeto pelo Vale dos Barris".

De acordo com chefe da Sedur, Nelson Pelegrino, a opção pelo metrô contemplaria uma primeira etapa de extensão do modal até o Campo Grande, seguindo até a Barra com abertura de túnel. "Uma solução mais cara", segundo ele.

Já a opção VLT, cujo estudo está sendo feito pela BYD, empresa chinesa que integra o consórcio de implantação do modal no Subúrbio, sairia da Estação da Lapa, passando pela região da Fazenda Garcia – e atenderia também as imediações da região do Campo Grande -, seguiria pela Avenida Centenário, até a Barra, com estação final nas proximidades do Shopping Barra.

Para Pelegrino, a diferença entre os modais não gera grande impacto do ponto de vista da mobilidade, pois há a garantia de integração de tarifa entre eles. O sistema elevado, no entanto, tem sido alvo de uma série de críticas. Ao avaliar a opção adotada para substituir os

trens do Subúrbio, o urbanista Carl von Hauenschild contestou a escolha tecnológica, alegando a possibilidade de dificuldades na manutenção do equipamento no futuro, e pontuou a questão paisagística, já que a opção elevada deixa aparente as vigas de concreto (reveja).

“São dois estudos. Nós estamos aguardando. Quando terminarmos o estudo de demanda, o governador deve avaliar e, se tiver viabilidade, o governador está disposto a fazer a licitação para fazer esse trecho”, explica o secretário.

Ele acrescenta ainda que cada modelo de equipamento tem sua “sua robustez, sua capacidade de carregamento e seus impactos”.

“A gente pode chegar à conclusão que nesse trecho não tem demanda para metrô, mas pode ter demanda para VLT”, pondera Pelegrino. Os trens do metrô tem capacidade de deslocamento de cerca mil pessoas, enquanto o VLT tem capacidade de 600. A distância entre o ponto inicial e final do modal é de aproximadamente 3,5 km.

## ECONOMIA

---

Publicado em 03/02/2021 às 08h31.

# Micro e pequenas empresas reverterem perda de empregos e fecham ano com 293,2 mil postos de trabalho

As médias e grandes empresas encerraram 2020 com resultado negativo de 193,6 mil empregos

Redação



Foto: SEBRAE

As micro e pequenas empresas (MPE) foram, em 2020, as únicas a conseguirem reverter a perda de postos de trabalho provocada pela pandemia de Covid-19. Depois de acumular um saldo negativo até o mês de outubro, os pequenos negócios se recuperaram e fecharam o ano com a geração de 293,2 mil novos empregos.

Já as médias e grandes empresas (MGE) foram na contramão, extinguindo 193,6 mil postos de trabalho. No cálculo geral, as pequenas empresas foram as grandes responsáveis pelo saldo final de 142,7 mil empregos gerados no país durante o ano, evitando que o drama do desemprego atingisse um número ainda maior de trabalhadores brasileiros. A avaliação é resultado de um estudo do Sebrae feito a partir de dados consolidados pelo Ministério da Economia.

Veículo: Bocão News	
Data: 02/02/2021	



## Produção de petróleo no Brasil cresceu 5,5% em 2020



02 de Fevereiro de 2021 às 19:23 Por: Divulgação/Petrobras Por: Agência Brasil

A produção de petróleo no Brasil cresceu 5,5% em 2020, segundo o Boletim Mensal de Produção de Petróleo e Gás, divulgado hoje (2) pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Desde 2016, a alta acumulada chega a 17,1%.

A publicação também informa que a produção de gás natural aumentou 4,1% em relação a 2019, e que, desde 2016, subiu 23,1%.

O boletim divulgado hoje pela ANP traz dados sobre o mês de dezembro e consolida as informações sobre o ano de 2020. A produção média de petróleo no país chegou a 2,94 milhões de barris por dia em 2020, enquanto a de gás natural atingiu 127 milhões de metros cúbicos por dia. Em 2016, o país produzia em média 2,509 milhões de barris de petróleo e 104 milhões de metros cúbicos de gás.

O Rio de Janeiro respondeu por 79,3% da produção nacional de petróleo e 55,8% da de gás natural, os maiores percentuais desde 2016. Naquele ano, 66,9% do petróleo e 43,8% dos gás natural do país saíram do Rio.

São Paulo tem a segunda maior fatia nos dois casos, com 9,1% para o petróleo e 15% para o gás. Em termos percentuais, a produção paulista perdeu espaço em relação a 2016, quando respondia por 11,2% do petróleo e 15,4% do gás.

Depois de ter assumido a liderança em 2018, a Bacia de Santos ampliou sua vantagem em 2020, quando chegou a 66% da produção de petróleo e 67,3% da produção de gás do país.

### Dezembro

Apesar da alta anual, a produção de petróleo teve queda em dezembro, com uma redução de 1% em relação a novembro e de 12,2% em relação a dezembro de 2019. Já no caso do gás natural houve aumento de 0,5% ante novembro e de 7,8% na comparação com dezembro de 2019.

Os campos operados pela Petrobras, com ou sem parceiros, responderam por 93,7% da produção brasileira de petróleo e gás natural naquele mês. Quando considerados apenas os campos com participação exclusiva da estatal, o percentual é de 38,3%.

A produção total do pré-sal em dezembro representou 69% da produção nacional de gás natural e petróleo. Em dezembro de 2020, houve aumento de 0,3% na comparação com novembro e de 8,4% em relação a dezembro de 2019.

Ainda segundo dados do último mês do ano passado, a produção brasileira veio principalmente dos campos marítimos, responsáveis por 96,7% dos petróleo e 81,5% do gás natural produzidos no país.

Apesar disso, se consideradas todas as áreas responsáveis pela produção nacional de petróleo e gás em dezembro, 62 são marítimas e 206, terrestres. Dos 6.489 poços produtivos no país, apenas 499 ficam no mar, e 5.990 são terrestres.

Segundo a ANP, 2,8% da produção brasileira de petróleo em dezembro é considerada óleo leve, 91,3% é de óleo médio e 5,9%, de óleo pesado.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 02/02/2021	



## Na abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa, Rui Costa destaca trabalho conjunto durante a pandemia

2 fevereiro 2021



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

O governador Rui Costa participou da cerimônia virtual de abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), na manhã desta terça-feira (2). Na ocasião, o chefe do executivo baiano transmitiu sua mensagem ao poder legislativo. A cerimônia foi presidida pelo deputado estadual Adolfo Menezes, eleito presidente da Alba na última segunda-feira (1º). O plenário virtual foi composto pelos deputados estaduais, representantes do judiciário, entre outras autoridades.

Em seu discurso, Rui Costa destacou os desafios impostos pela pandemia do novo coronavírus e o trabalho realizado, de forma conjunta, para combater a disseminação do vírus. “Que juntos possamos nos orgulhar pelo esforço realizado ao longo desses meses pelo Poder Executivo estadual, pelos executivos municipais e com muita ajuda do parlamento estadual para que a Bahia possa ser considerada referência nacional no combate à Covid-19. Graças ao esforço coletivo, a Bahia tem a segunda menor taxa de mortalidade pela Covid-19 do Brasil. Quero ressaltar e agradecer, em nome da população da Bahia, a todos os profissionais de saúde que estão nas unidades de atendimento e são essenciais para garantir plena assistência a quem precisou”, afirmou.

O governador citou uma série de investimentos do Governo do Estado na área de saúde que, nos últimos seis anos, recebeu investimento de R\$ 35,6 bilhões. Somente em 2020, foram aportados R\$ 7 bilhões em obras, equipamentos e convênios para a saúde pública do estado. Entre os investimentos, a construção e entrega de 16 policlínicas que já estão em funcionamento e mais nove que serão entregues até o início do segundo semestre. “A Bahia é o estado do Brasil que mais investe em saúde pública. Desde 2015, a Bahia é o segundo estado com maior investimento público no país, mas na área de saúde podemos nos orgulhar de estar em primeiro lugar”, ressaltou Rui Costa.

### Educação

A retomada das aulas também foi citada por Rui Costa em seu discurso e revelou a realização de um estudo elaborado pela Secretaria de Saúde do Estado (Sesab) para o retorno do ano letivo. De acordo com o governador, esse estudo será apresentado à União dos Municípios da Bahia (UPB) durante reunião na próxima sexta-feira (4), quando serão estabelecidos os parâmetros que devem embasar os critérios para retorno das aulas, com base em número de leitos ocupados e óbitos. Rui aproveitou para convidar os



deputados da Comissão de Educação da Alba para que participem da reunião. “Vamos pactuar critérios para retorno das aulas e sabemos da extrema necessidade de uma solução para essa questão. Sempre afirmo que a educação transforma a vida do ser humano e vamos realizar todos os esforços para retomar o mais breve possível”.

Ainda na área de educação, o governador revelou que encaminhará à Assembleia Legislativa, ainda esta semana, um projeto de monitoria escolar que prevê a disponibilização de 52 mil bolsas no valor mensal de R\$ 200 para que estudantes da rede estadual possam ajudar seus colegas de sala. Para ser um monitor, o estudante precisa ter média a partir de oito pontos em português e matemática e dará aula de reforço para outros colegas no contra turno ao horário de aula.

O governador Rui Costa encerrou a sua participação na cerimônia agradecendo ao ex-presidente da Alba, Nelson Leal, pela parceria e dedicação no período que esteve à frente da Casa, e estendeu o agradecimento a todos os parlamentares da Assembleia Legislativa. Antes disso, Rui já havia parabenizado Adolfo Menezes pela vitória na eleição e desejado sucesso nos próximos dois anos à frente da presidência.

Repórter: Jairo Gonçalves  
Fotos: Mateus Pereira/GOVBA

Veículo: Gov Bahia	
Data: 02/02/2021	



## **Governo da Bahia amplia assistência materno-infantil em Juazeiro com a construção de 100 novos leitos**

2 fevereiro 2021



Com o objetivo de fortalecer a rede materno-infantil na região Norte da Bahia, o Governo do Estado construirá 100 novos leitos, sendo 10 UTIs Neonatais no Hospital Regional de Juazeiro (HRJ), que é referência para mais de 500 mil habitantes. As obras terão início ainda no primeiro semestre deste ano e a previsão do secretário da Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, que inspecionou a unidade nesta terça-feira (2), foi compartilhada com os 10 secretários municipais da região durante um encontro para apresentar a estrutura, serviços, fluxos e canais de comunicação disponíveis da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab) com as prefeituras.

“A ideia é facilitar ao máximo a comunicação entre a esfera estadual e municipal a fim de que a população, sobretudo neste momento de pandemia, tenha a assistência a saúde necessária”, ressalta o titular da pasta estadual da Saúde, ao pontuar ainda que ao término da ampliação, o Hospital Regional de Juazeiro terá 270 leitos entre clínicos e de UTI, sendo um dos maiores da Bahia. “O governador Rui Costa tem investido na ampliação e descentralização de estruturas e serviços de alta complexidade em todas as regiões, em especial nas áreas de cardiologia, neurocirurgia, oncologia e materno-infantil”, afirma Vilas-Boas.

Dentre as intervenções previstas, destaque para a implantação de uma emergência obstétrica, um centro obstétrico, leitos de UTI Neonatal e um banco de leite. “Progressivamente buscamos que o hospital seja 100% resolutivo. Estamos trabalhando para que os pacientes tenham seus problemas resolvidos aqui, sem a necessidade de transferência”, ressalta o secretário.

Recentemente, o Governo do Estado inaugurou o Hospital do Câncer de Juazeiro, que é uma estrutura anexa ao HRJ e teve investimento superior a R\$ 30 milhões entre obras e equipamentos. “Aqui oferecemos atendimento a pacientes com todos os tipos de câncer e em todas as fases da doença, desde o diagnóstico, passando pela cirurgia e o tratamento. Em breve estará disponível o primeiro serviço de radioterapia e braquiterapia do interior baiano”, ressalta o secretário. O acelerador linear, equipamento utilizado no tratamento radioterápico, será instalado na unidade e tem capacidade para realizar 43 mil sessões de radioterapia por ano.

**Vacinação contra a Covid-19**

A região de Saúde de Juazeiro, que contempla os municípios de Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá já imunizou 57,42% dos públicos-alvo contra a Covid-19. No entanto, três municípios já ultrapassaram a casa dos 80%, sendo eles Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova e Pilão Arcado. Os dados estão disponíveis no painel <https://bi.saude.ba.gov.br/vacinacao/>, que possibilita aferir o quantitativo de doses distribuídas e aplicadas em todos os 417 municípios da Bahia.

***Fonte: Ascom/ Sesab***

Veículo: Gov Bahia	
Data: 02/02/2021	



## Atlantic Nickel embarca no porto de Ilhéus quase 10 mil toneladas de concentrado de níquel para China

2 fevereiro 2021



Foto: Divulgação

A Atlantic Nickel, única empresa no Brasil produtora de níquel sulfetado, matéria-prima fundamental na fabricação de baterias para carros elétricos, realizou o primeiro embarque de 2021 para exportação de sua produção pelo Porto de Ilhéus, região sul da Bahia. O navio, com o primeiro carregamento deste ano, partiu transportando quase 10 mil toneladas de concentrado de níquel em direção ao Porto de Xingang, na China.

A Bahia, o 4º maior produtor brasileiro de bens minerais, de acordo com dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), pode ganhar uma nova mina em breve, já que a companhia identificou, no fim de 2020, uma área com potencial significativo de recursos para exploração do minério, no mesmo cinturão geológico onde já funciona a Mina Santa Rita.

“Além de ser a única produtora de níquel sulfetado do Brasil, a Atlantic Nickel está mexendo com toda uma cadeia produtiva no sul da Bahia, valorizando a mão de obra local e proporcionando distribuição de renda na região. A operação também alavanca o transporte marítimo do Porto de Ilhéus, que, em dezembro de 2020, aumentou em 31,5% o volume de cargas em relação a 2019, com as obras do Porto Sul andando, essa atividade econômica tende a ganhar proporções ainda maiores”, declara o vice-governador João Leão, secretário da pasta.

A Atlantic Nickel começou o ano cumprindo os cronogramas e metas de produção para atender à crescente demanda do mercado mundial da eletrificação após alcançar a marca de 67,7 mil toneladas de concentrado de níquel direcionadas ao mercado internacional em 2020. Os resultados são fruto de uma operação que emprega mais de 1,7 mil pessoas em Itagibá.

A empresa foi responsável ainda pela injeção de R\$ 151 milhões em compras e contratos com fornecedores da Bahia entre 2018 e 2020. O objetivo é manter o cenário de prioridade às relações comerciais com fornecedores da Bahia, sobretudo, aqueles sediados no território de atuação da Atlantic Nickel. Já são 2.140 estabelecimentos em toda a Bahia cadastrados pela companhia para aquisição de produtos e serviços, mais da metade deles pertencentes à microrregião Itagibá-Ipiauí.

Outro índice importante, os contratos firmados para prestação de serviços corroboram com esta perspectiva de fomento à economia local, além de atuar na valorização da mão-de-obra, circulação de renda e oferta de postos de trabalho no interior da Bahia. Resultado das parcerias com fornecedores regionais no setor de serviços, são mais de R\$ 75,7 milhões investidos até o fim do ano de 2020.

**Fonte: Ascom/SDE**

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 03/02/2021	Caderno: Economia



# A Bahia está com a situação sob controle', diz Rui Costa sobre pandemia

O governador da Bahia explica que isso acontece por conta de um 'esforço coletivo' e investimentos feitos na saúde pública do estado; confira lista com novas promessas na área para 2021

Foto : Mateus Pereira/Govba

Por **Adele Robichez** no dia 02 de Fevereiro de 2021 · 12:20

Em uma live de reabertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa da Bahia, com o novo presidente da Casa, o deputado estadual Adolfo Menezes, o governador da Bahia, Rui Costa (PT) afirmou hoje (2) que o estado é a referência nacional para o Brasil no combate ao coronavírus. "Somos o quarto estado mais populoso do país, mas [temos a segunda menor taxa de mortalidade do Brasil](#)", disse. Segundo ele, isso aconteceu por conta de um "esforço coletivo", do poder público, profissionais da saúde e da população baiana.

"A Bahia está com a situação sob controle", afirmou o gestor. Ele informou que "iniciamos lentamente a queda da taxa de ocupação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para Covid-19". Este índice está em 68%, de acordo com dados da Secretaria de Saúde da Bahia (Sesab) divulgados ontem (1º).

Segundo Rui, a Bahia conseguiu lidar melhor com a pandemia graças, também, aos investimentos em saúde pública. "A Bahia é o estado no Brasil que mais investe em saúde pública", afirmou. Ele promete a inauguração de **oito policlínicas durante o primeiro semestre de 2021** nos municípios de Ribeira do Pombal, Serrinha, São Francisco do Conde, Itaberaba, Brumado, Eunápolis e nos bairros de Escada e Narandiba em Salvador. E **mais uma no segundo semestre**, na cidade de Santa Maria da Vitória.

Ainda durante o primeiro semestre deste ano, o governador assegurou que será finalizada a licitação da Parceria Público-Privada (PPP) para a operação e manutenção da obra do **Hospital Metropolitano de Salvador**, com o intuito de "garantir a mesma excelência do atendimento do Hospital do Subúrbio". Além disso, confirma que o prédio que pertencia à Petrobras Distribuidora, no Stiep, já foi desapropriado e pago pelo governo. A expectativa é que seja construído ali o **segundo maior hospital especializado em ortopedia do Brasil**.

No mesmo período, haverá também a inauguração dos:

- **Hospital Batista Caribé** no Subúrbio;
- **Maternidade Geral de Ilhéus**;
- **Maternidade Frei Justo Ventura**, na Chapada Diamantina;
- **Hospital do Câncer**, em Caitité;
- **Maternidade de Camaçari**;
- **Unidade de Ortopedia Afrânio Peixoto**, em Vitória da Conquista;
- **UTIs infantil e adulta no Hospital Geral Santa Tereza**, em Ribeira do Pombal;
- **UTIs no Hospital Municipal Carmela Dutra**, no Bom Jesus da Lapa.
- **Hospital Municipal**, em Luís Eduardo Magalhães.

Assim como a **ampliação do Hospital do Oeste**, com serviços completos de cardiologia e tratamento do câncer. O dirigente informou que também será feito processo de **licitação da ampliação do Hospital da Mulher**, em Salvador.

Rui Costa concluiu com a promessa de entrega de **25 novas policlínicas** até o final deste ano.

Veículo: Política Livre	
Data: 03.01.2021	Caderno: Economia



02 de fevereiro de 2021 | 19:36

## Mais de 217 mil baianos são vacinados contra Covid-19

### BAHIA

A Bahia é um dos estados do País com o maior número de imunizados contra o coronavírus (Covid-19), informa a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab). Ao todo, 217.680 pessoas foram vacinadas.

Segundo a Sesab, com o objetivo de iniciar a imunização dos idosos acima de 90 anos foram distribuídas durante o último final de semana 65.350 novas doses, já ultrapassando assim a casa de 351 mil vacinas entregues aos 417 municípios.

A secretaria realiza o contato diário com as equipes de cada município a fim de aferir o quantitativo de doses aplicadas e disponibiliza as informações detalhadas no painel <https://bi.saude.ba.gov.br/vacinacao/>.

# Estados são chamados a ajudar em ‘novo’ auxílio

Com superávit recorde, governos regionais poderiam desenvolver benefício, dizem economistas

Por **Fabio Graner** — De Brasília

03/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

Impulsionado pelo socorro federal durante a pandemia, Estados e municípios encerraram o ano passado com um superávit primário de R\$ 38,7 bilhões. O resultado positivo apresentado foi o maior desde que se registra essa estatística, evidenciando que o caixa dos entes, principalmente dos governos regionais, está em um patamar bem melhor que nos últimos anos.

Diante desse quadro, alguns economistas já sugerem que os Estados participem de uma eventual nova rodada de auxílio emergencial, aliviando a conta para o governo federal, que teve no ano passado seu pior déficit da história. Representantes dos Estados, porém, apontam que o superávit não é sobra de dinheiro e que a ideia não seria factível para os entes.

A proposta até o momento não está sendo discutida entre governo federal e Estados, mas já encontra simpatia na equipe econômica. Segundo o economista Gabriel Leal de Barros, sócio e economista-chefe da RPS Capital, com R\$ 38 bilhões seria possível pagar o valor médio do Bolsa Família (R\$ 191) para 50 milhões de pessoas por quatro meses.

“A relação federativa não deve ser unilateral, egoísta e desequilibrada, pelo contrário. O bom senso e o mínimo de solidariedade federativa fariam bem às finanças públicas, às famílias em situação de vulnerabilidade social e ao Congresso,



que teria algum tempo adicional para aprimorar a rede de proteção social com responsabilidade fiscal”, disse. Barros publicou a proposta no blog do Ibre/FGV.

Ele admite que o desenho descentralizado pode acabar deixando algumas famílias de fora em alguns Estados, mas isso poderia ser solucionado com o governo federal atuando por meio do Bolsa Família e dentro do teto de gastos. Além disso, destaca que as bases de dados para identificação e (adequada) focalização das pessoas que efetivamente precisam de suporte financeiro estão disponíveis no CadÚnico, CNIS e conta digital da Caixa, bastando serem integradas e compartilhadas entre os entes. “É simples e rápido, notadamente pela experiência pregressa do auxílio emergencial”, disse.

Barros avalia ainda que a medida dificilmente deixaria os Estados de “pires na mão” porque, com a recuperação da economia, volta das escolas e vacinação, a arrecadação desses entes tende a crescer.

Sócia da consultoria Oliver Wyman, a ex-secretária de Fazenda de Goiás e também especialista em política fiscal Ana Carla Abrão aprova a ideia. Ela disse que isso evitaria que o dinheiro fosse empregado pelos governos estaduais para aumentar despesas obrigatórias, em especial salário de servidores. Ela lembra que alguns Estados, como Goiás, já têm programa dessa natureza e que alguns entes ainda terão alívio extra com o novo programa de recuperação fiscal.

Na visão dela, o saldo recorde dos Estados em 2020 refletiu prioritariamente os repasses do governo federal, mas também a maturação de medidas de ajuste, como o congelamento de salários em parte dos Estados. Ana Carla, porém, alerta que a melhora é conjuntural. “Estruturalmente os Estados continuam desajustados”, explicou. “Que a gente tem uma bomba armada para 2022 eu não tenho dúvida. Os governos estão sem dar aumento substanciais de salários para servidores, sem fazer concursos e ano que vem é eleitoral. Se não apertar o cinto agora, o próximo ano será de explosão de gastos e 2023 será como terra arrasada.”

Ex-ministro da Fazenda e secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Henrique Meirelles se posiciona contra a ideia. Ele explica que esse superávit primário dos Estados é para pagar dívidas desses. “Em São Paulo, por exemplo, nós tivemos um

superávit primário, mas o déficit orçamentário de R\$ 10 bilhões”, disse ao **Valor**. “Então, não há espaço, o dinheiro é para pagar dívidas”, acrescentou.

O diretor institucional do Comitê de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz), André Horta, não considera factível a proposta e lembra que o repasse federal aos entes foi para recomposição de perdas, em um contexto no qual os Estados não podem emitir dívida.

“As sobras dos Estados são em relação à mesma arrecadação nominal de 2019... E são perspectivas muito heterogêneas: alguns Estados nem sequer conseguiram a cobertura da arrecadação nominal de 2019, como o Ceará. Outros estão com folhas atrasadas, buscando um calendário para tentar resolver em 2021”, acrescentou

Ele cita que em alguns locais, como Maranhão, deputados estaduais levantaram a discussão sobre a possibilidade de auxílio local. “Mas essa possibilidade efetiva de simples discussão desse assunto, algo que muitos governadores se pudessem certamente gostariam de fazer, é rara. A realidade é a busca por novas fontes de financiamento, revisão de benefícios... busca de receitas próprias e financiadas enquanto o Legislativo não formula uma solução que resolva as perdas federativas crônicas e sistêmica dos Estados”.

Em 2020, o governo federal repassou R\$ 78,3 bilhões a Estados, municípios e Distrito Federal, 115% mais que o estimado com a perda de arrecadação com ICMS.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

LINK PATROCINADO

**Veja como eliminar seu problema de enxergar de perto ou ampliar visão**

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

**Oferta especial para quem já comprou conosco, nova sandália ortopédica.**

CONFORTPLUS

LINK PATROCINADO

**Queima de estoque do Xiaomi m5 e ainda frete grátis para todo Brasil**

SMFÁCIL

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 03/02/2021	Caderno: Economia



# Pacheco e Lira dizem que vão discutir 'alternativas' para auxílio emergencial

*Os recém-eleitos presidentes do Senado e da Câmara se manifestaram a favor de uma nova rodada do benefício quando ainda eram candidatos aos cargos; eles se reúnem nesta quarta com o presidente Jair Bolsonaro*

**Daniel Weterman**, O Estado de S.Paulo

03 de fevereiro de 2021 | 10h23

BRASÍLIA - Os recém-eleitos presidentes da Câmara, **Arthur Lira (PP-AL)**, e do Senado, **Rodrigo Pacheco (DEM-MG)**, anunciaram nesta quarta-feira, 3, que vão discutir "alternativas" para o auxílio emergencial. O benefício foi pago em 2020 a desempregados, trabalhadores informais e beneficiários do **Bolsa Família** para ajudar no enfrentamento da pandemia.

Ambos **se comprometeram a encontrar "alternativas" para o auxílio respeitando o teto de gastos**, a regra constitucional que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação.

Os contemplados no auxílio receberam cinco prestações de R\$ 600 e quatro de R\$ 300. Mulheres chefes de família tiveram direito a duas cotas. Portanto, as cinco primeiras parcelas foram de R\$ 1.200, enquanto as quatro últimas, de R\$ 600.

Quando eram candidatos aos cargos, Pacheco e Lira se manifestaram a favor de uma nova rodada do benefício, com o agravamento da pandemia.

Ainda na manhã desta quarta, os dois se reúnem com o presidente **Jair Bolsonaro**. A partir das 15h, o **Congresso Nacional** realiza a cerimônia de abertura das atividades legislativas.

**Reformas**

Pacheco e Lira se comprometeram a dar andamento às reformas que estão nas duas Casas. Segundo o presidente do Senado, **ambos vão buscar prazo para o relatório final da reforma tributária**, que prevê a simplificação no pagamento de impostos. Ainda nesta quarta, eles vão se reunir com os relatores das propostas que caminham separadamente na Câmara e no Senado.

A da Câmara prevê a fusão de IPI, PIS, Cofins (federais), ICMS (estadual), ISS (municipal). A do Senado, IPI, PIS, Cofins, IOF, CSLL, Cide, Salário Educação (federais); ICMS (estadual); ISS (municipal). Única parte que foi entregue pela equipe econômica ao Congresso, a proposta do governo propõe unir PIS/Cofins em um novo imposto, chamado de Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS).

Pacheco também disse que o Senado vai fazer a "discussão antecipada" da reforma administrativa que está na Câmara, entregue pelo governo em setembro do ano passado.

A proposta muda as regras para contratar, promover e demitir os servidores. Ficaram de fora do alcance da maior parte das mudanças os servidores atuais e os chamados membros de outros Poderes (juízes, promotores, desembargadores, por exemplo).

O novo presidente do Senado também deu apoio à discussão do pacote batizado de Plano Mais Brasil, enviado pelo ministro da Economia, **Paulo Guedes**, em novembro de 2019.

Uma das propostas é o chamado pacto federativo, que revê as regras fiscais e injeta recursos nos Estados e municípios. O pacote inclui uma PEC emergencial para abrir R\$ 28 bilhões no Orçamento em dois anos e R\$ 50 bilhões em uma década, e outra para tirar o carimbo de R\$ 220 bilhões em recursos hoje parados em fundos do governo.

opinião

# FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL  
 Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias  
 DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila  
 SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito  
 CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Collucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)  
 DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benz (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

### Centrão no comando

Consórcio de interesses de maiorias parlamentares com Planalto preocupa pelo impacto institucional

As vitórias de Rodrigo Pacheco (DEM-MG) e sobretudo de Arthur Lira (PP-AL) para as presidências, respectivamente, do Senado e da Câmara consolidam a ascendência do centrão na política federal. Essa gleba geral de legendas — com poucas ideias e muito apetite por cargos e verbas — selou um pacto de ocasião com um presidente acossado pelo risco de impeachment. Jair Bolsonaro, por seu turno, consumou o estelionato eleitoral ao despir-se dos últimos fiapos do disfarce de vingador da política que vestiu em 2018. Enganou apenas quem não acompanhou seus sete mandatos como deputado federal especializado na arria-miúda das transações parlamentares.

Não deixa de ser uma evolução positiva, contudo, o presidente ter deixado de aticar quarteladas e escaramuças com outros Poderes e passado a fazer política, ainda que no modo rebaixado que lhe restou.

A nota preocupante nessa acomodação de interesses e interessados diz respeito ao equilíbrio institucional. Desaparece das presidências do Congresso, pelo menos enquanto o butim prometido pelo Planalto estiver sendo entregue, a disposição de confrontar investidas autoritárias de Bolsonaro. O provável enfraquecimento do contrapeso legislativo vai requerer de outras instâncias de controle, em especial do Supremo Tribunal Federal, uma vigilância ainda

mais atenta. Aumentam as chances de novos desafios contra a marcha civilizatória nos próximos meses. O correr do tempo vai responder às dúvidas sobre o tamanho real da força parlamentar do governo e sobre o que o presidente da República deseja fazer com ela além de se proteger da deposição. A perspectiva para a renda e o emprego das vastas parcelas mais pobres da população é de acentuada deterioração. Qualquer remédio que não inclua impor derrotas a grupos privilegiados pelos orçamentos e as regras públicas vai resultar em desconfiança e inflação. No combate à pandemia, o horizonte não é menos carregado. Meses de incuria e falseamento da realidade por Bolsonaro deixaram o país de joelhos diante do vírus, com precária capacidade de vacinação.

Ter-se associado a chapas vencedoras na Câmara e no Senado não dota o governo de uma súbita competência ou de uma instantânea disposição para enfrentar essas batalhas cruciais. Pelo contrário, o respaldo de maiorias legislativas acaba com desculpas esfarrapadas de que o presidente não pode fazer nada contra as crises. Talvez ele não queira fazer nada. Talvez ele não saiba como extrair bem-estar para a população brasileira do imenso e ubíquo aparato do Executivo federal. Nesse caso, as vitórias no Congresso vão no máximo adiar a prestação de contas.

### Estrela cadente

Mianran retoma sua rotina de controle militar e vê o declínio de um ex-símbolo da resistência pacífica

Nascido em 1948 pelas mãos de um general e governado por boa parte de sua história mais recente por ditadores ou juntas militares, Mianran surpreendeu o mundo ao patrocinar uma transição pacífica de poder a partir de 2010.

O país do Sudeste Asiático, empobrecido e de médio porte, com 5,4 milhões de habitantes, logrou uma entrega voluntária de comando dos fardados até a eleição de 2015, vencida pelo partido da mais famosa líder da resistência pacífica ao arbítrio, Aung San Suu Kyi.

Filha do general fundador do país, de início chamado Birmânia, Suu Kyi passou 15 anos em prisão domiciliar até ser solta em 2010.

Suu Kyinegou o evento macabro, reportado por agências humanitárias. Honrarias lhe foram retiradas, embora ela retenha o Nobel. Em casa, a líder permanecia popular. Mas sua ascensão desagradou os militares que, na transição de poder, mantiveram uma enorme musculatura no aparato do Estado, incluindo uma bizarra reserva de assentos no Parlamento. Eles sacaram a carta da acusação de fraude eleitoral no pleito parlamentar de novembro passado para voltar a pressionar o governo. O partido de Suu Kyi venceu com mais de 80% dos votos, vitória vista como suspeita até por monitores estrangeiros. Mas os militares, após exigir um novo pleito, resolveram retomar as velhas práticas. Um general assumiu o comando do país por um ano, prometendo eleições livres depois disso — algo incerto. Suu Kyi e seus lugares-tenentes foram presos.

A China e os países vizinhos, todos com suas próprias tensões internas, evitaram condenação do golpe — que não foi assim chamado pela diplomacia brasileira.

Sobra ao Ocidente o dever moral de criticar o movimento, por inócuo que possa ser o gesto, sem ignorar a decadência do símbolo que um dia Suu Kyi encarnou.



### O enigma manaura

Hélio Schwartzman

SÃO PAULO As cenas de horror em Manaus camuflam um enigma que deveria preocupar a todos. A cidade já havia sido uma das mais atingidas na primeira onda. Um trabalho publicado na Science em dezembro estimava, a partir da prevalência de anticorpos entre doadores de sangue, que até outubro 76% da população local já haviam sido infectados pelo Sars-CoV-2, um limiar que, se não assegurava a tal da imunidade coletiva, estaria bem perto de fazê-lo.

Isso não impedia os manauaras de enfrentar uma segunda onda total ou mais avassaladora do que a primeira. Surgem aqui várias hipóteses, nenhuma tranquilizadora.

Uma possibilidade é que infecções assintomáticas ou muito brandas não bastem para conferir imunidade ou, pelo menos, não uma imunidade muito duradoura. Isso quase certamente é parte da resposta. Seria interessante tentar descobrir, numa amostra populacional estratificada, quantos receberam um segundo diagnóstico de Covid-19. Espera-se que as vacinas propor-

cionem uma imunidade mais longa do que a infecção natural, mas isso ainda está por ser provado em experimentos de mundo real.

A mais aterradora das hipóteses é a de que a principal explicação para a segunda onda esteja nas mutações que o vírus sofreu em Manaus e que o tornariam mais infeccioso. Mesmo que a variante não seja em si mais letal, mais doentes acorrendo a hospitais superlotados já significam mais mortes, e não só por Covid-19. Ainda mais inquietante, há indícios de que as vacinas, embora funcionem contra novas variantes do Sars-CoV-2 semelhantes à manaura, têm sua eficácia reduzida. A perspectiva aqui é a de que tenhamos de estar sempre produzindo novos imunizantes para acompanhar a evolução do vírus, mais ou menos como fazemos com a gripe.

E, para agravar um pouco mais as coisas, quanto mais tempo o mundo levar para reduzir a circulação do vírus, maiores são as chances de ele sofrer mutações. Darwin é implacável. [heio@uol.com.br](mailto:heio@uol.com.br)

### O que esperar deste 2021

Antonio Delfim Netto  
 Economista e ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici).  
 Escreve às quartas

O ano de 2020 foi doloroso. Um período dedicado ao enfrentamento de uma inesperada e devastadora pandemia, que exigiu respostas para a saúde e medidas econômicas céleres para atravessar um choque sem precedentes em quase um século. A longo dos meses, os governos aprenderam — alguns de maneira mais eficiente do que outros — a aperfeiçoar os estímulos destinados a salvar vidas, empregos e o tecido produtivo, com resultados palpáveis que mitigaram o estrago previsto quando tudo começou.

O Brasil, entretanto, não aproveitou a parte do segundo semestre que poderia ter sido utilizada para começar a endereçar os problemas mais urgentes do país. Adentramos 2021 sem nem sequer termos aprovado o Orçamento para o ano, consequência das disputas no Legislativo e da falta de interesse do Executivo.

Passadas as eleições para o comando das duas casas, chegou a hora de olharmos para a frente e decidir o que queremos para o Brasil. A conjuntura econômica em que o país se encontra é mais adversa do que no pré-pandemia, fruto da monumental elevação da dívida e do déficit público, ambos necessários para o enfrentamento da crise. Isso significa que as escolhas a serem feitas serão ainda mais duras e necessárias.

O Legislativo precisa recuperar o sopro de reformismo que experimentou durante o governo Temer e o início do governo Bolsonaro. O Executivo deve decidir se tem interesse e comprometimento com o futuro do país e com a agenda econômica apoiada abertamente apenas por parte do governo.

As reformas necessárias estão dotadas de postas, mas, sem a liderança do Executivo em trabalhar sua agenda econômica junto ao Legislativo e estabelecer prioridades, é difícil acreditar que sejam bem-sucedidas.

No curto prazo, a reorganização das contas públicas e a indicação clara de sustentabilidade para a trajetória da dívida são condições necessárias para a saúde macroeconômica do país. É disso que precisamos para a construção crível de um programa social mais robusto e inclusivo, a ampliação do espaço para o investimento público no Orçamento e a garantia de que a política monetária poderá atuar sem sobressaltos. Opar pela ampliação pura e simples do endividamento público é a saída mais fácil, e a que escolhemos de maneira reiterada. Suas consequências sempre vêm depois, e não costumam poupar as camadas mais vulneráveis da população.

A prioridade zero soma-se o enfrentamento definitivo da reforma do Estado para dar maior eficiência ao funcionamento da máquina pública e controlar o crescimento de suas despesas, além de atacar privilégios e penduricalhos de uma casta não eleita que se apropriou do poder.

### Governabilidade premium

Bruno Boghossian

BRASÍLIA Depois de dois anos no Planalto, Jair Bolsonaro finalmente assinou o pacote premium de governabilidade no Congresso. A aliança com os partidos do centrão já foi selada nas eleições da Câmara e do Senado, mas ainda resta saber que tipo de governo esse pacto vai produzir. O presidente procurou uma base de apoio, em primeiro lugar, para se proteger das investigações que cercam sua família e dos efeitos políticos do desastre oficial na pandemia. Amparado, ele também gostou da ideia de aproveitar as novas amizades para tentar aprovar alguns itens de sua agenda de campanha.

Os olhos do centrão podem estar brilhando diante das regalias governamentais prometidas por Bolsonaro, mas isso não significa que velhos entraves vão desaparecer de uma vez. Na economia, os novos chefes do Congresso disseram que pretendem aprovar uma reforma administrativa e uma reforma tributária. Faltou lembrar que nem Bolsonaro nem os parlamentares estão interessados em mexer nas carreiras de servid-

res ou ressuscitar a CPME. O acordo pode produzir, no máximo, um par de reforminhas com baixo impacto sobre as contas públicas.

Bolsonaro só conseguiria tirar proveito de algum impulso de governabilidade se houvesse um plano concreto de governo. A primeira meta de seu mandato provou que o Planalto está longe disso — e ainda consegue sabotar o que poderia dar certo, como é o caso da vacinação.

Com o apoio de um centrão conservador, o presidente deve se distrair com uma agenda de costumes. Assim, ele pode mobilizar sua base popular e atrair de volta alguns eleitores insatisfeitos. Se a economia continuar no buraco, porém, esses humores não devem durar muito.

Horas depois da vitória de Arthur Lira (PP) na Câmara, os operadores políticos do centrão pareciam otimistas com a possibilidade de aprovar uma reforma projetos espinhosos da pauta do governo. Um dirigente dizia que Bolsonaro terá força para isso "se não fizer besteira". Há quem acredite em milagres.

### Receita de Bolsonaro: sonegar

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO Em 1999, quando era pago pelos cofres públicos para se fazer passar por deputado, Jair Bolsonaro disse que "sonegava tudo o que era possível". Referia-se aos impostos que, apesar de todas as benesses, tinha de pagar e que, segundo ele, o governo mandava "para o ralo ou para a sacanagem". Ao admitir que sonegava, Bolsonaro estava incitando a desobediência civil.

Hoje, em que ele é pago pelos cofres públicos para se fazer passar por presidente, será interessante observar sua reação se uma pessoa com qualquer tribuna recomendar ao povo que deixe de lhe pagar impostos. Motivos para sonogação não faltam. Se são os impostos que permitam ao Estado funcionar e justificam sua existência, onde está a aplicação deles em saúde, educação, economia, segurança, transportes, ambiente? O país está se desfazendo — a pandemia avança a toda, brasileiros morrem por falta de oxigênio, milhões de jovens não sabem qual será seu futuro escolar, os investimen-

tos evaporam, a mata é arrasada e o mundo nos olha com escárnio e desprezo. Antes fossem o ralo e a sacanagem. Com Bolsonaro, é a morte.

Como nunca geriu nem uma quinta de aquí, ele não está nem aí para o Executivo, exceto o comando deste. E, quando se diz que é para ele que pagamos os impostos, é literal. Estamos pagando para que se reeleja.

São nossos impostos que bancam suas viagens de campanha pelo Nordeste, o suborno de prefeitos e ruralistas, os outdoors que cobrem as estradas do país com sua foto. É um palanque nacional. Mas nada supera a farsa desta segunda feira: pagamos a Bolsonaro para ele comprar os políticos que irão protegê-lo do impeachment. Aproveite sua pautas assassinas e garantir sua reeleição. E as emendas e verbas que lhes ficou devendo são apenas a entrada — as futuras prestações lhe custarão muito mais. Não a ele. Custarão a nós — a não ser que sigamos o seu exemplo e passemos a sonegar.

mercado

# Brasil tem pior situação para rolar dívida, dizem bancos

IIF vê cenário arriscado com vencimento de títulos e aumento de despesas

Fernando Canzian

SÃO PAULO O Brasil começou 2021 com a maior necessidade de refinanciamento de sua dívida pública entre todos os países emergentes.

Com prazo bastante encurtado em 2020, a dívida a ser rolada neste ano por meio da emissão de novos papéis corresponde a 18,5% do PIB, o maior nível da série histórica do Tesouro, iniciada em 2005.

O valor equivale a cerca de R\$ 1,4 trilhão, que precisará ser levantado com a venda de papéis no mercado.

Segundo novo relatório do IIF (Institute of International Finance), que reúne 450 bancos e instituições financeiras em 40 países, a situação brasileira, na comparação com os demais emergentes, é desafiadora. "No geral, vemos o maior risco de refinanciamento no Brasil", diz o relatório do IIF, para quem o país "merece atenção".

O órgão considera uma "combinação arriscada" o cenário difícil que o Brasil enfrenta para cortar gastos (limitar

o aumento do endividamento) e o volume recorde de vencimentos da dívida neste ano. "A situação fiscal exige muita emissão de dívida devido ao encurtamento dos prazos e às altas amortizações, principalmente por volta de abril", diz Martín Castellano, chefe do Departamento de Pesquisas do IIF para a América Latina.

Martín Castellano  
chefe do Departamento de Pesquisas do IIF (Institute of International Finance) para a América Latina

o aumento do endividamento) e o volume recorde de vencimentos da dívida neste ano. "A situação fiscal exige muita emissão de dívida devido ao encurtamento dos prazos e às altas amortizações, principalmente por volta de abril", diz Martín Castellano, chefe do Departamento de Pesquisas do IIF para a América Latina.

"O risco é o país enfrentar um ajuste em condições de mercado potencialmente mais difíceis no futuro".

Em análises recorrentes, o IIF sugere que poucos países conseguem reduzir drasticamente gastos após um aumento significativo.

O órgão também considera difícil o Brasil não ver se obrigado, em razão do recrudescimento da pandemia, a voltar a se endividar mais a fim de retomar algum tipo de auxílio emergencial aos mais pobres.

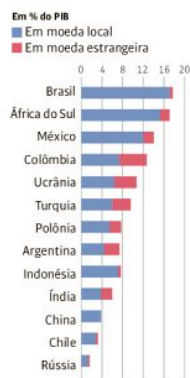
Para o economista-chefe da MBAssociados, Sérgio Vale, o mais provável, no entanto, é que a movimentação do governo Jair Bolsonaro e da Câmara, agora sob o comando do chamado centrão, seja mais no sentido de criar um novo imposto como uma CPMF (como defende o ministro Paulo Guedes) do que perseguir um ajuste estrutural na despesa.

Vale afirma que, embora os gastos mais elevados de 2020 não devam se repetir neste ano (o que pode reduzir a pressão sobre o refinanciamento), o elevado nível de en-

dividamento no Brasil (equivalente a quase 90% do PIB, o maior entre os emergentes) exigirá em algum momento um ajuste estrutural na despesa para reduzir a dívida pública e alongar seu prazo. Desde o início do governo Bolsonaro, em razão dos gastos maiores, sobretudo na pandemia, o prazo médio dos títulos emitidos pelo Tesouro caiu significativamente, de 4,8 anos para 3,4 anos. Já os vencimentos em 12 meses mais que dobraram, de cerca de R\$ 600 bilhões para quase R\$ 1,4 trilhão.

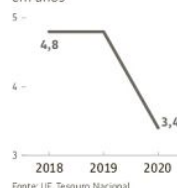
Brasil lidera necessidade de refinanciamento

Dívida e juros vencendo em 2021



Perfil da dívida pública brasileira piora

Prazo médio das emissões, em anos



Fonte: IIF, Tesouro Nacional e MB Associados



dividamento no Brasil (equivalente a quase 90% do PIB, o maior entre os emergentes) exigirá em algum momento um ajuste estrutural na despesa para reduzir a dívida pública e alongar seu prazo.

Desde o início do governo Bolsonaro, em razão dos gastos maiores, sobretudo na pandemia, o prazo médio dos títulos emitidos pelo Tesouro caiu significativamente, de 4,8 anos para 3,4 anos.

Já os vencimentos em 12 meses mais que dobraram, de cerca de R\$ 600 bilhões para quase R\$ 1,4 trilhão.

Em janeiro de 2019, 15% da dívida pública vencia em 12 meses. Agora, são 27,6% — maior nível desde 2007.

Assinalização de que o Banco Central pode iniciar em breve um ciclo de aumento dos juros agrava o cenário — taxas maiores significam crescimento maior da dívida.

Em razão do encurtamento de seu prazo e do aumento do endividamento, cerca de 55% do total de vencimentos em 12 meses serão afetados por um aumento nos juros.

# SP pode anunciar hoje pacote de socorro para bares e restaurantes

Marília Miragaia

SÃO PAULO Em meio a protestos, o governo do estado de São Paulo avalia lançar um pacote de medidas de socorro ao setor de bares e restaurantes.

A categoria, que realizou um novo protesto nesta terça (2), o terceiro em menos de 15 dias, também tem a expectativa de que o governador João Dória (PSDB) anuncie nesta quarta (3) medidas de relaxamento da quarentena.

"A gente fez uma série de reuniões com o setor nas últimas semanas (...). Nós elencamos todos os pedidos e fizemos uma força-tarefa a pedido do governador. Teremos uma devolutiva para que a gente possa anunciar o pacote de medidas", disse à Folha a secretária de Desenvolvimento Econômico do governo do estado, Patrícia Ellen.

Segundo ela, entre as demandas avaliadas pelo governo estão questões tributárias, de financiamento e a suspensão temporária de protestos de dívidas. Também existe a possibilidade de ser anunciada uma linha de crédito adicional direcionada ao setor.

A expectativa é que o pacote seja anunciado nesta quarta. A revisão de alíquotas do ICMS, porém, outro pleito de empresários e entidades, não deve ser parte do pacote.

Nesta terça, o imposto foi um dos temas abordados em uma carta publicada pela Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes) em jornais e endereçada ao governador, na qual pedem iniciativas para o setor e a redução de impostos.

Segundo a publicação, o aumento de ICMS para alguns itens de matéria-prima utilizada por bares, restaurantes e lanchonetes chega a até 90%.

A questão também vem sendo discutida pela ANR (Associação Nacional de Restaurantes) desde o ano passado, quando a entidade encaminhou ao governo do estado um pedido de revisão da alíquota do ICMS sobre insumos e sobre a venda ao consumidor, que teve aumento de 15%, segundo Fernando Blower, diretor executivo da entidade.

As duas entidades apoiam a manifestação de donos de restaurantes, bares, lanchonetes e seus funcioná-



Funcionários e donos de bares e restaurantes em ato na av. Paulista contra restrições e por medidas de ajuda

rios que aconteceu nesta terça-feira, das 15h às 17h, na avenida Paulista, em São Paulo.

Nas últimas semanas, Dória esteve sob pressão do setor para arrefecer as restrições anunciadas no dia 22. Segundo as medidas, a capital passou a ficar na fase vermelha aos sábados, domingos e feriados e também entre as 22h e as 6h nos demais dias. Assim, o serviço presencial em restaurante ficou proibido de funcionar.

Mesmo depois da sinalização do governo de que as restrições podem ser suspensas como parte do relaxamento das medidas, manifestantes mantiveram o ato dando ênfase a demandas de ajuda ao setor nas esferas municipal, estadual e federal.

"Abrir é uma conquista, mas não resolve nossa situação. O que mais precisamos é de crédito e de parcelamento de contas em concessionárias e de impostos atrasados. É necessário ter um Refis [programa de parcelamento de tributos] do ICMS de 2020 que seja condizente com nossa situação hoje", diz Edrey Momo, 51, do Grupo da Esquina (do-

no do restaurante Tasca da Esquina) e das pizzarias 1900.

Momo, um dos organizadores do protesto, afirma que outro problema enfrentado pelo setor é que os estabelecimentos que não conseguiram quitar tributos e contas com os bancos estão tendo suas dívidas protestadas, o que inviabiliza o acesso a crédito. "Estou protestado por não pagar ICMS de 2020. E agora, quando eu vou ao banco, tenho a chance de não receber empréstimos por isso".

Capital perde mais dois bares de cerveja

Só neste ano, dois estabelecimentos do gênero anunciaram o fechamento das portas. Primeiro foi o pub Little Cronin, na região de Higienópolis, tocado pelo irlandês Jeff Cronin. Nesta semana, o Mad Dwarf São Paulo anunciou sua despedida. Em 2020, já haviam encerrado as atividades o 7 Queens Brewpub, o Bredwog São Paulo e o Cateto.

## MATCH DA SAÚDE

Ele avalia sua dieta, examina seu histórico familiar e aponta seu risco de ter um infarto. Só não vai malhar por você.

Chegou o Match da Saúde, a ferramenta gratuita da Folha que avalia seus hábitos, sua história e características pessoais para que você descubra se está se alimentando bem, se tem feito exercícios suficientes, como se prevenir de doenças do coração e de câncer e muito mais. Não importa seu gênero ou sua idade, as recomendações serão feitas sob medida para você.

Acesse agora: [folha.com/matchdasaude](https://folha.com/matchdasaude)

O Match da Saúde usou como base as fontes de maior credibilidade do mundo.

Patrocinador:

**FOLHA**  
NÃO DÁ PRA NÃO TER

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha  
painelsa@grupofolha.com.br

Movimentação financeira

A eleição dos candidatos de Bolsonaro para o Congresso deu uma injeção de otimismo no empresariado, que volta a falar na perspectiva das reformas. O ânimo foi mais forte entre os defensores da CPMF, que viram na vitória de Arthur Lira na Câmara o fim de um empecilho porque Rodrigo Maia era contra o projeto. O grupo Brasil 200, que assumiu a bandeira do tributo sobre pagamentos em nome de empresários dos serviços e do varejo, já se reúne para resgatar o assunto.

**JANELA** Embora o Ministério da Economia tenha sinalizado que as questões polêmicas como a CPMF devem ficar no fim da fila, a avaliação é que o caminho para o debate está novamente aberto, segundo o ex-secretário da Receita Marcos Cintra, que, desde sua saída do governo em 2019, discute o assunto com empresários a favor da volta do imposto.

**AO MESMO TEMPO** Cintra diz que acha possível o governo tocar as reformas administrativas e tributárias paralelamente.

**FIM** Gabriel Kanher, presidente do Brasil 200, acredita que agora não há mais chances de avançar a proposta de reforma tributária de autoria do candidato derrotado Balaia Rossi, a PEC 45, apoiada por Maia.

**PESO** Apesar da satisfação pela vitória de Lira, o deputado é alvo de denúncias por crimes de corrupção e um dos líderes do centrão, perfil que o movimento empresarial de Kanher também vinha combatendo nos últimos anos. O empresário afirma que a bandeira da luta contra a corrupção não será abandonada. Mas há outras prioridades.

**MEDIDA** “Se olharmos de forma realista, vemos que é muito difícil que essa pauta do combate à corrupção avance agora. Infelizmente, o Brasil tem problemas muito sérios estruturais que precisam andar para que a gente consiga avançar com isso”, diz Kanher.

**REGULADOR** O órgão regulador do mercado de apostas britânico criou novas medidas para proteger os praticantes de jogos online. Pelas novas regras, as empresas de jogos terão de mostrar ao apostador um placar apontando quanto tempo ele já passou jogando e o montante do dinheiro que ganhou e perdeu na atividade.

**SOM** A trilha sonora dos jogos também vai ter que mudar. Aquelas músicas que remetem a vitória não poderão tocar nos momentos em que, na verdade, o apostador perdeu dinheiro ou ficou no zero a zero. Também foram proibidas as ferramentas para seguir jogando automaticamente, e a roleta terá um novo limite de velocidade.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

**JUROS** Janeiro, em % ao mês  
7,73 8,00 3,89 7,89  
Cheque especial Empréstimo pessoal  
Fonte: Procon-SP

**CONTRIBUIÇÃO A PREVIDÊNCIA** Competência janeiro  
**Autônomo, empregador e facultativo**  
Valor mín. R\$ 1.100,00 20% R\$ 220,00  
Valor máx. R\$ 6.431,57 20% R\$ 1.286,31  
O autônomo que presta serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem receber sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recebe por conta própria vence em 15 fev.

**MEI (Microempreendedor)**  
Valor mín. R\$ 1.100 5% R\$ 55,00

**Emprego, exceto doméstico** Alíquota Até R\$ 1.100 7,5%  
De R\$ 1.100,01 até R\$ 2.203,48 9%  
De R\$ 2.203,49 até R\$ 3.305,22 12%  
De R\$ 3.305,23 até R\$ 6.431,57 14%  
O prazo para recebimento das contribuições do empregado vence em 19 fev. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição.

**IMPOSTO DE RENDA**  
Em R\$ Alíquota, em % Dedução, em R\$  
Até 1.903,98 Isento  
De 1.903,99 até 2.826,65 7,5 142,80  
De 2.826,66 até 3.751,05 15 354,80  
De 3.751,06 até 4.664,68 22,5 636,13  
Acima de 4.664,68 27,5 869,36

**EMPREGADOS DOMÉSTICOS**  
Considerando o piso da capital e Grande SP (R\$ 1.252,48)  
Empregado Valor, em R\$ 96,22  
Empregador 250,46  
O prazo para o empregador do doméstico vencer em 5 fev. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico pode ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre a taxa fixa do salário, até o teto do INSS.

# Guedes quer negociar com Congresso plano escalonado para recuperar economia

Com novo comando no Legislativo, pasta vê janela de oportunidade para votações até setembro, evita polêmicas e põe CPMF no fim da fila

Bernardo Caram, Fábio Pupo e Thiago Resende

**BRASÍLIA** O Ministério da Economia quer negociar com a nova cúpula do Congresso um plano escalonado de medidas. A ideia é começar por ações consideradas menos polêmicas e caminhar para propostas que hoje não têm consenso, como a criação de um imposto sobre transações financeiras aos moldes da extinta CPMF. Segundo membros da equipe do ministro Paulo Guedes (Economia), a eleição de aliados do governo para o comando do Legislativo abriu uma janela de oportunidade que pode ser a última deste mandato do presidente Jair Bolsonaro. A avaliação é que o período propício para a aprovação de propostas de impacto, como as reformas administrativa e tributária, deve durar apenas até setembro deste ano.

A partir do último trimestre, auxiliares do ministro acreditam que os deputados e senadores passarão a ocupar das articulações para a eleição presidencial de 2022, o que pode inviabilizar o andamento da agenda de reformas estruturais. Por isso, preferem objetividade na discussão das prioridades.

Até esta terça-feira (2), Guedes não havia se encontrado com os presidentes eleitos da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), mas ligou para os dois e os parabenizou pelo resultado das votações. O ministro planeja conversar pessoalmente com Lira e Pacheco nos próximos dias.

Interlocutores defendem, no entanto, que as negociações com o Congresso sejam abertas na próxima semana, sem esperar que os deputados e senadores solucionarem embates internos, como brigas entre blocos partidários e discussões sobre o comando de comissões e a relatoria de propostas.

A estratégia avaliada pela pasta prevê que as negociações sejam feitas em etapas, com algumas frentes de atuação. No primeiro momento, seria priorizada a aprovação do Orçamento deste ano e a votação da PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, que estabelece o acionamento de gatilhos de ajuste fiscal para aliviar o caixa do governo em momentos de crise. Conforme mostrou Folha, a não aprovação do Orçamento colocou em risco gastos considerados essenciais, como salário de militares e repasses para a educação básica.

As aprovações do Orçamento e da PEC Emergencial são consideradas fundamentais para discutir eventuais medidas voltadas aos vulneráveis com o devido remanejamento ou corte de recursos de outras áreas.

Parlamentares que acompanham as negociações afirmam que a CMO (Comissão Mista de Orçamento) deve ser instalada na próxima semana. Em previsão otimista, as contas de 2021 estariam aprovadas no fim de fevereiro ou no início de março.

Considerando um cenário de aprovação também da PEC Emergencial, o governo pretende avaliar o espaço que seria aberto no Orçamento deste ano. A equipe de Guedes defende que novas medidas, como eventual pagamento de parcela do auxílio emergencial ou criação de um novo programa social, possam ser anunciadas

apenas após esse diagnóstico.

Apesar da pressão pelo auxílio, a avaliação interna é que a economia continua aberta — e, portanto, a necessidade da medida é menor do que em 2020. Joga a favor dessa ideia o provável recuo do governo de São Paulo em medidas de restrição a bares e restaurantes após protestos de empresários.

Ainda a curto prazo, podem ser reeditadas medidas adotadas em 2020 para minimizar os efeitos da pandemia — todas sem impacto fiscal e sem necessidade de aprovação do Congresso para começarem a valer.

Entre as ações em estudo, estão a antecipação do 13º de aposentados, o adiamento da cobrança de tributos e eventual liberação de novo saque do FGTS. Em 2020, essas medidas foram tomadas por MP (medida provisória, que tem força imediata de lei) ou portarias.

No segundo passo do plano, seria priorizada a articulação para a votação de medidas consideradas menos polêmicas. Nesses casos, estão a autonomia do Banco Central e as leis que modernizam os marcos legais de cabotagem, gás, concessões e ferrovias.

A mesma lógica do escalonamento deve ser adotada na reforma tributária. A equipe econômica é contra o texto da PEC 45, que já tramita no Congresso e unifica tributos federais, estaduais e municipais.

O Ministério da Economia quer começar as votações com fatias mais consensuais da reforma. Entrariam primeiro a unificação dos tributos federais, PIS e Cofins (já enviada pelo governo ao Congresso), a redução de imposto de Renda para empresas e a taxa de dividendos.

Ficariam para depois a fusão de outros tributos e a criação do imposto sobre transações financeiras. Técnicos da pasta afirmam que lançar agora pautas que não são consenso poderia atrapalhar todo o resto da agenda.

A ideia de Guedes é usar os recursos da nova CPMF para compensar uma redução de encargos trabalhistas. O plano sofre com resistência de membros do governo e lideranças partidárias.

Membros do ministério consideram importante que avance a reforma administrativa, prometida pelo novo presidente da Câmara. A avaliação é que a medida traz um sinal positivo de melhora da eficiência e zelo fiscal, embora o efeito de curto prazo sobre o Orçamento seja muito pequeno.

Mesmo com o comando do Congresso nas mãos de aliados do Planalto, as privatizações — tema considerado prioritário por Guedes — tendem a ficar em segundo plano diante da avaliação de que o tema arrefeceu desde o começo do governo.

Contribui para a visão de pedido de demissão do presidente da Eletrobras. Wilson Ferreira Júnior disse há pouco mais de uma semana que a dificuldade em aprovar a privatização da estatal no Congresso, assim como uma descrença pessoal no avanço do processo, motivou sua saída do cargo.

De qualquer forma, o Ministério da Economia comemora o novo comando do Congresso, mas a visão de que os novos nomes vão possibilitar o diálogo sobre o formato das medidas. Antes, a perspectiva era que o debate era congesti-

**PLANOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA PARA 2021**  
- Aprovar o Orçamento deste ano e a PEC Emergencial

- Avaliar o espaço aberto no Orçamento para novas medidas, como eventual parcela do auxílio emergencial ou novo programa social

- Anunciar medidas para mitigar efeitos da pandemia, sem impacto fiscal e sem necessidade de aprovação do Congresso para começarem a valer. Estão em estudo a antecipação do 13º de

aposentados, o diferimento de tributos e a nova liberação de saques do FGTS

- Votação de medidas consideradas menos polêmicas, como autonomia do Bce leis que modernizam marcos legais de cabotagem, gás, concessões e ferrovias

- Apoiar a articulação pela reforma administrativa e negociar a votação de trechos mais consensuais da reforma tributária — unificação de PIS/Cofins, redução de Imposto de Renda para empresas e taxa de dividendos

- Apresentar nova proposta da Carteira Verde e Amarela, que reduz encargos para uma parcela dos trabalhadores

- Medidas consideradas mais polêmicas ficam no fim da fila. A criação de um imposto como a extinta CPMF e a desoneração ampla de encargos trabalhistas ficam para um segundo momento.

Privatizações também não serão o foco principal

onado por um antagonismo — principalmente por parte Rodrigo Maia (DEM-RJ), ex-presidente da Câmara.

No ano passado, o governo viu a pauta de reformas travar no Congresso. Além da pandemia, que mudou as prioridades do Legislativo, os atritos entre Guedes e Maia acabaram dificultando o andamento da agenda.

Para pessoas próximas a Guedes, a eleição de Lira na Câmara e Pacheco no Senado deve criar uma relação mais harmônica entre os Poderes. Membros da pasta dizem, no entanto, que seria ingenuidade acreditar que todas as pautas prioritárias seriam aprovadas facilmente. Por isso, afirmam que as negociações serão feitas com cautela, em conjunto com o Planalto.

## Novo presidente do Senado quer votar Orçamento até março

Renato Machado

**BRASÍLIA** O novo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou nesta terça-feira (2) que vai buscar instalar ainda nesta semana a Comissão Mista do Orçamento, esperando aprová-la até o próximo mês.

Em conversa com jornalistas, Pacheco afirmou que vai conversar com o novo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), a respeito da instalação da comissão e seu formato — será escolhido inicialmente apenas o presidente da comissão e o relator, entre outros aspectos. “Na verdade, nós vamos sentar eu e o deputado Arthur Lira para definirmos o formato disso. O fato é que será uma comissão de existência muito rápida. Nós vamos buscar aprovação [do Orçamento] já até o mês de março para instalar outras [comissões] na sequência”, afirmou.

No fim do ano passado, o Congresso aprovou a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que fixa as regras para a elaboração do Orçamento. A peça, no entanto, ainda não foi aprovada e pode afetar em breve alguns gastos essenciais do governo federal.

A instalação da comissão foi paralisada após um embate para a indicação do relator, envolvendo o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ) e o atual, Arthur Lira (PP-AL).

## Dólar cai para R\$ 5,35 após vitória de Bolsonaro

O dólar recuou 1,72% após a vitória dos candidatos apoiados por Jair Bolsonaro nas eleições do Congresso. A expectativa do mercado é de retomada das reformas. Dentre emergentes, o real foi a moeda que mais se valorizou na sessão. No entanto, várias análises de profissionais de mercado destacaram que, apesar de pronta para um retorno, a agenda de reformas ainda enfrentará dificuldades políticas. O Ibovespa fechou em alta de 0,6%, a IBR233,81 pontos. Nos EUA, o S&P 500 subiu 1,39%, o Dow Jones, 1,57%, e a Nasdaq, 1,56%.

## Opinião do GLOBO

# Reformas se impõem no início do ano legislativo

*Com o comando de Câmara e Senado, Bolsonaro e Guedes não podem mais pôr em Maia a culpa pela demora*

**V**itoriosos na escolha dos presidentes da Câmara e do Senado, o governo e sua base fortalecida precisam trabalhar com rapidez para compensar 2020, ano em que pouco se fez pelas reformas, em parte devido à pandemia, mas muito em função da resistência do presidente Jair Bolsonaro às mudanças que precisam ser feitas com urgência. Se quiser mesmo lançar um novo auxílio emergencial, como deseja sua base no Congresso, não há opção para abrir o espaço fiscal necessário sem as reformas. Não há mais o que esperar para fazer andar essa agenda, prometida na campanha eleitoral que levou Bolsonaro ao Planalto.

Arthur Lira (PP-AL) na Câmara e Rodrigo Pacheco (DEM-MG) no Senado se referiram, em seus discursos de posse, tanto a reformas quanto à crise de saúde pública. São mesmo questões interligadas. O ministro da Economia, Paulo Guedes, que se distanciou do ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ), anuncia que levará ao Congresso sob novo comando propostas de resgate de projetos que já estão no Legislativo.

A iniciativa é mais do que oportuna.

O país precisa saber logo se o presidente e o Centrão estão mesmo dispostos a fazer o necessário para o Brasil resistir à maior crise da sua história e sair dela preparado para entrar numa fase de crescimento. Não dará mais para Guedes ou Bolsonaro culparem Maia pela paralisia na agenda reformista.

Guedes demonstra estar ciente de que o governo terá de agir para proteger os mais necessitados, caso a Covid-19 continue a matar mais de mil brasileiros por dia. Fala em "ir para a guerra" e acionar os protocolos de calamidade pública, como foi feito no ano passado. O auxílio emergencial acrescentou R\$ 300 bilhões às despesas, o déficit público de 2020 passou dos R\$ 700 bilhões, e o governo projeta um saldo negativo para este ano de R\$ 247 bilhões. É fácil constatar que não há margem para criar novo auxílio sem aumentar uma dívida interna já nas nuvens (90% do PIB). O Estado não dispõe de recursos infinitos. É preciso respeitar as leis da gravidade fiscal, do contrário as pressões inflacionárias põem em risco a estabilidade monetária.

Para liberar recursos no curto prazo, um bom começo é aprovar as PECs emergencial e dos fundos públicos,

que já estão no Congresso. A Emergencial tenta conter o crescimento vegetativo das despesas por meio de gatilhos acionados automaticamente para conter gastos com pessoal. O mecanismo, criado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, foi desativado pelo Supremo no caso do funcionalismo. Daí a necessidade de nova emenda à Constituição.

Para lidar com o descalabro da gestão pública, é preciso ainda dar prioridade à reforma administrativa, incluindo nela os funcionários da ativa e as categorias mais privilegiadas dos servidores. Também é necessário dar um basta no manicômio tributário e melhorar a eficiência da máquina burocrática na prestação de serviços. Outra questão crítica e urgente será a vacinação em massa, desprezada por Bolsonaro. Não há alternativa para a economia recuperar a capacidade de gerar emprego e renda senão a vacinação e o caminho das reformas.

Trabalho, como se vê, não falta. Será mais do que uma irresponsabilidade se Planalto e Congresso ignorarem as necessidades do Brasil e repetirem os erros de 2020. Lira e Pacheco, Guedes e Bolsonaro ainda têm uma oportunidade de acertar. Pode ser a última.





Alçada, Bia Kicis aliada de Arthur Lira no dia da eleição para a presidência da Câmara. Eleita na onda bolsonarista de 2018, ela passou a defender aproximação do governo com o Centro

# NO CENTRO DO PODER

## Deputada investigada no STF e contra isolamento social vai presidir CCJ

BRUNO GÓES, NATÁLIA PORTINARI  
E PAULO CAPELLI  
Qualifiquem com 3  
melhores

Em seu primeiro dia como presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) negociou acordo para entregar ao PSL a presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a mais importante da Casa. O partido designou o cargo para a deputada Bia Kicis (PSL-DF), integrante da ala bolsonarista da legenda e uma das aliadas do presidente Jair Bolsonaro que mantém atuação política mais radicalizada. Apoiado pelo Planalto na eleição na Câmara, Lira assumiu prometendo preservar a independência da Casa.

Bia Kicis é investigada no inquérito das fake news, que cor-

### MESA DIRETORA DA CÂMARA

Responsável pela direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Casa



\*Egido e de preferência da Casa, responsável por parte administrativa, como contratos de serviços  
\*\*Cuidar de promoções e honrarias, embargos, e passagens de documentos  
\*\*\*Ajuda na organização das despesas com passagens aéreas e exames os requerimentos de licença e justificativa de faltas  
\*\*\*\*É responsável pelos parlamentares furiosos  
A Mesa possui ainda quatro suplentes

Escritório de Imprensa

re no Supremo Tribunal Federal (STF), e, desde o início da pandemia, tem negado a gravidade da Covid-19. Ela já publicou vídeos nas redes sociais

ensinando a não usar máscaras e incentivou, em dezembro, a população de Manaus a protestar contra medidas de isolamento social.

A CCJ é a principal comissão da Casa, responsável por analisar a legalidade e constitucionalidade dos projetos. Cabe à comissão, por exem-

plo, analisar a admissibilidade de eventuais processos de impeachment aceitos pelo presidente da Câmara.

O acordo com o PSL foi selado por Lira após a definição de que Luciano Bivar (PSL-PE), presidente do partido, deve ficar com a primeira secretaria, cargo na Mesa Diretora. A ideia é pacificar as duas alas do PSL, a de Bivar e a bolsonarista, rompidas desde 2019. Dentro desse arranjo, o líder do partido será Vitor Hugo (PSL-GO), ex-líder de governo de Jair Bolsonaro.

— Foi um acordo para selar a paz — disse Bia Kicis ao GLOBO.

O PSL tinha direito à indicação na CCJ por ser o maior partido do maior bloco que

concorreu nas eleições Câmara. Felipe Franci (PSL-PR) ficou à frente da comissão antes da primeira reunião, durante o mandato de Rodrigo Maia (DEM-B) pelo mesmo motivo.

Bia Kicis tem carreira procuradora de Justiça, vice-presidente da Casa no ano passado. Ainda em 2018, quando se elegeu deputada pela primeira vez, ela pediu a intervenção militar no país. Já era parlamentarista a fazer discursos na Câmara sustendo que as Forças Armadas teriam papel moderador na resolução de conflitos entre os poderes, interpretação do artigo 142 da Constituição que o Supremo Tribunal Federal decidiu não ser cabível.

### ACORDO COM OPOSIÇÃO

O primeiro dia de Lira no comando da Câmara foi marcado também pela aproximação com partidos que integravam o bloco de oposição, como o MDB (SP) e o União da Mesa Diretora. Ainda no final da noite da segunda-feira, logo após vencer a eleição, Lira recebeu o bloco de Baleia Cavalcante, líder da causa de um atraso de realização da bancada como integrante do grupo. Assim, partidos da oposição perderiam espaço na Câmara.

Diante da reação dos grupos, que ameaçaram realizar o caso no STF e pautar a Câmara, Lira chegou a um acordo que garantiu a presença de adversários na Mesa, mas com menos espaço.

Antes da anulação do acordo, aliados de Lira foram contemplados com postos, ante quatro adversários. Agora, serão três membros do grupo do novo presidente e três não aliados escolhidos para os cargos. O acordo será assinado hoje, às 10h.

A primeira vice-presidente ficará com Marcecos (PL-AM). Elesubstituirá Lira em caso de ausência. Já a segunda vice será André de Paula (PSD-PE).

A primeira-secretaria seria destinada ao PT, deve ficar com Bivar. Cabe a decisão porque dá o controle de importante do orçamento da Casa. O PT deve indicar a primeira-secretaria para a Mesa Diretora.

# REFORÇO NO COMBATE Sputnik V, em análise na Anvisa, tem eficácia de 91,6% contra a Covid-19

A revista científica *The Lancet* publicou artigo com os resultados da Sputnik V, vacina desenvolvida pelo Instituto Gamaleya, da Rússia, que atribui eficácia de 91,6% na prevenção da Covid-19 para o imunizante, nos testes de fase 3. O estudo, revisado por pares, confirma os resultados preliminares divulgados no fim do ano passado.

A Sputnik V é a quarta vacina contra a Covid-19 a ter resultados de fase 3 publicados em periódicos científicos com revisão de pares, após os imunizantes da Pfizer/BioNTech, Moderna e AstraZeneca/Coxford. Sua eficácia também ficou próxima dos imunizantes das duas primeiras, que atingiram entre 95% e 94% de eficácia, respectivamente.

A vacina russa baseia-se na tecnologia de vetor viral a partir de dois adenovírus, responsáveis por resfriados comuns e inofensivos para os vacinados, e já é adotada por países vizinhos, como Argentina, Bolívia e Paraguai. A publicação na *Lancet* deve ajudar a superar o ceticismo levantado em torno do imunizante após a decisão da Rússia de registrá-lo antes mesmo do início da última fase dos estudos clínicos, etapa na qual a eficácia e a segurança são atestadas.

Em dezembro, a Sputnik começou a ser aplicada em profissionais de saúde, professores e jornalistas russos. Em janeiro, a Rússia começou a aplicar a vacina em larga escala na população. Com a publicação na revista científica, o imunizante representa mais uma esperança na superação da pandemia no planeta.

## RUÍDOS COM ANVISA

No Brasil, o pedido de uso emergencial da Sputnik, protocolado em 16 de janeiro, está em processo de análise na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Ontem, a agência publicou nota afirmando que o imunizante russo cujos dados foram divulgados pela *Lancet* era diferente do que



No vizinho. Trabalhador da saúde recebe a Sputnik V no estádio do River Plate, na Argentina. Cerca de 500 mil pessoas foram imunizadas com a vacina no país

foi submetido pelo laboratório União Química, responsável pela produção do produto no país. A Anvisa disse ainda que precisaria ter acesso aos dados completos gerados nos estudos clínicos da vacina, que não foram fornecidos. O representante da farmacêutica, no entanto, negou que a vacina seja diferente.

Em entrevista ao GLOBO, o diretor de assuntos internacionais da farmacêutica, Rogério Rosso, afirmou que o artigo da revista científica elimina a necessidade de prestar mais informações sobre a segurança e a eficácia da vacina.

— Se existia a necessidade de uma publicação, ela foi feita. Aguardamos nos próximos dias, horas, o posicionamento favorável para autorização do uso emergencial — disse Rosso. — Estamos fazendo um esforço enorme de comple-

mentação de todas as informações que a Anvisa pediu. Entretanto, a publicação na *Lancet* dizima qualquer tipo de necessidade de informações do ponto de vista oficial da eficácia e segurança. O mundo inteiro aplaudiu e ficou feliz pois é mais uma prova de que temos outra vacina com eficácia à disposição.

No noite de ontem, a Anvisa divulgou outra nota. Nesta afirma que foi informada pela União Química durante o dia de que a vacina para a qual pede autorização de uso emergencial tem o mesmo padrão do imunizante analisado no artigo da *Lancet*.

A preocupação da Anvisa refere-se à comparabilidade entre os produtos, porque o estudo publicado no *Lancet* é com a vacina em forma líquida armazenada a 18°C negativos. A União Química quer comercializar no Brasil a vacina em outras condições de

temperatura e conservação, diferentes do produto que trata o artigo. Não ficou claro se essa dúvida foi definitivamente esclarecida pela farmacêutica, e se a Anvisa não exigiria mais informações.

Para a imunologista Isabela Ballalai, da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIIm), a notícia é boa, mas a Anvisa acerta ao cobrar testes de comparabilidade entre as fórmulas da União Química e do estudo do *Lancet*, se forem de fato, como informamos inicialmente a agência, diferentes.

— Para que a vacina seja armazenada em temperaturas diferentes das previstas na bula original, ela precisa ser adequada. Não podemos esperar que a fórmula adaptada seja autorizada sem que se verifique se ela se mantém estável em outros ambientes. Na ciência, tudo precisa ser confirmado

## TAXAS DE EFICÁCIA

A microbiologista Natalia Pasternak, do Instituto Questão de Ciência e colunista do GLOBO, alerta que comparar a taxa de eficácia da Sputnik com outras vacinas é um exercício difícil e infrutífero. Isso porque o estudo publicado na *Lancet*, que se baseia em casos sintomáticos da Covid-19, não especifica a escala de sintomas usada nos testes:

— Os pesquisadores afirmam que pegaram casos sintomáticos e que os sintomas eram reportados por voluntários. Mas não contam qual escala foi usada. As pesquisas da CoronaVac mostram a escala da OMS e dizem: usamos o nível 2, usamos o nível 3 etc, que descrevem a intensidade e a gravidade dos sintomas. Como as pesquisas da Sputnik não trazem isso, não sabemos o que elas entendem como caso de Covid-19.

Por isso não faz sentido comparar as taxas de eficácia.

Porém, diz Pasternak, a Sputnik se provou eficaz e teve ótimos resultados na prevenção de casos graves, afirmando-se na corrida pela vacina como uma alternativa viável e segura para o país.

— Os casos graves são os que precisamos prevenir com mais urgência, pois eles trazem hospitalizações e mortes — completa a especialista.

Com o anúncio, a Sputnik se inclui entre os imunizantes disponíveis para registro e compra no Brasil, a depender da celeridade do governo, diz a pneumologista Margareth Dalcoma. Para ela, a insistência da comunidade científica por dados mais transparentes sobre a Sputnik V surtiram efeito:

— Era o que esperávamos. E não surpreende, porque os russos têm grande expertise em biotecnologia. Com certeza é uma notícia alvissareira para o país e para o mundo.

Em negociação com o Fundo de Investimento Direto Russo (RDIF) desde o ano passado, a Bahia concordou em sediar testes clínicos da fase 3 do imunizante e planeja a encomenda de 50 milhões de doses da vacina para distribuição no Nordeste após eventual liberação da Anvisa. Outros estados e várias cidades paulistas também já manifestaram interesse na compra da vacina russa.

## PEDIDO DO STF

Na semana passada, O GLOBO revelou que, de acordo com a Anvisa, a União Química demorou em média um mês para responder a cada nova orientação da agência sobre o processo relativo ao desenvolvimento da vacina e não cumpriu os critérios estabelecidos pelo regulador, deixando de prestar informações cruciais sobre o produto.

As informações constavam de documentação enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF), em resposta a um pedido do ministro Ricardo Lewandowski, responsável pela averiguação dos impasses em relação à vacina russa na Corte.

Os resultados apresentados pela *Lancet* são baseados em dados de 19.866 voluntários. Nos testes em Moscou, 16 casos sintomáticos foram registrados entre os que receberam a vacina e 62% entre os que receberam doses de placebo. (Colaborou Paula Ferreira, com agências internacionais)

CONGRESSO SOB NOVA DIREÇÃO

# PRIORIDADE ECONÔMICA

## Equipe de Guedes defende aprovação do Orçamento para avançar nas reformas

MARCELLO CORRÊA, HISSARA SIARES, NATÁLIA FORTINARI E JULIA LEINER  
reportagem especial com 12 fotos

Após as eleições para presidentes da Câmara e do Senado, a equipe econômica e aliados do governo no Congresso defendem que aprovar o Orçamento deve ser a prioridade das próximas semanas no Legislativo. Sem a definição sobre esse tema, não será possível avançar no restante da agenda econômica nem pautar um novo programa social — o que deve ser necessário em meio às pressões para a promulgação do auxílio emergencial. Vencida a primeira etapa, o plano é tentar caminhar com uma agenda que vai desde a reforma administrativa até o debate sobre o sistema tributário, passando por privatizações. Nos bastidores do Ministério da Economia, já se admite que a janela de oportunidade para acelerar a pauta vai aproximadamente até setembro. Depois disso, a tendência é que as eleições de 2022 passem a interferir ainda mais nos debates em Brasília.

Segundo um auxiliar do ministro da Economia, Paulo Guedes, as medidas defendidas pelo time econômico são como “peças de xadrez”, enquanto a lei orçamentária é o tabuleiro. Aliados do presidente Jair Bolsonaro no Congresso afirmam que o governo tem urgência em aprovar pautas econômicas, e a tendência é trabalhar com a tramitação simultânea de projetos. Uma reunião entre líderes e a articulação do governo deve definir por onde começar, mas o entendimento entre os parlamentares também é iniciar os trabalhos pelo Orçamento.

### APROVAÇÃO ATÉ MARÇO

As primeiras sinalizações sobre os planos da equipe econômica ocorreram após um período em que o time de Guedes adotou um tom de mais cautela, aguardando o resultado da disputa no Congresso para traçar a estratégia para o ano. Na noite de segunda-feira, deputados e senadores elegeram Arthur Lira (PP-AL) para presidir a Câmara e Rodrigo Pacheco (DEM-MG) para comandar o Senado. Ambos tiveram o apoio do presidente Jair Bolsonaro.

Nos últimos meses, Guedes

vinha criticando a atuação de Rodrigo Maia (DEM-RJ) como presidente da Câmara. O ministro citou, por exemplo, um suposto acordo de Maia com partidos de esquerda para travar privatizações. O governo, no entanto, só enviou projeto de privatização da Eletrobras — uma versão atualizada de um texto que já havia sido apresentado na administração Michel Temer.

O primeiro passo para aprovar o Orçamento é o início dos trabalhos da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Lira e Pacheco previam se encontrar ainda ontem para discutir a instalação do colegiado. Lira



*“Vamos sentar, eu e o deputado Arthur Lira, para definirmos o formato disso. O fato é que será uma comissão de existência muito rápida. Vamos buscar a aprovação do Orçamento já até março para instalar outras na sequência”*

Rodrigo Pacheco (DEM-MG), novo presidente do Senado



Paulo Guedes. A equipe do ministro espera convencer Bolsonaro de que medidas duras são necessárias para manter controle fiscal

quer a deputada Flávia Arruda (PL-DF) como presidente da comissão. Ontem, Pacheco disse que deve instalar a CMO até semana que vem. Com isso, a previsão é que o projeto seja aprovado até março.

—Vamos sentar, eu e o deputado Arthur Lira, para definirmos o formato disso. O fato é que será uma comissão de existência muito rápida. Vamos buscar a aprovação do Orçamento já até março para instalar outras (comissões) na sequência — afirmou Pacheco.

O atraso na aprovação do Orçamento dificulta ainda a gestão da máquina pública. Sem a definição, ministéri-

os já relatam risco a pagamentos de despesas como salários de servidores.

Segundo auxiliares, Guedes defenderá que qualquer ampliação de programas sociais seja criada dentro das regras fiscais, como o teto de gastos, que limita o crescimento das despesas à inflação do ano anterior. Para isso, o governo defende que a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) Emergencial, que prevê medidas de ajuste, seja analisada ao mesmo tempo em que a lei orçamentária.

O texto foi apresentado em novembro de 2019. Na versão original, previa medidas

consideradas impopulares, como a previsão de que União, estados e municípios pudessem cortar até 25% da jornada e do salário de servidores. A economia estimada era de R\$ 10,5 bilhões. Por afetar o funcionalismo, a medida acabou não avançando.

No fim do ano passado, o relator da PEC, senador Márcio Bittar (MDB-AC), chegou a apresentar um texto alternativo e desidratado, para tentar vencer resistências. A proposta, porém, não foi à frente, e até aliados do governo afirmaram que o projeto havia perdido muito impacto fiscal.

### OLHO NA POPULARIDADE

Embora a prioridade seja o Orçamento, o governo articula para avançar em outras pautas. O Palácio do Planalto apostou nas candidaturas de Lira e Pacheco, incluindo negociação de emendas e cargos, com a justificativa de que precisa apaciar a crise econômica com uma agenda de aprovação das reformas tributária e administrativa, privatizações, o Pacto Federativo e a autonomia do Banco Central, além da PEC Emergencial.

Uma das hipóteses é que a tramitação da PEC Emergencial avance pelo Senado, onde já tramita, e a Câmara dê andamento a outras pautas. Já Lira disse a interlocutores preferir começar as reformas pela tributária. Ele deve cobrar que o relator da proposta, Aguirinaldo Ribeiro (PP-PB), apresse a entrega de seu parecer.

No Planalto, a expectativa é que o Congresso consiga avançar ao mesmo tempo no Orçamento, na reforma administrativa e na PEC Emergencial. A avaliação é que a proposta de reforma administrativa enviada pelo governo em setembro, que poupa os servidores atuais, enfrenta menos resistência e, por isso, terá tramitação mais fácil que a reforma tributária.

A esperança no time de Guedes, no entanto, é que nesses primeiros meses Bolsonaro esteja convencido de que medidas consideradas duras são necessárias para manter juros baixos. O ministro tem usado o argumento de que um descontrole fiscal teria efeitos mais duras sobre a popularidade do presidente do que a aprovação de medidas de ajuste.

# Mudança no Congresso reacende defesa das reformas por empresários

Para executivos, novos chefes do Legislativo ainda terão que provar alinhamento com agenda econômica do governo

IVAN MARTÍNEZ VARGAS,  
JOÃO SORIMA NETO E  
MARCELLO CORRÊA  
sintetizam o que aconteceu com o  
seu país e economia

A eleição de presidentes da Câmara e do Senado alinhados ao governo Bolsonaro não significa automaticamente que a agenda econômica do ministro da Economia, Paulo Guedes, será priorizada, segundo presidentes de entidades empresariais ouvidos pelo GLOBO. A eleição de Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG) para o comando da Câmara e do Senado, respectivamente, reacendeu, no en-

tanto, a defesa das reformas entre o empresariado.

— À frente do Executivo na área econômica temos gente com pensamento liberal, mas quem assumiu a Câmara não necessariamente tem essa agenda liberal. É preciso verificar até que ponto existe alinhamento — diz José Ricardo Roriz Coelho, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e presidente da Abiplast.

Em sua opinião, a votação de um pacote de ajuda financeira à população mais vulnerável, pauta que está nos discursos de Lira e Pacheco, só é viável se houver corte de despesas:

— A necessidade hoje é que se faça uma reforma administrativa para aprovar um novo auxílio emergencial. Só fazer um novo auxílio agravaria a situação fiscal e teria efeito nos juros.

## DÓLAR FECHA A R\$ 5,35

Para Humberto Barbato, presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), o presidente Jair Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes têm agora a oportunidade de acelerar a discussão de reformas:

— Se a pandemia forçar um novo auxílio, precisamos cortar gastos. E a reforma admi-



Congresso Nacional. Perspectivas de retomada da agenda de reformas liberais animaram o mercado financeiro

nistrativa proposta é tímida. Synésio da Costa, presidente da Abrinq (associação da indústria de brinquedos), diz que a proposta de emenda à Constituição (PEC) Emergencial e a reforma tributária precisam ser prioridade do Congresso. Ele acredita que o alinhamento político entre os novos chefes do Legislativo e Bolsonaro pode ser positivo.

Gabriel Kanner, presidente do Instituto Brasil 200, tam-

bém aposta na agenda de reformas. Ele espera que as reformas administrativa e tributária, assim como as privatizações, sejam pautadas neste ano. O grupo, que representa cerca de 300 empresas, defende ainda a criação de um imposto sobre transações financeiras. Na avaliação de Kanner, o debate pode ser destravado com a saída da presidência da Câmara de Rodrigo Maia (DEM-RJ), crítico da proposta.

O mercado viu com bons olhos a eleição de Lira e Pacheco. Ontem, o dólar fechou em forte queda frente ao real, e a Bolsa subiu diante da perspectiva de retomada da agenda de reformas. O dólar comercial recuou 1,73% e fechou a R\$ 5,35. Já o Ibovespa avançou 0,61%, aos 118.233 pontos.

— Foi uma vitória do governo, e as pautas reformistas começam a voltar ao radar — observou Lucas Carvalho, analista da Toro Investimentos.

## ANALÍTICO

### Vitória de Bolsonaro na Câmara e no Senado não garante vitória da agenda de Guedes

RENATO ANDRADE e outros analistas do globo.com.br são mais

A vitória acachapante do governo Jair Bolsonaro ontem no Congresso despertou, no início do dia de ontem, uma onda de esperança entre agentes do mer-

cado financeiro sobre o futuro da agenda de reformas do ministro Paulo Guedes. O clima de "agora vai" parece ter se apoderado das mesas de operação.

O jogo em Brasília, entretanto, não funciona dessa forma.

Eco no mistas de diversas instituições despejaram logo cedo no e-mail de seus clientes análises apontando como a eleição de dois nomes apoiados pelo Palácio do Planalto para comandar o Congresso pode garantir um caminho mais suave para a pauta do Executivo.

O problema dessa relação de causa e efeito tão direta, eterno desejo do mercado, é que a agenda de reformas de Paulo Guedes não é a agenda priori-

tária do Planalto, nem do Centro, que efetivamente voltou ao comando do Congresso na noite de segunda-feira.

Haverá uma pressão enorme da nova base ampla de apoio do presidente para que algum tipo de medida de proteção para os mais vulneráveis seja aprovada rapidamente, para cobrir o buraco deixado no orçamento dos mais pobres com o fim do auxílio emergencial.

O próprio ministro Paulo Guedes, ciente dessa pressão, pediu cautela, na sema-

na passada, na hora de se pensar em adotar instrumentos de guerra — uma clara menção a todo o arsenal usado no ano passado, em caráter provisório, que ajudou quem realmente precisava de ajuda, mas garantiu um rombo histórico para o já combatido caixa federal.

Em seu pronunciamento logo após a confirmação da vitória em primeiro turno, o novo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defendeu a criação de um novo mecanismo de prote-

ção aos mais vulneráveis:

— Precisamos urgentemente amparar os brasileiros que estão em desespero econômico por causa da Covid.

É essa ajuda que pode reduzir a deterioração da imagem e avaliação do governo Bolsonaro, o que criará um caminho suave para a pauta mais importante do atual inquilino do Palácio da Alvorada: disputar, com reais chances de vitória, as eleições de 2022.

oglobo.globo.com/analitico

# Itaú: atraso na vacinação pode reduzir alta do PIB

Presidente do banco diz que demora de seis meses cortaria projeção de crescimento para este ano, hoje em 4%, à metade

O Congresso, agora que elegeu os novos presidentes da Câmara e do Senado, deve dar prioridade aos esforços para que a imunização avance no Brasil, a fim de garantir a retomada da economia. Se o atraso da vacinação for de seis

meses, a expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 4%, feita pelos economistas do Itaú Unibanco, pode cair à metade.

A avaliação é do novo presidente da instituição, Milton Maluhy Filho, que partici-

pou da divulgação dos resultados do banco referentes ao quarto trimestre de 2020. O lucro foi de R\$ 5,388 bilhões, queda de 26,1% na comparação anual.

Para Maluhy, o avanço da vacinação contra a Covid-19

é a melhor política econômica para o país voltar a crescer:

— O plano de vacinação deve ser a prioridade número 1, 2 e 3, porque produz impacto econômico. A vacinação não deixa de ser uma política econômica, e a expectativa é que

ela avance. Um atraso do plano, se for de seis meses, pode reduzir pela metade a projeção de crescimento de 4% que o banco tem em relação à economia para este ano. Os efeitos colaterais da pandemia ainda permanecem, e o

grau de incerteza causado pela crise sanitária é elevado.

Maluhy disse que qualquer discussão sobre programas sociais para mitigar os impactos da pandemia deve ressaltar que serão transitórios:

— Qualquer programa emergencial tem que vir acompanhado de reformas, para que o mercado entenda que é transição. Continuamos com a premissa de que teto de gastos será cumprido. (João Sorima Neto)

# Jeff Bezos deixará comando da Amazon este ano

Fundador da gigante do e-commerce ficará como presidente do Conselho de Administração. Seu sucessor no cargo de diretor executivo é Andy Jassy, hoje responsável pela área de computação em nuvem da empresa

**A** Amazon informou ontem que o seu fundador, Jeff Bezos, vai deixar o comando direto da gigante do varejo on-line. Segundo homem mais rico do mundo, ele será substituído por Andy Jassy, hoje responsável pela área de computação em nuvem da empresa.

Bezos continuará na empresa, mas como presidente executivo do Conselho de Administração. A transição será concluída no terceiro trimestre de 2021, informou a companhia.

"A Amazon é o que é por causa da invenção. Nós fazemos coisas malucas juntos e depois as tornamos normais", afirmou Bezos em comunicado.

Bezos, que ocupava a lideran-

ça do ranking de bilionários desde 2017, perdeu o posto no mês passado para Elon Musk, diretor executivo da Tesla e da SpaceX.

**VENDAS ACIMA DE US\$ 100 BI** Bezos, que fundou a Amazon há 27 anos como uma livraria on-line, disse ainda que continuará participando das iniciativas importantes da companhia, mas que agora terá "tempo e energia" para focar em suas outras paixões.

Ele citou inovações nas quais a Amazon foi pioneira, como avaliações de clientes sobre produtos, 1-Click (compras em um clique), recomendações personalizadas, entrega ultrarrápida do Prime e loja Just Walk Out, que não tem caixas. Também apontou inovações tecnológicas que se tornaram popu-



Ativo. Jeff Bezos diz que "não se trata de aposentadoria" e que terá "tempo e energia" para se dedicar a outras paixões

lares e tornaram a Amazon uma das gigantes da tecnologia, como o leitor de e-books Kindle e a assistente virtual

Alexa, além do conceito de marketplace, uma tendência que hoje domina o comércio eletrônico global.

Bezos, de 57 anos, ressaltou ainda que nunca teve tanta energia e que "não se trata de aposentadoria".

Ele ainda estaria à frente de Musk no ranking dos bilionários se não fosse pelo divórcio, no qual cedeu cerca de 25% de sua fatia na Amazon a sua ex, MacKenzie Scott, e por sua filantropia. Em novembro, ele doou ações no valor de cerca de US\$ 680 milhões.

Junto com o anúncio da saída de Bezos, a Amazon divulgou seus resultados do quarto trimestre de 2020, quando registrou o terceiro lucro recorde consecutivo e, pela primeira vez, vendas superiores a US\$ 100 bilhões.

As vendas cresceram 44%, para US\$ 125,56 bilhões, com as compras de Natal. No ano, as vendas foram de US\$ 386 bilhões, alta de 38%.

No trimestre, o lucro líquido saltou 118%, a US\$ 7,2 bilhões. No ano, a alta foi de 83%, a US\$ 21,3 bilhões.

## Produção industrial tem queda de 4,5% em 2020, a pior desde 2016

Apesar de 8 meses de expansão, setor perde fôlego. A ta em dezembro foi de 0,9%

RAFAELA REBAS  
rebas@o2net.com.br

**A** produção industrial brasileira encerrou 2020 com um tombo de 4,5%, informou ontem o IBGE. É o pior resultado para um ano desde 2016, quando houve queda de 6,4%. O recuo do ano passado foi puxado principalmente pela retração de 28,1% em veículos automotores, rebocos e carrocerias.

Depois das quedas expressivas em março e abril, início da pandemia, o setor registrou oito meses consecutivos de alta. Porém, vem desacelerando desde julho. Em dezembro, apesar do avanço, os dados mostram que a indústria

continua a perder fôlego. Na comparação mês a mês, recuo de 1,1%, em novembro, para 0,9%, em dezembro. A expectativa é que a produção industrial em janeiro fique em patamar próximo ao de dezembro.

### DESAFIOS QUE PREOCUPAM

O setor automotivo foi um dos mais afetados pela crise da Covid. Além da paralisação quase total no início da pandemia, houve falta de matéria-prima ao longo do ano. Também tiveram peso negativo no acumulado de 2020 segmentos como confecção e artigos de vestuário e acessórios (-23,7%); couro, itens de viagem e calçados (-18,8%); e

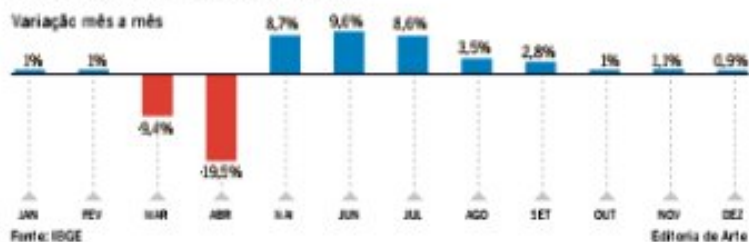
metalurgia (-7,2%).

—A indústria se depara com fim do auxílio emergencial, desemprego, inflação mais alta e dificuldade de acesso a matéria-prima. É algo que preocupa e vai definir os rumos da indústria e da economia. O setor industrial recupera, mas ainda está distante dos melhores resultados da série histórica — diz o gerente da pesquisa do IBGE, André Macedo.

A produção industrial conseguiu eliminar a perda de 27,1% registrada em março e abril e chegar em dezembro 3,4% acima do patamar de fevereiro, pré-pandemia. No entanto, não foi o suficiente para fechar o ano com alta.

O sócio e economista-chefe

### O DESEMPENHO NO ANO PASSADO



### PIB da zona do euro encolhe 6,8%

> A economia da zona do euro encolheu 6,8% em 2020, segundo estimativas da agência de estatísticas da União Europeia, a Eurostat. Já o Produto Interno Bruto (PIB) do último trimestre do ano caiu menos do que o esperado em meio aos lockdowns provocados pela pandemia.

> A agência informou que, de acordo com suas estimativas preliminares, o PIB

dos 19 países que usam o euro caiu 0,7% no quarto trimestre, na comparação com o trimestre anterior, registrando queda de 5,1% ante mesmo período de 2019.

> França e Itália pressionaram o resultado com quedas trimestrais do PIB de 1,3% e 2,0%, respectivamente. Já a Alemanha cresceu 0,1% em relação ao terceiro trimestre, e a Espanha, 0,4%.

do banco Medalmal, Alvaro Banderia, considera que a indústria se saiu bem na pandemia de forma geral, mas ressalta que a base de comparação é muito baixa, visto que o setor já vinha em processo de desaceleração antes da Covid. Para ele, são necessários estímulos do governo:

— Depende do que o governo vai fazer em relação à continuidade do auxílio e para ajudar na recomposição de estoques e vendas. E o efeito pode não ser tão positivo. Só com a vacina entraremos na normalidade.

## Rede 5G exclusiva poderá ser usada por Três Poderes

Informação foi dada ontem pelo ministro das Comunicações, que embarca hoje em missão em 5 países para negociar com empresas

DANIEL GULLINO E BELA MEGALE  
correspondentes em Brasília

A rede privativa de comunicação do governo, que terá de ser construída pelas empresas que vencerem o leilão da quinta geração da telefonia móvel (5G), poderá ser disponibilizada também para os Poderes Legislativo e Judiciário, de acordo com o ministro das Comunicações, Fábio Faria. A construção da rede é

uma das exigências estabelecidas em portaria publicada na semana passada com as regras para o leilão.

—Imaginem o Brasil, do tamanho que é, dentro dele um box pequeno, que dentro dele vai conter toda a administração pública, Forças Armadas e nós também iremos oferecer a outros Poderes que queiram aderir, como Legislativo, Judiciário, a Procuradoria-Geral da República—disse Fábio Faria,

em pronunciamento no Palácio do Planalto.

O texto com as exigências foi mal recebido por integrantes do setor. Na avaliação de fontes do mercado, as condições estabelecidas na portaria podem encarecer a implantação da infraestrutura no país. Fontes do setor, que não quiseram se identificar, dizem que a lista de exigências torna a quinta geração “impagável”. A pressão de operadoras le-

vou ao adiamento sobre a definição do leilão do 5G.

A declaração do ministro foi dada na véspera do início de uma missão do governo para tratar da aquisição do 5G pelo Brasil. O roteiro inclui visitas a cinco países: Suécia, Finlândia, Coreia do Sul, Japão e China. A comitiva, liderada por Faria, embarca hoje e retorna ao Brasil em 12 de fevereiro. Dez pessoas integram o grupo, entre elas o se-

cretário de Assuntos Estratégicos e o almirante Flávio Rocha. Três ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) estão com o grupo: Bruno Dantas, Vital do Rego e Walton Alencar.

O cronograma oficial da viagem inclui visitas às empresas Ericsson (Suécia), Nokia (Finlândia), Samsung (Coreia do Sul), NEC e Fujitsu (Japão), e Huawei (China). As autoridades brasileiras também terão

reuniões com ministros de Estado de alguns desses países. Segundo o mesmo cronograma, os hotéis onde as autoridades vão se hospedar custam de US\$ 122 (R\$ 655) a US\$ 228 (R\$ 1.170) a diária.

O objetivo da missão é “manter encontros com representantes de governo e de empresas de infraestrutura de telecomunicações dos principais países e players detentores de tecnologia 5G de modo a colher percepções para subsidiar o processo licitatório dos espectros no Brasil”, diz o documento preparado pela Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos do Ministério da Comunicação.

## Alta da indústria surpreende em dezembro, mas cenário ainda é frágil

Apesar de melhora, produção recua 4,5% em 2020 e tem segundo ano de queda

Por Ana Conceição e Lucianne Carneiro — De São Paulo e do Rio

03/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

---





Rafael Cagnin: resultado “consolida a resiliência da indústria” — Foto: Silvia Costanti/Valor

A produção da indústria brasileira surpreendeu em dezembro, ao crescer 0,9% sobre novembro, feito o ajuste sazonal. A mediana das projeções dos economistas apontava recuo de 0,3%, expectativa influenciada pela queda do auxílio emergencial e pela alta da inflação no segundo semestre.

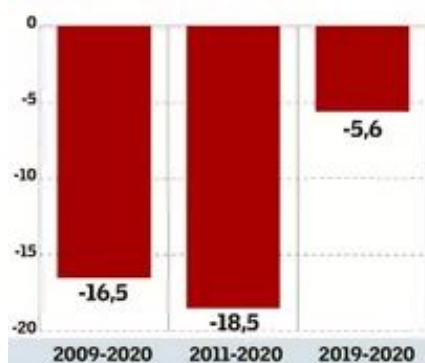
Os oito meses de crescimento consecutivos até ali, contudo, não foram suficientes para eliminar as fortes perdas do início da pandemia e a indústria recuou 4,5% em 2020, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi o segundo ano seguido de queda - já havia recuado 1,1% em 2019 - e o pior desempenho desde 2016 (-6,4%).

Com a expansão de dezembro, a indústria acumulou alta de 41,8% em oito meses e eliminou a perda de 27,1% em março e abril, mas se mantém numa posição frágil, ainda mais quando se olha para dados de mais longo prazo.

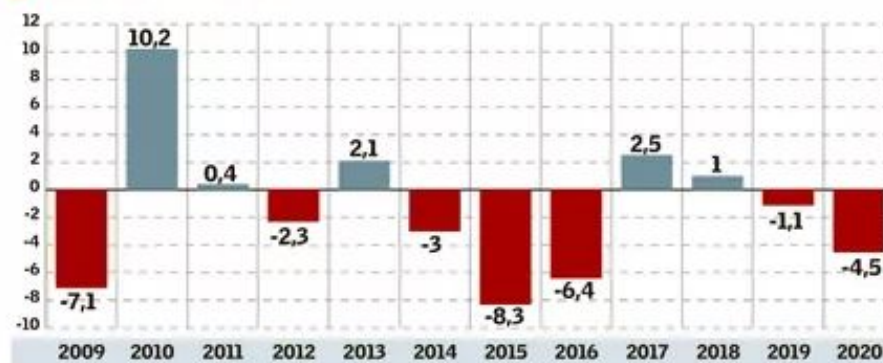
## Produção industrial brasileira

Desempenho anual

■ Resultado acumulado - em %



■ Série histórica - em %



Fonte: IBGE

O fraco desempenho em 2020 é o mais recente de uma trajetória de altos e baixos nos últimos 12 anos, com uma perda acumulada que chega a 16,5% entre 2009 e 2020. O período compreende 2009, influenciado pela crise global, a recessão



brasileira entre 2014 e 2016 e, mais recentemente, o reflexo da pandemia. Considerando apenas 2019 e 2020, o recuo da indústria foi de 5,6%. Nos últimos dez anos, a maior taxa de crescimento foi em 2017: 2,5%.

“A indústria vem com uma sequência de oito resultados positivos, com perfil disseminado, mas ainda tem espaço grande para se recuperar. Não é só da pandemia, vem de antes”, afirma o gerente da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, André Macedo.

Economista-chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Rafael Cagnin classifica como bom o resultado do setor em dezembro. “Consolida a resiliência da indústria em um momento em que já havia diminuição de estímulos, como o auxílio emergencial.”

O bom desempenho industrial do fim de 2020 colocou viés de alta nas projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) do quarto trimestre e do ano. Mas é praticamente consenso entre os economistas que as incertezas devem nublar o cenário do setor industrial, e da atividade em geral, já neste primeiro trimestre de 2021.

“[Uma revisão do PIB] Vai depender também dos resultados do varejo e dos serviços, mas, olhando apenas para a indústria, há viés de alta”, diz Luana Miranda, economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV). Por enquanto, a instituição projeta crescimento do PIB de 1,9% sobre o terceiro trimestre, feito o ajuste sazonal.

O instituto tem uma visão menos positiva para 2021. “O desempenho positivo no segundo semestre do ano passado não deve se traduzir em um início de 2021 melhor para a economia”, diz Luana, que aponta as incertezas em relação ao processo de vacinação contra a covid-19, a evolução da pandemia e seu impacto nos serviços.

Sobre a produção de dezembro, Luana chama atenção para o crescimento dos bens de capital, em especial agrícolas, para a construção civil, e embalagens, segmento muito demandado pelo e-commerce durante a pandemia. A produção de bens de

capital cresceu 2,4% em dezembro sobre novembro e 35,4% sobre dezembro de 2019, melhor resultado entre as categorias econômicas.

Outro fator que pode ter influenciado a expansão em dezembro foram os baixos estoques. Após a demanda aquecida no terceiro trimestre, a indústria viu o volume de produto armazenado nas mínimas e iniciou uma recomposição, movimento que ficou mais claro em dezembro, segundo o economista Rodrigo Nishida, da LCA Consultores.

Normalmente, em novembro e dezembro a indústria tem uma produção sazonal mais baixa, com férias coletivas. Mas em 2020 o setor não diminuiu o ritmo, provavelmente por causa da paralisação de muitos segmentos no segundo trimestre do ano.

Nishida também diz que o dado da indústria deixa um viés de alta para o PIB do quarto trimestre, que a LCA estima, por enquanto, com alta de 2,3% sobre o período de julho a setembro. Dezembro também deixa um forte carregamento estatístico, de 10%, para a produção industrial de 2021, que a LCA estima em alta de 7%.

Lisandra Barbero, economista da XP Investimentos, não vê recuperação das perdas de 2020 neste ano. A projeção da casa é de aumento de 3,5% na produção. “Antes mesmo da pandemia, o setor industrial já enfrentava dificuldades para se recuperar por questões estruturais. Isso não vai mudar do dia para a noite. A recuperação será lenta”, diz.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

**Você já comprou conosco, então apresentamos essa sandália ortopédica.**

CONFORTPLUS

LINK PATROCINADO

**Queima de estoque do Xiaomi m5 e ainda frete grátis para todo Brasil**

SMFÁCIL

LINK PATROCINADO

**Clareador de manchas Melan-Free com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!**

# Avanço da agenda de reformas é peça chave para fortalecimento do real

Movimento de valorização cambial só deve se concretizar à medida que a pauta de fato avançar no Brasil

Por **Felipe Saturnino e Marcelo Osakabe** — De São Paulo

03/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

---



Luciano Rostagno, do Mizuho: espaço para o real se valorizar daqui para frente — Foto: Luis Ushirobira/Valor

A definição da presidência do Congresso, crucial para o progresso da agenda liberal do governo, a perspectiva de alta da Selic, mais provável após a última reunião do Copom, e o cenário externo, francamente a favor da queda do dólar, formam um ambiente positivo para a apreciação do real em 2021. Mas o movimento de valorização cambial só deve se concretizar à medida que a pauta de reformas de fato avançar no Brasil, reduzindo a percepção cautelosa dos agentes sobre as contas públicas, dizem analistas ouvidos pelo **Valor**.

“Há um bom espaço para o real se valorizar daqui para frente, mas isso depende de avanços concretos na agenda de reformas, já que o risco fiscal é bastante elevado”, diz Luciano Rostagno, estrategista-chefe do Banco Mizuho. Em seus cálculos, o real se encontra atualmente 11% subvalorizado em relação à média de uma cesta de moedas emergentes, o que dá margem para a apreciação da divisa, a depender de progresso na pauta liberal.

O estrategista avalia que permanecem incertezas relacionadas à articulação entre Executivo e Legislativo na consolidação dessa agenda. Ele repara que o primeiro trimestre será desafiador para a economia e poderá afetar o câmbio e outros ativos locais, uma vez que a atividade deve desacelerar e a inflação alcançará altos patamares. “Isso elevará a pressão por gastos públicos e, conseqüentemente, vai ser demandada uma grande convicção do governo sobre a necessidade de ajuste fiscal.”

O CEO da BGC Liquidez, Erminio Lucci, analisa que a performance do real não está apenas ligada aos ruídos políticos, mas que hoje ela implica baixa perspectiva de aprovação de reformas. “A ênfase do Legislativo ou não na pauta liberal e a relação com o Executivo serão determinantes para o dólar”, argumenta ele, vendo boas chances de aprovação da reforma administrativa, bandeira de Arthur Lira (PP-AL) na campanha para a Câmara dos Deputados. Lucci cita o ritmo de vacinação, o cenário externo e o “carry trade” - ligado à baixa taxa de juros e ao menor diferencial com o exterior - como outros fatores que pesam no real.

A avaliação de economistas é que a elevação da Selic é um fator de pouco peso no nível de preço da divisa americana, apesar de sua elevação aumentar o diferencial de juros em relação a outras economias. O progresso nas reformas e a melhora na avaliação de risco fiscal, sustentam os profissionais, ainda se sobrepõem aos efeitos

da política monetária muito frouxa, sendo os principais drivers para permitir um dólar abaixo de R\$ 5.

Na semana passada, um ajuste na comunicação do Banco Central em relação ao futuro do juro básico, adotando tom “dovish” em relação ao que apresentou no comunicado e na ata, contribuiu para devolver o dólar a patamares maiores.

“Achamos que a alta de juros pode não ser suficiente para mudar a tendência da moeda”, diz Juan Prada, estrategista de câmbio do Barclays, completando que não vê o início do aperto como um “gamechanger”. “O BC precisaria aumentar os juros mais cedo devido aos riscos inflacionários impulsionados por aumento potencial nos gastos fiscais em resposta à piora da pandemia”, sustenta, citando não se tratar de caso de melhora dos fundamentos para o real.

“O juro teria de ser muito maior para trazer o estrangeiro para operar diferencial de juros na renda fixa”, diz Camila Abdelmalack, economista-chefe da Veedha Investimentos. Abdelmalack concorda com a avaliação segundo a qual o dólar tem a tendência de se enfraquecer globalmente, em virtude da continuidade do afrouxamento monetário por parte do Federal Reserve.

Entretanto, o andamento das reformas permanece um fator de cautela nas contas de Abdelmalac em relação ao real - a projeção dela para moeda americana ao fim do ano é de R\$ 5,05, ligeiramente acima do projetado na pesquisa Focus do Banco Central. “O exterior favorável ao dólar fraco dá um bom espaço para nos recuperarmos e andarmos perto dos fundamentos, mas temos que sinalizar um orçamento saudável, passar alguma reforma, como a tributária, o que não é simples”, completa ela, que vê chances de dólar a R\$ 4,75 no cenário de andamento da agenda.

O Santander era uma das instituições otimistas com o câmbio, projetando o dólar a R\$ 4,60 ao fim do ano. Mas sinalizações fiscais controversas de duas semanas atrás e dúvidas sobre o avanço de reformas puseram a expectativa com a moeda em revisão. O espaço para apreciação do real liga-se à aprovação de reformas que controlem o gasto, diz Jankiel Silva, economista do banco. “Uma versão diluída da PEC Emergencial, uma consolidação fiscal ou reestruturação do Orçamento -

reformas que limitem o gasto tirariam o prêmio implicado na nossa moeda hoje”, afirma.

O UBS BB enxerga uma tendência positiva para o real com base no cenário externo, tendo em vista os termos de troca favoráveis ligados ao altos preços das commodities - desde que o nível de auxílio emergencial à população seja menor em comparação ao do ano passado.

“O dólar precifica a nossa resposta fiscal e ela foi maior do que a dos pares, sendo que nossa relação dívida/PIB é a mais delicada, e já temos um novo questionamento sobre o fiscal agora”, afirma Fabio Ramos, economista da casa, que prevê taxa de câmbio a R\$ 4,95 por dólar no fim de 2021.

O BNP Paribas está entre as exceções, analisando que um ciclo de alta de taxa de juros pode fornecer o ímpeto para apreciar significativamente a divisa brasileira até o fim do ano. A taxa de câmbio de dólar a R\$ 4,25 em dezembro é a projeção de Samuel Castro, estrategista para América Latina do banco, call que ele admite ser “bem agressivo”.

“Nossa moeda está frágil em termos de taxa de carregamento, impedindo um ‘catch up’ com nossos termos de troca”, explica. “O real tem muito a andar, existem fatores estruturais da economia global que favorecem a apreciação”, diz ele, referindo-se à política do Fed e mencionando a questão fiscal e a agenda de reformas como “apenas uma parte da história”.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

**Veja como eliminar seu problema de enxergar de perto ou ampliar visão**

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

**Você já comprou conosco, então apresentamos essa sandália ortopédica.**

CONFORTPLUS

LINK PATROCINADO

**Super oferta! Tênis masculino R\$199,90**

# Bolsonaro estende influência sobre comando do Legislativo

Lira não queimará cartuchos com medidas duras que o próprio Planalto sequer defende com entusiasmo

03/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

O presidente Jair Bolsonaro despreza a democracia e o Congresso, mas a maioria dos deputados e senadores votaram em massa em candidatos apoiados explicitamente pelo Planalto para comandar Câmara e Senado: o deputado Arthur Lira (PP-AL) e o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Com ofertas de verbas e cargos, a maior parte do Centrão abandonou o então presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que apoiava Baleia Rossi (MDB-SP) na disputa, e seguiu Lira. O MDB deixou ao relento a senadora Simone Tebet (MDB-MS) para sufragar Pacheco. Em manobras que custarão caro, os congressistas se prontificaram a facilitar o caminho de Bolsonaro para a reeleição.

Desde que os partidos ideológicos (PSDB, PT, DEM) perderam o controle e a hegemonia nas duas Casas diante da maré montante de partidos de aluguel ou oportunistas, que se tornaram maioria, o comando do Legislativo tornou-se uma loteria, com prêmios de todos os tipos e vencedores azarões. Severino Cavalcanti (PP-PE), presidente da Câmara em 2005, foi simplório e modesto se comparado a alguns de seus sucessores, como Eduardo Cunha (MDB-RJ), cassado por corrupção, preso em 2016 e principal artífice do impeachment de Dilma Rousseff. O ambicioso Lira é réu em dois processos no Supremo, um por corrupção passiva e, outro, juntamente com próceres do partido, no processo do “quadrilhão do PP”. Lira também foi suspeito de envolvimento em “rachadinhas” em Alagoas.

A desmoralização do PT por escândalos de corrupção, que lhe custou a derrota para Bolsonaro - mas não o impediu de apoiar o candidato governista no Senado e de hesitar no apoio a Baleia Rossi - e do PSDB - Aécio Neves defendeu o apoio em bloco a Lira - deixaram-nos em segundo plano na Câmara. Desde então, é o centro que comanda tudo e Rodrigo Maia foi por um tempo seu maestro. Por sua iniciativa, e não do governo, foram aprovadas a reforma da previdência e medidas de modernização da economia em linha com a agenda liberal do ministro Paulo Guedes.

A indistinção política - Maia, Rossi, Lira, Pacheco e Tebet votaram com o governo em questões econômicas - ajudou a obscurecer o que estava em jogo na eleição. Para o centrão, trata-se sempre de verbas e cargos. Maia e Rossi queriam unir forças que barrassem os projetos autoritários do Planalto e, em um segundo momento, formar uma frente que impulsionasse uma candidatura centrista para enfrentar Bolsonaro nas urnas.

Bolsonaro viu a construção de uma base parlamentar como um mal necessário, para blindar-se contra um impeachment, ter mais chances de defender seus filhos às voltas com a Justiça e para promover sua agenda eleitoral extremista no parlamento. Para o Planalto, o preço a pagar não importa, desde que garanta a travessia até as urnas em 2022.

A falta de escrúpulos congênita do Centrão e o alto grau de degeneração partidária resultaram em um ato maior de vilania política do Congresso. Os comandos do Legislativo prestaram-se a um alinhamento em aberto com um presidente de feições nitidamente antidemocráticas e ator de extraordinária incompetência - desde o fim da ditadura, é um dos pontos mais baixos a que chegou o parlamento. E tudo ainda pode piorar.

A mentalidade paroquial de disputas mesquinhas na briga pelo comando do Legislativo produziu outros abalos que podem favorecer Bolsonaro. O DEM deixou Rodrigo Maia falando sozinho enquanto ACM Neto deixava em aberto o voto da legenda, que se bandeou para Lira. Maia foi abalroado, junto com seu projeto centrista de conquista do poder. Doria, candidato que com ele flertava, ganhou um problema. Quanto mais divididos os partidos e mais candidatos aparecerem, melhor para Bolsonaro, que sonha com um novo confronto nas urnas com o PT.



As reformas estruturais tendem a ser desfiguradas pelo Centrão, se é que chegarão a ser votadas. Austeridade não combina com esses partidos, nem com Lira. A pressão por auxílio emergencial, cuja necessidade Guedes refuta, crescerá, assim como a por mais investimentos estatais. A agenda de Guedes dificilmente prosperará, não só porque não terá o apoio de políticos como Maia, que a acolheu, mas pela óbvia e pública inapetência do presidente da República. Lira não queimará cartuchos com medidas duras que o próprio Planalto sequer defende com entusiasmo. O Centrão, porém, não será capaz de impedir o dano à popularidade de Bolsonaro, se continuar governando como está. Tornar-se á então um fardo inútil, a ser descartado.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

LINK PATROCINADO

**Veja como eliminar seu problema de enxergar de perto ou ampliar visão**

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

**Você já comprou conosco, então apresentamos essa sandália ortopédica.**

CONFORTPLUS

LINK PATROCINADO

**Queima de estoque do Xiaomi m5 e ainda frete grátis para todo Brasil**

SMFÁCIL

LINK PATROCINADO

**Sofá Omega 2,30m Assento Retrátil e Reclinável Velosuede - NETSOFAS -**

MADEIRAMADEIRA

LINK PATROCINADO

**Clareador de manchas Melan-Free com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!**

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

**Pasta que remove riscos surpreende os moradores de Salvador**

BODY COMPOUND

por taboola

---

## Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

## Contra a fuga de investimentos estrangeiros

Espera-se que as autoridades brasileiras apresentem aos investidores estrangeiros um mínimo de segurança jurídica e transparência

Por Pedro Vianna de Ulhôa Canto

03/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Atrair capital estrangeiro é uma das metas que o Brasil deveria traçar para 2021. Mas para tanto, num cenário de taxas de juros nos menores níveis históricos e um Real enfraquecido, o país haverá de assegurar aos investidores não residentes (os chamados INRs) uma maior segurança jurídica e transparência, com orientações mais claras e objetivas quanto às regras de incidência tributária aplicáveis sobre seus rendimentos e ganhos financeiros.

Nesse terreno, infelizmente, o Brasil não tem sido muito pródigo em produzir boas notícias. Bilhões de reais em aplicações financeiras de INRs foram liquidadas nos últimos anos e redirecionadas para outros mercados. Para se ter uma ideia da dimensão do problema, segundo informações divulgadas pelo site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no ano de 2017, o país teve um fluxo negativo de investimentos estrangeiros no valor consolidado de R\$ 32 bilhões. Em 2018, esse número passou para R\$ 92 bilhões, em 2019 foram R\$ 55 bilhões e, entre janeiro e outubro de 2020, tivemos uma fuga de capital estrangeiro no estarrecedor montante de R\$ 126 bilhões.

**Espera-se que as autoridades apresentem aos investidores um mínimo de segurança jurídica**

Precisamos aproveitar o momento de grande liquidez internacional. Além das incertezas políticas e econômicas que rondam o país, um dos temas de maior

desconforto para os INRs tem sido a falta de clareza quanto ao alcance dos regimes de tributação a eles aplicáveis. Aí que mora um dos grandes obstáculos para a atração de capital estrangeiro. Entre o início de 2018 e o fim de 2019, as autoridades fiscais brasileiras assombraram o mercado com autuações milionárias, exigindo o recolhimento de Imposto de Renda (IR) sobre ganhos e rendimentos auferidos pelos INRs em suas aplicações financeiras no Brasil, desconsiderando isenções fiscais vigentes há décadas.

Essas isenções eram - e continuam sendo - aplicáveis, desde que observados os seguintes requisitos: o INR não pode ser residente em paraíso fiscal; seus investimentos devem ser efetuados de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN); e, no caso dos Fundos de Investimento em Participação (FIPs), o investidor não residente deve ter participação abaixo de 40%, isoladamente ou em conjunto com pessoas ligadas a ele. Ou seja, em tese, existem regras suficientemente claras para a concessão das isenções fiscais. Ou pelo menos existiam.

As normas fiscais sobre a matéria não continham - e continuam sem conter - qualquer orientação de que a análise deveria transbordar a figura dos titulares diretos dos investimentos. As normas regulatórias baixadas pelo Conselho Monetário Nacional reconheciam também que os INRs poderiam ser pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos ou veículos de investimento estrangeiro de qualquer natureza, independentemente do local de residência de seus controladores.

Mas eis que, a partir de 2018, a imprensa passou a noticiar algo até então inédito: a fiscalização teria desconsiderado a figura dos titulares diretos de algumas estruturas de investimento estrangeiro, rejeitando o aproveitamento de isenções aplicadas em anos anteriores sobre seus ganhos em bolsa e rendimentos oriundos de FIPs e títulos públicos.

Em outras palavras, a análise fiscal das autoridades passou a ser transferida para toda a cadeia societária dos investidores não residentes. E, em qualquer cenário, as autoridades passaram a sustentar que o investidor não residente não faria jus às isenções, exigindo o recolhimento do IR às alíquotas de 15%, 25% ou, em alguns

casos, 35%. Tudo isso sem que nenhuma das normas tributárias e regulatórias aplicáveis tivesse sofrido qualquer alteração.

Diante dessa insegurança, foi editado o Ato Declaratório Interpretativo (ADI), de 17 de dezembro de 2019, que diz de maneira sucinta: “Artigo 1º - A origem do investimento, para fins de aplicação do regime especial de tributação previsto nos artigos 88 a 98 da Instrução Normativa nº 1.585, de 31 de agosto de 2015 [regime especial que inclui as isenções dos INRs], será determinada com base na jurisdição do investidor direto no país, exceto nos casos de dolo, fraude ou simulação.”

O mercado comemorou, mas com moderação. O ato reconheceu que a aplicação do regime de tributação dos INRs deveria tomar como base a figura dos titulares diretos dos investimentos, mas pareceu deixar uma perigosa porta aberta para futuras fiscalizações. Surgiu um questionamento: somente estruturas extremas, claramente abusivas, seriam fiscalizadas? Ou se tentaria enquadrar como dolosas, fraudulentas ou simuladas as estruturas comuns de investimento de investidores não residentes?

Pela falta de notícias de novas autuações, os primeiros meses de 2020 chegaram a gerar alguma esperança de que a fiscalização teria passado a ser mais compreensiva na análise de tais estruturas. Mais recentemente, porém, algumas fiscalizações foram retomadas, e as autoridades fiscais voltaram a fazer questionamentos injustificáveis sobre as estruturas de INRs absolutamente comuns e legítimas. Maus presságios.

Resta torcer para que não se confirmem os prognósticos mais pessimistas, de materialização de autuações com alegações infundadas em dolo, fraude ou simulação. Ou que o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) passe a rechaçar a linha de entendimento sustentada pela fiscalização.

Mais do que isso, espera-se que as autoridades brasileiras apresentem aos investidores estrangeiros um mínimo de segurança jurídica e transparência - o dique de contenção para evitar que continuemos a assistir ao redirecionamento de bilhões para outros mercados.

**Pedro Vianna de Ulhôa Canto é advogado, sócio do escritório Ulhôa Canto Advogados.**

**Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

LINK PATROCINADO

**Veja como eliminar seu problema de enxergar de perto ou ampliar visão**

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

**Chegou o Cashback SuperGet**

SUPERGET

LINK PATROCINADO

**Oferta especial para quem já comprou conosco, nova sandália ortopédica.**

CONFORTPLUS

LINK PATROCINADO

**Sofá Omega 2,30m Assento Retrátil e Reclinável Velosuede - NETSOFAS -**

MADEIRAMADEIRA

LINK PATROCINADO

**Queima de estoque do Xiaomi m5 e ainda frete grátis para todo Brasil**

SMFÁCIL

LINK PATROCINADO

**Clareador de manchas Melan-Free com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!**

MELAN-FREE

por taboola

---

## Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

**Bolsonaro faz apelo a caminhoneiros e diz que pode zerar impostos para baratear diesel**

# Estatais chegam a pagar mais de R\$ 1 mil em vale-alimentação

Relatório do governo mostra benefícios concedidos por empresas, muitas vezes não previstos em lei

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

03/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Tíquetes-alimentação acima de R\$ 1.000, pagos 13 vezes ao ano. Adicionais de férias que chegam a 100% da remuneração. Até R\$ 1.262 para custear educação de filhos de até 17 anos e 11 meses. Esses são alguns dos benefícios pagos por empresas estatais controladas pelo governo revelados no Relatório de Benefícios das Empresas Estatais Federais, divulgado pelo Ministério da Economia.

O documento dá transparência aos benefícios concedidos pelas empresas estatais, disse ao **Valor** o secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, Amaro Gomes. “Vários não são previstos em lei e são concessões das empresas”, afirmou. “Alguns os classificam como excessos ou privilégios.”

A lei determina que o adicional de férias pago aos empregados é de um terço do salário. Mas na Petrobras a gratificação corresponde a 100% da remuneração. Na petroleira, a assistência alimentar é de R\$ 1.254,48 ao mês. Os empregados contam com outros benefícios que não são usuais no mercado, como a necessidade de submeter as dispensas sem justa causa a um processo conduzido por três empregados e com possibilidade de defesa.

Na Eletrobras, uma prioridade no programa de privatizações, a média salarial é de R\$ 11.227 ao mês. Os empregados contam com 13 auxílios-alimentação de R\$ 1.202,34 ao mês e auxílio-creche de R\$ 863,83. A gratificação de férias corresponde a

75% do salário. O plano de saúde cobre gastos com pais dos funcionários nas seguintes empresas do grupo: Eletrobras, AmGT, Chesf, Eletrobras CGT Eletrosul, Eletronorte, Eletronuclear e Furnas.

A média salarial no BNDES é de R\$ 29.230. Os empregados contam com um auxílio para a educação de dependentes até os 17 anos e 11 meses, no valor de até R\$ 1.261,65. O auxílio alimentação é de R\$ 1.521,80 ao mês, durante 12 meses do ano, mas há também um auxílio cesta alimentação, de R\$ 654,88 ao mês, pago 13 vezes no ano. O plano de saúde se estende aos pais do empregado. E é concedido no pós-emprego, ou seja, depois que a pessoa se aposenta.

Na Companhia Docas do Pará, onde os empregados recebem uma média de R\$ 11.167 ao mês, a jornada de trabalho foi reduzida de 8 horas para 6 horas diárias sem a correspondente redução dos vencimentos. Para os funcionários mais antigos, a gratificação de férias é de 50% do salário.

As empresas estatais são orientadas a não conceder nenhum benefício que não seja obrigatório por lei, informou Amaro. “Mas a Sest não pode obrigar a empresa a fazer isso”, disse. “A decisão é um ato de gestão.” Mesmo a condição de acionista majoritária não permite à União adotar unilateralmente medidas para reduzir esses benefícios.

“A melhor arma que a gente pode ter para combater qualquer tipo de privilégio é a transparência”, diz em nota o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, Diogo Mac Cord.

O relatório se conecta com outro levantamento divulgado em novembro, com dados das 46 empresas referentes a 2019. Mostra que o rombo na previdência complementar do conjunto chega a R\$ 24,6 bilhões. Os aportes nesses planos somaram R\$ 8,1 bilhões em 2019. Já os gastos com planos de saúde chegaram a R\$ 10 bilhões. Os pagamentos a diretores podem chegar a R\$ 2,7 milhões ao ano.

A pasta prepara uma análise mais aprofundada desse conjunto de empresas, a ser concluída no primeiro semestre de 2021. Deverá propor, para cada empresa, um desses caminhos: manutenção como estatal, incorporação pela administração

direta, privatização ou liquidação. A decisão final sobre quais deverão ser liquidadas será tomada pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), comandado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

LINK PATROCINADO

**Chegou a sua vez. Somente até 28/02**

UNIASSELVI

LINK PATROCINADO

**A nova sandália ortopédica do momento, garanta a sua.**

CONFORTPLUS

LINK PATROCINADO

**Queima de estoque do Xiaomi m5 e ainda frete grátis para todo Brasil**

SMFÁCIL

LINK PATROCINADO

**Sofá Omega 2,30m Assento Retrátil e Reclinável Velosuede - NETSOFAS -**

MADEIRAMADEIRA

LINK PATROCINADO

**Clareador de manchas Melan-Free com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!**

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

**Pasta que remove riscos surpreende os moradores de Salvador**

BODY COMPOUND

por taboola

---

## Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

**Bolsonaro faz apelo a caminhoneiros e diz que pode zerar impostos para baratear diesel**

VALOR INVESTE

**Vacinas, Guedes e Bolsonaro não impedem novo mergulho do Ibovespa**

VALOR INVESTE



## Fenabrave culpa ICMS maior por queda de vendas

Segundo entidade, a elevação do tributo em São Paulo já se refletiu nas vendas; Secretaria da Fazenda reage

Por Marli Olmos — De São Paulo

03/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Depois de oito meses consecutivos de crescimento em relação ao mês anterior, a venda de veículos novos no país voltou a cair em janeiro. Com 171,1 mil unidades, o volume de licenciamento no mês passado foi 29,85% menor do que em dezembro.

Janeiro costuma ser um mês mais fraco nas vendas desse setor. Mas a comparação com janeiro do ano passado, que aponta para queda de 11,53%, mostra que o mercado de veículos continua a sofrer os efeitos da pandemia.

Alarico Assumpção Junior, presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos (Fenabrave), entidade que reúne as concessionárias, aponta vários motivos para a retração nas vendas de carros, comerciais leves, caminhões e ônibus

O “mais grave”, segundo ele, é a elevação do Imposto sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) em São Paulo. A alíquota do tributo para veículos novos foi de 12% para 13,3% na segunda quinzena do mês. Mas, disse o dirigente, já teve efeitos nas vendas dado o peso do mercado paulista. Segundo ele, São Paulo representa 29% da venda do país.

O presidente da Fenabrave considera a medida uma “majoração imoral” e a entidade decidiu questionar a alta do tributo na Justiça, incluindo o aumento de 1,8% para 5,52% na alíquota do ICMS na venda de carros usados.

A Secretaria da Fazenda e Planejamento reagiu às declarações do dirigente. “Dados da própria Fenabreve desmentem o presidente da federação”, destacou, por meio de nota. Incluindo os emplacamentos de motocicletas e implementos rodoviários, a secretaria destacou que enquanto no Brasil o volume caiu 24,52% em janeiro em relação a dezembro, em São Paulo a queda foi de 23,66%. Em relação há um ano a comparação também indica quedas menores.

“A pandemia teve efeitos sobre todos os segmentos econômicos”, completa a nota, ao acrescentar que uma quinzena teria sido tempo insuficiente para medir o reflexo da alta do imposto.

Além da polêmica em torno do imposto paulista, Assumpção Junior disse que a queda nas vendas também reflete a falta de componentes nas fábricas. Além disso, destaca, a segunda onda da pandemia levou à necessidade de restringir o horário de funcionamento do comércio em várias cidades.

A retração na demanda no primeiro mês do ano foi sentida também entre importadores de veículos. Segundo a Abeifa, entidade que representa o setor, em janeiro foram importadas, pelas marcas que não têm fábricas no país, 2,1 mil unidades, queda de 16,5% na comparação com o mesmo mês do ano passado. Na comparação com dezembro, o volume foi equivalente a uma queda de 17%.

Para Assumpção Junior, da Fenabreve, os resultados de janeiro poderão alterar as projeções para 2021. No início do mês passado, a entidade previu alta de 16% nos licenciamentos do ano.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

LINK PATROCINADO

**Você já comprou conosco, então apresentamos essa sandália ortopédica.**

CONFORTPLUS

LINK PATROCINADO

**Queima de estoque do Xiaomi m5 e ainda frete grátis para todo Brasil**

SMFÁCIL

LINK PATROCINADO

# Governo estabelece PEC Emergencial como prioridade

Ideia de reforma tributária ampla foi adiada

Por Lu Aiko Otta, Matheus Schuch e Ribamar Oliveira — De Brasília

03/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

Definidas as presidências da Câmara e do Senado, a agenda da equipe econômica prevê, entre as prioridades, a aprovação do Orçamento de 2021, da PEC Emergencial e da reforma administrativa. A ideia de reforma tributária ampla foi adiada. O governo concentrará esforços para aprovar a unificação de PIS e Cofins, com a criação da Contribuição sobre Operações com Bens e Serviços (CBS).

A intenção do ministro da Economia, Paulo Guedes, era adotar ajuste fiscal mais rigoroso. No entanto, encontra resistências dentro do próprio governo e de integrantes da nova base de sustentação do presidente Bolsonaro. A pressão por medidas que elevam os gastos, como a recriação do auxílio emergencial, aumentou e tem apoio de parte do governo, inclusive, de ministros próximos ao presidente.

Fontes informaram ao **Valor** que, embora haja consciência sobre a necessidade de controle do endividamento público, a pandemia está "se arrastando muito" e a "pressão das ruas" dificilmente será ignorada. A demanda diz respeito a medidas para impulsionar o crescimento e ajudar aqueles que estão sem renda.

Para os técnicos, o tema mais urgente é a aprovação do orçamento de 2021, sem o qual, há risco de o governo ficar sem respaldo legal para pagar salários a partir de março e sob pena de descumprir a Regra de Ouro, uma vez que não poderá também emitir dívida.

O INPC chegou a 5,45% em 2020, elevando de tal forma as despesas previdenciárias e assistenciais que não será possível fechar o Orçamento de 2021 sem fazer corte adicional nos investimentos e no custeio do governo. A proposta orçamentária, enviada pelo Executivo em agosto, já prevê o menor valor para as despesas discricionárias da série histórica. A única maneira de superar seria aprovar novas medidas para reduzir despesas obrigatórias, abrindo espaço para investimentos. É por essa razão que a área técnica defende a aprovação da PEC Emergencial, que cria instrumentos para cortar despesas.

A discussão está sendo coordenada pelo senador Márcio Bittar (MDB-AC), relator da proposta orçamentária e da PEC Emergencial. É uma discussão difícil, pois envolve cortes em áreas como saúde, educação, segurança pública e incentivos fiscais, uma forma de abrir espaço para novas despesas.

Uma alternativa é abrir crédito extraordinário no Orçamento deste ano para financiar programa de ajuda emergencial, durante esta fase mais aguda da pandemia. Seria uma versão mais bem focada do auxílio emergencial, com valor e prazo menores. O crédito extraordinário pode ser aberto por medida provisória e está fora do teto de gasto. Impactaria apenas a meta de resultado primário e, assim, o endividamento público.

A equipe econômica considera, ainda, que será necessário dialogar com os novos presidentes da Câmara e do Senado para avaliar quais temas poderão ser priorizados na janela de oportunidade que vai de agora até setembro ou outubro, quando começam as articulações para as eleições de 2022.

A saída de Rodrigo Maia (DEM-RJ) do comando da Câmara deve diminuir o antagonismo em relação ao ministro da Economia, Paulo Guedes, segundo avaliações internas do governo. No entanto, o Palácio do Planalto continuará com o desafio de formar maioria para aprovar suas propostas.

Para a área econômica, a janela de votações será mais bem aproveitada se forem priorizados os temas consensuais. São os casos dos novos marcos das concessões e da cabotagem, da lei do gás e da autonomia do Banco Central.

Os técnicos argumentam que são projetos que procuram dar mais segurança aos investidores. O ministro Guedes costuma dizer que essas alterações ajudam a transformar o perfil da recuperação econômica. Se no ano passado a economia foi puxada pelo consumo e influenciada pelo pagamento do auxílio emergencial e outras medidas de enfrentamento aos efeitos da pandemia, em 2021 a recuperação deverá vir dos investimentos.

Existe uma montanha de dinheiro lá fora, disse um interlocutor do ministro. A ideia é atraí-lo para a infraestrutura brasileira. Mas, para isso, é necessário dar segurança quanto à estabilidade fiscal no país, o que reforça a importância de se manter o teto de gastos.

Outro projeto que pode ser votado este ano é o da autonomia do Banco Central, que aponta para um reforço na estabilidade da moeda. A aprovação poderá ter impacto positivo no investimento e no emprego.

Esses são temas técnicos, que não envolvem disputa ideológica insuperável e que podem auxiliar na retomada da atividade econômica. Depois de aprová-los, será possível olhar para propostas que não têm consenso.

Do ponto de vista do Ministério da Economia, o mais viável é avançar com as propostas que tratam dos tributos federais, passando ao largo das disputas de Estados e municípios, o que ocorre no caso da discussão de uma reforma tributária ampla. Assim, poderia ser aprovada a reforma do PIS e da Cofins. Além dessa, a redução das alíquotas do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), que tem como contrapartida a taxação dos dividendos.

A reforma administrativa também é considerada como urgente, embora a equipe econômica esteja consciente do lobby que será feito das corporações de servidores junto aos parlamentares. A ideia é que esta reforma, se aprovada, terá um impacto positivo considerável nas expectativas dos investidores, favorecendo a retomada da economia.

O governo trabalha numa proposta de desoneração da folha, a carteira Verde-Amarela. Mas essa enfrenta oposição até de Bolsonaro, pois seria financiada com um tributo sobre transações, algo que ele critica desde os anos 1990.

# Pacheco e Lira negociam aprovar Orçamento até março

Presidente da Câmara cobrou de relator apresentação de parecer sobre a reforma tributária

Por Vandson Lima, Renan Truffi, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília

03/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Pacheco, novo presidente do Senado: aprovar peça orçamentária até março “é algo que o parlamento deve ao Brasil — Foto: Marcos Brandão/Senado Federal

O presidente Jair Bolsonaro e os novos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-PB), darão início hoje a um movimento de aproximação em torno de uma agenda comum.

Pacheco e Lira divulgarão uma declaração conjunta de acordo em torno de agendas prioritárias. Na sequência, farão juntos uma visita a Bolsonaro no Palácio do Planalto pela manhã.

A votação do Orçamento deste ano, que estava pendente por uma briga entre Lira e seu antecessor, Rodrigo Maia (DEM-RJ), será acelerada para que ocorra até o início de março. A aprovação das reformas tributária e administrativa no médio prazo também estão nas prioridades.

“Vamos buscar uma agenda imediata com o presidente da Câmara e com o presidente da República para podermos alinhar estratégias comuns”, afirmou Pacheco, que ressaltou ainda a necessidade de se encontrar uma solução o mais breve possível para a aprovação da peça orçamentária. “É algo que o parlamento deve ao Brasil. Fato é que será uma comissão de existência muito rápida. Vamos buscar a aprovação até o mês de março”.

Os trabalhos na Comissão Mista de Orçamento (CMO) ficaram inviabilizados pela disputa política e, diante do impasse, o Congresso Nacional teve de aprovar a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2021 diretamente no plenário, no fim do ano passado. Pelas regras regimentais, os integrantes da CMO de um ano têm que ser trocados no período seguinte, já que o mandato se encerra em março.

O líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), afirmou que os atuais mandatos dos parlamentares indicados para a CMO vão até a terceira

semana de março. A presidente da comissão deve ser a deputada Flávia Arruda (PL-DF) e o relator do Orçamento, o senador Márcio Bittar (MDB-AC).

A partir de março, uma nova composição da CMO seria instalada, com um senador como presidente e um deputado como relator do Orçamento de 2021 (que deveria ter sido analisado até dezembro), porque os mandatos acabam na última terça-feira do mês.

Caso a aprovação não ocorra, uma das alternativas na mesa seria permitir excepcionalmente a recondução dos membros. Uma proposta sobre isso já existe: um projeto de resolução apresentado pelo senador Lasier Martins (Podemos-RS). “Entendemos, no entanto, que deveria haver uma excepcionalidade à regra, pois na prática, a CMO não existiu em 2020”, justifica o parlamentar.

Outra possibilidade seria permitir que os integrantes continuassem, mas alternando o relator e o presidente da comissão para discussão respectivamente dos Orçamentos de 2021 e 2022.

Novo presidente da Câmara, Lira voltou a negar a possibilidade de retirar do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) a relatoria da reforma tributária. Ele pedirá ao parlamentar que apresente seu parecer sobre a proposta ainda esta semana para que o tema entre em discussão. “É mentira que vou tirá-lo. Dissolução de comissão é diferente de dissolução de relator”, disse.

A reforma tributária está em discussão na Câmara há um ano e meio. Os senadores também começaram a debater outra versão, proposta pelo ex-deputado Luís Carlos Haully (PSDB), e o governo enviou um projeto próprio, mais simples, de simplificação apenas de tributos federais.

Para unificar os textos, foi criada uma comissão mista, de deputados e senadores, algo que Arthur Lira sempre criticou pela falta de embasamento regimental. Aguinaldo é o relator dessa comissão mista e também da comissão da Câmara. Barros disse que pediu Aguinaldo que apresente seu relatório para que o governo possa examinar e opinar.



No curto prazo, o governo mira a aprovação do projeto de autonomia do Banco Central, que pode entrar na pauta da próxima semana, caso esse seja o entendimento da maioria dos líderes partidários, segundo Barros. As privatizações também estão no radar - por enquanto, a única enviada ao Congresso é da Eletrobras. Lira deve promover amanhã uma reunião com todos os líderes partidários para definir a pauta da semana seguinte.

Para o líder do governo, é possível que as reformas administrativa e tributária andem ao mesmo tempo, com parlamentares diferentes cuidando das duas.

**(Colaborou Fabio Graner)**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

LINK PATROCINADO

**Veja como eliminar seu problema de enxergar de perto ou ampliar visão**

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

**Oferta especial para quem já comprou conosco, nova sandália ortopédica.**

CONFORTPLUS

LINK PATROCINADO

**Queima de estoque do Xiaomi m5 e ainda frete grátis para todo Brasil**

SMFÁCIL

LINK PATROCINADO

**Sofá Omega 2,30m Assento Retrátil e Reclinável Velosuede - NETSOFAS -**

MADEIRAMADEIRA

LINK PATROCINADO

**Clareador de manchas Melan-Free com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!**

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

**Pasta que remove riscos surpreende os moradores de Salvador**

BODY COMPOUND

por taboola

---

## Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

# Pandemia leva a queda de 6% no consumo de combustíveis em 2020

Vendas totalizaram 131,7 bilhões de litros no ano passado, menor patamar desde 2012

Por André Ramalho — Do Rio

03/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

Em meio à crise econômica desencadeada pela pandemia de covid-19, o consumo de combustíveis no Brasil caiu 6% em 2020, ante o ano anterior. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), as vendas totalizaram 131,7 bilhões de litros no ano passado, o menor patamar anual desde 2012. O comportamento do mercado brasileiro no início de 2021, contudo, dá alguns sinais de recuperação.

Apesar da retração geral, o diesel, principal derivado comercializado no país, terminou 2020 relativamente estável, com alta de 0,3% no ano. O consumo de diesel, no Brasil, totalizou 57,4 bilhões de litros, impactado positivamente, em parte, pelas safras recordes de grãos.

Os números da agência reguladora sugerem que as vendas do combustível têm se mantido em alta. No segundo semestre, o crescimento do volume de diesel comercializado no país foi de 2,95%. Em dezembro, o avanço foi de 9,2%, na comparação com igual mês de 2019.

De acordo com o boletim de monitoramento do mercado durante a pandemia, divulgado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), os dados preliminares de vendas do combustível acumulavam em janeiro, até o dia 26, uma alta de 1,8% em relação a igual período de 2020.

Enquanto o diesel conseguiu se manter firme em 2020, por outro lado as medidas de isolamento social causaram impacto negativo nas vendas de gasolina e de etanol hidratado, combustíveis mais associados ao consumo das famílias, nos veículos leves. A comercialização de gasolina, por exemplo, recuou 6,1%, para 35,8 bilhões de litros. Já o consumo do biocombustível caiu 14,6%, para 19,25 bilhões de litros.

Com isso, o mercado do Ciclo Otto (veículos que rodam a gasolina/etanol) fechou 2020 com uma queda de 8,6%, em 49,3 bilhões de litros de gasolina equivalente. Os dados, porém, vêm melhorando. No quarto trimestre, a retração desse mercado foi de 1,7%, na comparação com igual período de 2019. Já em dezembro, as vendas no Ciclo Otto fecharam com alta de 0,25%.

Em 2021, o ano começou com trajetórias dissonantes para os dois combustíveis. De acordo com o boletim do Ministério, a gasolina começou 2021 com alta de 3%, enquanto o etanol apresenta queda de 5,1%.

O derivado mais impactado pela crise da covid-19, no entanto, foi o querosene de aviação, que registrou um declínio de 49,2% em 2020, para 3,5 bilhões de litros. Em janeiro, os números preliminares indicam para uma retração de 33%.

Na contramão da retração do mercado, além do diesel, outro combustível que cresceu em 2020 foi o gás liquefeito de petróleo (GLP). As vendas do derivado subiram 3% no ano passado, para 13,6 bilhões de litros, muito influenciadas pelas medidas de isolamento social, já que o principal uso do GLP é na cozinha, nas residências.

A comercialização do óleo combustível também terminou o ano passado em alta. As vendas do derivado, que são muito associadas à indústria e à geração termelétrica, cresceram 6,8%, para 2,019 bilhões de litros.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

**Você já comprou conosco, então apresentamos essa sandália ortopédica.**

CONFORTPLUS

## Piora da pandemia traz risco de recessão

Retomada depende de volta de circulação de pessoas e reedição do auxílio não preocupa, diz Ana Paula Vescovi

Por **Arícia Martins e Hugo Passarelli** — De São Paulo

03/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



Ana Paula Vescovi, economista-chefe do banco Santander: “As famílias voltam a consumir mais serviços à medida que a mobilidade se restabelece. Esse é um componente importante da recuperação do consumo” — Foto: Silvia Zamboni/Valor

Mesmo com a perspectiva de que o auxílio emergencial seja reeditado em 2021, a discussão sobre a sobrevivência ou não do teto de gastos foi superada e, se não houver uma piora adicional do quadro fiscal, o maior risco para a recuperação da atividade econômica seria um descontrole mais grave da pandemia. A avaliação é de Ana Paula Vescovi, economista-chefe do Santander, que enxerga uma nova leva do “coronavoucher” em 2021. “A pandemia trouxe uma convivência possível entre o plano político e a questão fiscal”, disse, em entrevista ao **Valor**.

No relatório “Proposições Macro para 2021”, antecipado ao **Valor**, a equipe econômica do banco afirma que as transferências fiscais devem ser parcialmente retomadas este ano, num montante total de R\$ 25 bilhões. Esse valor seria pago ao longo de quatro meses, para 30 milhões de beneficiários não incluídos no Bolsa Família, com recursos que viriam da abertura de créditos extraordinários.

“Seria um novo auxílio temporário, de três até seis meses, com um público-alvo mais focalizado do que na primeira edição, e com uma renda menor, mais perto da do Bolsa Família”, aponta a ex-secretária do Tesouro. Segundo a economista, o aumento com os gastos sociais deve ser compensado por alguma medida que ajude a conter o aumento das despesas obrigatórias, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial.

Já a janela para a aprovação de reformas mais estruturais é curta e deve ficar encavalada com a eleição de 2022. Mas se a brecha for bem aproveitada pelo Executivo, temas positivos podem avançar no Congresso ainda este ano, como a adição de mais pontos que reduzam despesas obrigatórias na PEC Emergencial, a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que consta da proposta de reforma tributária do governo, e a continuidade da melhoria de mais marcos regulatórios. “São questões positivas, mas não definidoras da questão fiscal”, pondera ela.

Em relação à atividade, Ana Paula afirma que a estimativa do banco de alta de 2,9% para o Produto Interno Bruto (PIB) este ano deve ser mantida, número que contabiliza leve retração no primeiro trimestre, estabilidade no segundo trimestre e recuperação mais expressiva somente a partir da segunda metade do ano.

A economista-chefe do Santander alerta, no entanto, que o cenário está totalmente ligado ao processo de retomada da circulação de pessoas e reabertura da economia e, conseqüentemente, ao cronograma de imunização. Assim, uma possível intensificação da pandemia, a partir de mutações mais transmissíveis do novo coronavírus, poderia levar a uma recessão técnica no primeiro semestre.

“

## Vejo o ano de 2021 como muito curto. Minha sensação é que 2020 ainda não acabou, pela extensão da pandemia”

Passada a fase mais aguda da crise, a economista alerta para agendas que deverão ser enfrentadas para retomar o PIB potencial, a começar pela redução da desigualdade, que deveria vir por meio de uma reforma tributária. Atrasos educacionais intensificados pela pandemia também devem deixar de legado um país menos produtivo.

Confira a seguir os principais trechos da entrevista:

**Valor:** *Com a deterioração do cenário econômico, o Santander deve rever para baixo a estimativa para o crescimento do PIB este ano?*

**Ana Paula Vescovi:** Não estamos com uma cabeça de mudar muito o cenário de atividade, que prevê crescimento de 2,9% para 2021. Vemos a atividade num passo bastante lento em 2021, mas com uma diferença: há uma queda suave no primeiro trimestre e uma recuperação um pouco mais aparente só no segundo semestre. Todo o nosso cenário está baseado na percepção sobre o processo de recuperação da mobilidade, que está bastante atrelado ao processo de vacinação, tanto no mundo, porque reabre a atividade global e reativa a economia, quanto no Brasil.

**Valor:** *No cenário de vocês, até o fim de 2021, cerca de metade da população brasileira estará imunizada. Isso seria suficiente para o país voltar a crescer mais próximo do ritmo potencial?*

**Ana Paula:** Estamos acreditando que a imunidade de rebanho, da forma como os imunologistas definem, será alcançada mais para o início de 2022. Mas à medida que o número de pessoas imunizadas, seja pela imunidade natural ou pela vacina, fique em uma escala maior, isso vai reduzir muito a mortalidade e a hospitalização. Na nossa visão, isso vai acontecer mais para o segundo semestre, o que é importante, porque permitirá que regras de contenção de mobilidade sejam relaxadas e que as pessoas tenham mais confiança na sua própria circulação. A partir daí, a gente vai começar a perceber o efeito de uma campanha de vacinação que vai começar gradual e vai ganhar tração.

**Valor:** *Como avalia a dinâmica do crescimento em 2021?*

**Ana Paula:** Não é nem de longe um crescimento perto do potencial. É apenas uma recuperação de parte do que sofremos de queda no ano passado. Temos um carregamento estatístico dado pelo processo de recuperação ao longo de 2020 que praticamente nos traz este número [crescimento de 2,9% projetado para 2021]. É uma economia crescendo de lado. A gente vê uma queda no primeiro trimestre, até porque a mobilidade se reduziu no período, e recuperação mais clara na segunda metade do ano.

**Valor:** *Há risco de que a economia entre em recessão técnica novamente no primeiro semestre?*

**Ana Paula:** A gente vê essa possibilidade somente se tiver algo excepcional dentro do cenário de pandemia. É um risco de cauda. Como, por exemplo, termos essa variante do vírus, que já está presente em Manaus e que imunologistas alegam que começou a aparecer em outras regiões do país, saindo do controle. Que tenhamos uma nova onda muito grave em termos de contágio, aumentando hospitalizações e mortes, muito em função de uma nova cepa de vírus.

**Valor:** *O Santander trabalha com outros cenários alternativos para 2021, diante do alto nível de incertezas?*

**Ana Paula:** Nós construímos essa ideia do cenário-base e do cenário alternativo em 2020 porque havia uma dúvida grande vindo da política fiscal. Mas saímos agora do cenário dual. No ano passado, a grande discussão foi se haveria reformulação dos programas sociais no Brasil e até que ponto isso seria ameaça ao teto de gastos. Não sabíamos se isso seria adotado ou não e por isso fizemos dois cenários: um benigno, em que o teto era respeitado, e um em que a gente perdendo a âncora fiscal, teríamos uma deterioração tal de condições financeiras que nos levariam a um cenário alternativo. Essa discussão foi superada. A pandemia trouxe uma convivência possível entre o plano político e a questão fiscal. O teto de gastos permite a criação de exceções, que são os créditos extraordinários, para fazer frente a situações excepcionais tal como pandemia.

**Valor:** *Essa convivência que a sra. cita permite a volta do auxílio emergencial este ano?*

**Ana Paula:** Pode vir uma nova edição de um auxílio emergencial dentro de um crédito extraordinário. Não seria mais um programa permanente, como um “Renda Brasil”. Seria um novo auxílio temporário, de três até seis meses, com um público-alvo mais focalizado do que na primeira edição, e com uma renda menor, mais perto da do Bolsa Família. Mas isso será de algum modo compensado com uma PEC Emergencial. Essa compensação vai ser descasada no tempo, e pode ser descasada em valor, mas deve haver algum esforço do meio político de apresentar alguma medida que ajude na contenção da despesa obrigatória permanente. Mas nada que seja para 2021; perdemos o “timing” para fazer algo com impacto neste ano.

**Valor:** *No relatório, o Santander fala de reformas compensarem gastos extraordinários este ano, para dar sinalização mais positiva ao mercado. Como a sra. vê a influência das novas presidências de Câmara e Senado nessa pauta?*

**Ana Paula:** Vejo o ano de 2021 como muito curto. A minha sensação é que 2020 ainda não acabou, pela extensão da crise pandêmica. E 2022 vai chegar muito mais cedo, porque as disputas eleitorais tendo em vista as eleições presidenciais vão ser antecipadas, dado essa fricção toda, principalmente na eleição da Câmara. Traduzindo isso para a janela de reformas, ela será muito curta. Por isso precisamos de uma pauta muito focada e pragmática do Ministério da Economia e da Presidência chegando agora ao Congresso, para que a gente tenha um bom uso do espaço aberto com a eleição dos candidatos preferidos do governo. Temos essa janela, mas precisamos saber usá-la.

**Valor:** *Quais projetos devem avançar no Congresso?*

**Ana Paula:** Vemos como itens muito positivos que podem vir nesta pauta a proposta de reformulação do relatório ainda não apresentado formalmente da PEC Emergencial, para adicionar mais impactos em termos de contenção de despesas obrigatórias; um esforço do governo em aprovar a lei do CBS [Contribuição sobre Bens e Serviços]; a continuidade da aprovação de marcos regulatórios setoriais, com textos que permitam abertura e aumento de competitividade em áreas como gás e cabotagem; a aprovação da autonomia do Banco Central, a simplificação da lei



cambial... São questões positivas, mas não definidoras da questão fiscal, e de termos como vislumbrar uma trajetória sustentada da dívida pública.

**Valor:** *Por que o risco fiscal não sai totalmente do cenário?*

**Ana Paula:** Qualquer medida que se aprove agora não tem efeito em 2021. E vemos pouco espaço para aprovarmos medidas com impacto mais contundente, como uma desvinculação, ainda que temporária, em dois ou três anos, de benefícios previdenciários assistenciais, ou uma reestruturação dos programas de assistência social, ou uma reforma tributária mais ampla, que não vai versar sobre despesas, mas que contribuiria para reestruturar a questão dos incentivos fiscais no Brasil, dos gastos tributários. Vamos precisar fazer uma reforma administrativa que trabalhe em várias frentes em termos de reconstrução do Estado brasileiro. A gente não vê condições de criar consensos tão difíceis neste momento e até provavelmente a construção de um novo governo em 2023.

**Valor:** *Quando a trajetória de alta da relação dívida/PIB será estabilizada?*

**Ana Paula:** Depois de alcançar um pico muito próximo de 100% do PIB, a dívida bruta deve, em 2027, começar um processo de convergência muito gradual, especialmente muito em função dos efeitos defasados da reforma da Previdência. Agora o que nos preocupa mais é que, ainda que a gente tenha um quadro externo de baixíssima vulnerabilidade, é muito difícil acreditar que o Brasil consiga manter por mais seis ou sete anos a geração de déficits primários. A lição dos ciclos econômicos é que eles nos trazem choques recorrentes.

**Valor:** *O risco é o Brasil chegar em uma eventual próxima crise com ainda menos espaço fiscal?*

**Ana Paula:** Sim. Se for preciso dar outro salto na dívida bruta, a gente não consegue impedir que as condições financeiras se deterioreem de forma muito severa. A gente não vai ver melhorias substanciais a ponto de podermos colher já em 2021 toda a melhora de condições financeiras internacionais porque isso passa pela retirada de riscos.

**Valor:** *Essa situação está tendo reflexos na taxa de câmbio?*

**Ana Paula:** Olhando para os fundamentos, a taxa de câmbio sofreria uma apreciação [o real se valorizaria em relação ao dólar] importante em 2021, ajudando a conter esse choque inflacionário e permitindo um ambiente mais favorável para os investidores. Mas vamos ter apreciação cambial muito menos intensa do que poderia acontecer em função da manutenção dos riscos idiossincráticos [pandemia e questão fiscal]. A gente não crê que as condições possam piorar, mas também não vemos que os riscos possam ser afastados.

**Valor:** *O dólar ainda alto aumenta as preocupações para a dinâmica inflacionária?*

**Ana Paula:** Fomos surpreendidos em 2020 com um repasse da depreciação cambial nos preços domésticos, ainda que com o hiato do produto muito aberto e uma grande ociosidade na economia. Isso é um sinal de que em alguns segmentos, especialmente nos industriais, não há mais espaço para compressão de margens. E isso se agrava na medida em que a gente vai ter um ciclo de alta de juros, encarecendo os serviços financeiros das empresas e das famílias.

**Valor:** *Quais as projeções para a inflação em 2021 e 2022?*

**Ana Paula:** Além de começar o repasse de margens pelas empresas industriais, vamos ter recuperação dos preços de commodities e uma pressão nos serviços por causa da alimentação fora de casa. Ainda estamos fechando os números, mas o IPCA deverá ficar dentro das metas de 2021 e 2022. Os núcleos de inflação ainda deverão ficar comportados, na casa de 3%.

**Valor:** *Quando deve começar o ciclo da alta da Selic?*

**Ana Paula:** A normalização deve começar no primeiro semestre e vai ser parcial. Pode ser que esse ciclo de alta se interrompa ainda em 2021. Antecipamos a perspectiva do segundo para o primeiro semestre, até pela comunicação da última ata. Ainda não está decidido no nosso cenário se a primeira alta será em março ou maio. Isso deve ser colocado na próxima revisão.

**Valor:** *O que podemos esperar para o consumo das famílias?*

**Ana Paula:** Vemos ainda mais espaço para endividamento das famílias porque, com essa queda de quase 7% da massa salarial ampliada (que inclui o auxílio emergencial), o crédito acaba sendo um canal natural de acontecer, lembrando que parte do consumo das famílias são questões essenciais.

**Valor:** *A chamada poupança precaucional formada durante a pandemia vai ajudar na retomada?*

**Ana Paula:** Mais do que a tese da poupança precaucional, acreditamos na recuperação da mobilidade inclusive para explicar esse consumo que não cai tanto, até cresce um pouco, ao redor de 2% [em 2021]. É a normalização da cesta de consumo. Ou seja, as famílias voltam a consumir mais serviços à medida que a mobilidade se restabelece. Esse é um componente importante da recuperação do consumo.

**Valor:** *Como será o legado da crise para a produtividade e capacidade produtiva?*

**Ana Paula:** A pandemia foi uma crise diferente porque ela não destruiu a capacidade produtiva de forma relevante. Nós fomos bem-sucedidos na sustentação da capacidade por meio de uma série de programas. Vai existir um processo de fechamento de firmas, que ainda não observamos, mas não vemos uma grande destruição de capacidade produtiva. Agora, temos uma perda educacional preocupante. Menos pessoas vão se formar e vai ter um problema de formação, então a produtividade vai ser afetada. Outro fator vai ser a tecnologia, que foi incorporada mais rapidamente na pandemia e traz mais produtividade. Mas, por outro lado, isso pode dificultar a recuperação da força de trabalho, então talvez o desemprego estrutural no Brasil aumente.

**Valor:** *O investimento estrangeiro pode ajudar na retomada?*

**Ana Paula:** O ambiente de negócios e o macroeconômico ainda não estão dando conta de trazer de forma relevante poupança externa e mais investidores estrangeiros e de colocar de forma mais contundente os investimentos, especialmente os em infraestrutura, para andar.

**Valor:** *O combate à desigualdade poderia ajudar a superar a crise?*

**Ana Paula:** A gente precisa dar um sinal mais claro enquanto sociedade de como vai resolver esse problema da desigualdade. Acreditamos que recuperar o PIB potencial brasileiro passa por medidas que também resolvam essa questão da desigualdade, e por isso nós insistimos muito nessa questão da reforma tributária, assim como na reestruturação da assistência social.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

LINK PATROCINADO

**Você já comprou conosco, então apresentamos essa sandália ortopédica.**

CONFORTPLUS

LINK PATROCINADO

**Veja como eliminar seu problema de enxergar de perto ou ampliar visão**

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

**Queima de estoque do Xiaomi m5 e ainda frete grátis para todo Brasil**

SMFÁCIL

LINK PATROCINADO

**Sofá Omega 2,30m Assento Retrátil e Reclinável Velosuede - NETSOFAS -**

MADEIRAMADEIRA

LINK PATROCINADO

**Clareador de manchas Melan-Free com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!**

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

**Pasta que remove riscos surpreende os moradores de Salvador**

BODY COMPOUND

por taboola

---

## Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

**Bolsonaro faz apelo a caminhoneiros e diz que pode zerar impostos para baratear diesel**

VALOR INVESTE

**Equipe econômica resiste, mas tem pronto modelo para auxílio emergencial**

## Setor privado preocupa-se com agenda de reformas

Segundo empresários, o desafio será conciliar o avanço na pauta liberalizante com o que chamaram de “gula fisiológica do centrão”

Por **Mônica Scaramuzzo** — De São Paulo

03/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

Empresários e executivos do mercado financeiro veem um cenário mais favorável para a retomada de agenda de reformas econômicas, com as eleições de Arthur Lira (PP-AL) para a presidência da Câmara e Rodrigo Pacheco (DEM-RJ) para a do Senado. Para o setor privado, contudo, o grande desafio do governo será resolver a equação para um novo formato do auxílio emergencial, com o recrudescimento da pandemia, com o compromisso de equilíbrio fiscal.

### Dólar tem firme queda e bolsa sobe após eleições no Congresso

De acordo com empresários ouvidos pelo **Valor**, o presidente Jair Bolsonaro saiu fortalecido dessas eleições, eliminando no curto prazo o risco de impeachment, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, ganhou mais uma sobrevida para emplacar sua agenda liberal.

“Foi uma vitória muito contundente do governo, com uma margem muito acima da esperada. O desafio vai ser conciliar a agenda de reformas e disciplina fiscal com a gula fisiológica do Centrão”, diz Ricardo Lacerda, fundador e presidente do banco de investimento BR Partners.

Segundo Lacerda, o país precisa urgentemente de reformas, sobretudo a administrativa e tributária. “Entra uma gestão do Congresso alinhada com o

Executivo. Mas o Centrão é Centrão: o ímpeto fisiológico sempre fala mais alto.”

No mercado financeiro, a eleição de Lira e Pacheco já era dada como certa. Mas, para fontes ouvidas pela reportagem, é preciso aproveitar a janela para colocar as pautas econômicas em votação ainda no primeiro semestre, antes que a corrida eleitoral tome conta da agenda do governo.

Embora o ambiente esteja mais favorável para debater a agenda liberal da equipe econômica, ainda há certo ceticismo por parte do mercado e da indústria para aprovação de reformas mais amplas e avanço das privatizações. “Não duvido que os temas serão colocados em pauta. Mas será que avançam? Guedes tem perdido força”, diz um executivo, que preferiu não se identificar.

Em seu relatório, a XP Investimentos destacou que Lira irá buscar o pagamento de todas as faturas empenhadas pelo governo para si mesmo e para seus apoiadores. “Para transformar a vitória em governabilidade, será preciso que Bolsonaro cumpra os compromissos firmados com os deputados que entregaram os votos na candidatura de Lira - foram prometidos bilhões em emendas e desde cargos em agências em municípios do interior até espaços no primeiro escalão do governo”, diz.

Marco Polo de Mello Lopes, presidente-executivo do Instituto Aço Brasil e coordenador da Coalizão Indústria, é mais otimista. Para ele, com a saída de Rodrigo Maia (DEM-RJ), há clima para aprovar as principais reformas estruturantes. Apoiador declarado do presidente Jair Bolsonaro, Lopes vê o Congresso e Senado mais alinhados aos pleitos da indústria e acredita na aprovação da reforma tributária.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) também defende a simplificação tributária e vê Congresso e Senado mais comprometidos com a vacinação. “Tanto Pacheco como Lira frisaram a importância da vacina. E isso é um sinal positivo para o mercado. Temos de dar previsibilidade”, diz Rafael Cervone Netto, vice-presidente da entidade.

A velocidade do programa de imunização será importante para a retomada da economia, diz Jorge Nascimento, presidente da Eletros, que reúne a indústria eletroeletrônica e de eletrodomésticos. Nascimento defende a manutenção do

auxílio emergencial em um valor abaixo dos R\$ 600, mas diz que tem de ter um compromisso do governo com o teto de gastos.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

LINK PATROCINADO

**Veja como eliminar seu problema de enxergar de perto ou ampliar visão**

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

**Oferta especial para quem já comprou conosco, nova sandália ortopédica.**

CONFORTPLUS

LINK PATROCINADO

**Queima de estoque do Xiaomi m5 e ainda frete grátis para todo Brasil**

SMFÁCIL

LINK PATROCINADO

**Sofá Omega 2,30m Assento Retrátil e Reclinável Velosuede - NETSOFAS -**

MADEIRAMADEIRA

LINK PATROCINADO

**Clareador de manchas Melan-Free com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!**

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

**Pasta que remove riscos surpreende os moradores de Salvador**

BODY COMPOUND

por taboola

---

## Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

**Bolsonaro faz apelo a caminhoneiros e diz que pode zerar impostos para baratear diesel**

VALOR INVESTE

**Índice de fundos imobiliários se aproxima do patamar pré-pandemia; veja os setores favoritos**

VALOR INVESTE

# STJ nega pedido de desistência em julgamento tributário inédito

Corte irá definir se incide ISS sobre a gestão de fundo de investimento estrangeiro

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

03/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Gurgel de Faria: pedido indica o intuito da empresa de desistir para evitar que seja formada na 1ª Turma orientação jurisprudencial contrária a seus interesses — Foto: Gustavo Lima/STJ

A 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) teve que definir ontem uma questão processual importante antes do julgamento de um tema inédito na Corte, o que trata da incidência de ISS sobre gestão de fundo de investimento estrangeiro. O contribuinte pediu a desistência do processo, em meio ao placar até então a favor da tributação. Os ministros entenderam, porém, que o caso deveria ser mantido e consideraram o pedido “deslealdade processual”.



O tema é polêmico por envolver uma prática adotada por contribuintes para evitar precedente contrário. E gera divergência no STJ, segundo afirmou na sessão o relator do processo, o ministro Gurgel de Faria. A Corte Especial autoriza a desistência (REsp 1159 042). Leva em consideração o Código de Processo Civil (CPC), que prevê a possibilidade a qualquer tempo, mesmo quando iniciado o julgamento.

Só haveria exceção, de acordo com a Corte Especial, para os casos em que se identifica interesse público na uniformização da jurisprudência ou quando fica evidente má-fé processual para não ser fixada jurisprudência contrária.

O pedido julgado ontem na 1ª Turma foi feito após um voto a favor e dois contrários no julgamento sobre a tese. O ministro Gurgel de Faria já havia negado a desistência em decisão monocrática (AREsp 1.150.353).

Para o ministro, o mérito, nesse caso, tem grande potencial paradigmático para casos futuros semelhantes. E não haveria, segundo ele, motivo plausível para a desistência, o que indica o intuito da empresa de desistir para evitar que seja formada na 1ª Turma orientação jurisprudencial contrária a seus interesses.

Na sessão de ontem, ponderando a existência de jurisprudência em sentido contrário, o relator negou novamente o pedido. Levou em consideração que o julgamento está bastante adiantado para a desistência e seria “emblemático”. “Esse pedido de desistência não deveria ser formulado depois de iniciado o julgamento”, afirmou.

Em seu voto, o ministro Benedito Gonçalves considerou a desistência uma “deslealdade processual” por ter sido apresentada quando o julgamento sobre o mérito da causa já estava avançado. Os ministros Sérgio Kukina e Regina Helena Costa também acompanharam o relator.

No entendimento da ministra, apesar de existir precedente contrário, o que se pretende nesse caso é preservar o Poder Judiciário de ser levado a se manifestar e, uma vez que a parte não é atendida, desistir da ação. “Penso que isso não rima com interesse público”, disse. O julgamento do mérito será retomado com o voto-vista do ministro Benedito Gonçalves.

O julgamento na 1ª Turma sobre a desistência teve apenas quatro votos, já que o ministro Napoleão Nunes Maia Filho se aposentou por idade na virada do ano. É dele o voto divergente no julgamento do mérito, que discute a caracterização da exportação de serviços de gestão de fundo de investimento.

O caso é da Onyx Equity Management, uma gestora de investimentos no Brasil que atua para outras no exterior. Para a gestora, ela está exportando serviço e, por isso não incidiria ISS. A cobrança vem do município de São Paulo.

No STJ, a gestora pede o reconhecimento de não incidência de ISS sobre as receitas no período de outubro de 2012 a janeiro de 2014, resultado da atividade de gestão de investimentos em outros países da América Latina. Ela pede na ação a condenação do município de São Paulo à restituição dos valores recolhidos.

O recurso, relevante para as gestoras, segue um caminho discreto no STJ, o que faz o advogado da gestora, Leonardo Augusto Andrade, sócio do escritório Velloza Advogados Associados, ponderar se seria mesmo um “leading case”. O processo começou a ser julgado como agravo, um recurso que não trata do mérito.

O pedido era para que fosse reconsiderada decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) que negou o recurso ao STJ. A Corte superior não apenas aceitou julgar o recurso como já começou a analisar o mérito. “Nem sabíamos se seria possível sustentar [apresentar defesa oral] nesse caso, mas vimos numa questão de ordem de alguns anos atrás que seria possível”, afirma o advogado.

Como há divergência, o fundo pode recorrer da decisão no próprio STJ. Segundo Andrade, o pedido de desistência é uma decisão da parte, que não precisa informar motivo. “Assim como a parte pode decidir recorrer, e isso é um direito subjetivo, também é subjetivo se arrepender de ter recorrido”, diz. O advogado ainda irá consultar o fundo sobre a possibilidade de recurso. Não há previsão sobre a retomada do julgamento de mérito.

**Veja como eliminar seu problema de enxergar de perto ou ampliar visão**

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

**Você já comprou conosco, então apresentamos essa sandália ortopédica.**

CONFORTPLUS

LINK PATROCINADO

**Queima de estoque do Xiaomi m5 e ainda frete grátis para todo Brasil**

SMFÁCIL

LINK PATROCINADO

**Sofá Omega 2,30m Assento Retrátil e Reclinável Velosuede - NETSOFAS -**

MADEIRAMADEIRA

LINK PATROCINADO

**Clareador de manchas Melan-Free com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!**

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

**Pasta que remove riscos surpreende os moradores de Salvador**

BODY COMPOUND

por taboola

## Conteúdo Publicitário

---

### VALOR INVESTE

Índice de fundos imobiliários se aproxima do patamar pré-pandemia; veja os setores favoritos

### VALOR INVESTE

Bolsonaro faz apelo a caminhoneiros e diz que pode zerar impostos para baratear diesel

### VALOR INVESTE

Equipe econômica resiste, mas tem pronto modelo para auxílio emergencial

 COMENTÁRIOS

---

Mais do Valor **Econômico**

# “Guedes corre mais risco com Lira do que com Maia”, diz Mendonça de Barros

Para Ribeiro, da MCM, governo pagará mais caro por reformas menores

Por **Carolina Freitas** — De São Paulo

03/02/2021 05h00 · Atualizado há 3 horas

---



Luiz Carlos Mendonça de Barros: Quem tem que mudar é Paulo Guedes, para extrair do Congresso o que é possível — Foto: Silvia Costanti/Valor

O economista Luiz Carlos Mendonça de Barros, ex-ministro das Comunicações e ex-presidente do BNDES, afirma que o risco de Paulo Guedes deixar o Ministério da Economia aumenta com a mudança na presidência da Câmara dos Deputados. Na segunda-feira, os parlamentares elegeram Arthur Lira (PP-AL), candidato apoiado pelo governo, para o lugar de Rodrigo Maia (DEM-RJ). Mendonça de Barros diz que Guedes tem agora espaço e tempo limitados para as reformas e que, se exagerar na ambição, vai ser demitido.

O economista coloca um horizonte de três meses para ver como Guedes vai se comportar diante de Lira em relação à agenda econômica. Nesse intervalo, deve ser selado o destino do ministro. O novo presidente da Câmara, aponta Mendonça de Barros, não é afeito a valores liberais como era Maia.

“Maia teve uma atuação importante em relação à agenda econômica nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro. Foram tempos conflituosos com o Ministério da Economia, mas por culpa do Paulo Guedes”, afirma o economista. “É muito difícil lidar com o Congresso em relação a temas de economia de mercado. O governo precisa ter humildade - que não é o caso de Guedes - e estar preparado a aceitar situações que não são exatamente como ele queria, a negociar. Quem tem que mudar é Paulo Guedes, para extrair do Congresso o que é possível de ser extraído.”

Mendonça de Barros diz que a estrutura do Congresso está afinada com Bolsonaro e que, se Guedes decidir enfrentar esse arranjo, perderá o cargo de ministro. “Bolsonaro está preparado politicamente para enfrentar os próximos dois anos de mandato, em aliança com o Centrão. Se Guedes não entrar nessa dinâmica, vai ser mandado embora”, diz. “Vai depender do perfil psicológico de Guedes dentro dessa nova realidade política.”

Para Mendonça de Barros, a agenda econômica “possível” em que Guedes deve apostar inclui a adaptação do Orçamento ao teto de gastos para acomodar a questão contábil de ter de recriar um auxílio emergencial. Além disso, o economista vê como provável o avanço do projeto que trata da independência do Banco Central. Para o ex-ministro, no entanto, está descartado o avanço da reforma tributária. “Esquece, não vai sair. É melhor deixar como está”, diz. “Não se mexe em algo tão complexo e construído ao longo de 30 anos, especialmente em ano pré-eleitoral. Só vai tensionar o ambiente.”

O analista político Ricardo Ribeiro, da MCM Consultores, também afirma que a equipe econômica deveria moderar expectativas. Ele afirma que, com Lira na Presidência da Câmara, o governo pagará mais caro por reformas menores do que as que poderia ter promovido no primeiro ano de mandato do presidente e com a Casa sob comando de Maia. Ribeiro diz que, em 2019, o governo “desperdiçou a chance de avançar na agenda econômica”.

“O quadro no Congresso agora se assemelha com o do começo de 2019 em termos de haver um clima favorável à agenda do governo”, afirma Ricardo Ribeiro. “A diferença é que agora o governo vai ter de pagar um preço muito mais alto, em cargos e verbas, para obter o que quer. O tempo para promover essas reformas também diminuiu brutalmente.” O resultado deve ser a aprovação de medidas “desidratadas”. Exemplo dessa perda seriam, na reforma administrativa, não conseguir cortar o percentual esperado de servidores e não fazer com que as mudanças tenham validade para funcionários públicos hoje em serviço.

Ribeiro antevê uma janela no Congresso para aprovação de medidas econômicas até novembro. Depois disso, as eleições presidenciais de 2022 vão contaminar qualquer debate. Para o analista, o ideal será que até o fim deste primeiro semestre os parlamentares tenham resolvido o Orçamento e a PEC Emergencial nas duas Casas.

Na visão do analista, o apoio do Centrão para o governo nestes primeiros meses de 2021 já foi precificado nos cargos e verbas negociados para a eleição de Lira. “Os acordos com Lira e o Centrão são muito pragmáticos. É toma-lá-dá-cá. Enquanto o governo atender aos pedidos do Centrão, o relacionamento será positivo.”

Assim como Mendonça de Barros, Ribeiro não vê a reforma tributária como uma prioridade de Lira e acha improvável que o presidente da Câmara dê sequência ao projeto inspirado nas ideias do tributarista Bernard Appy, que tinha sido apadrinhado por Baleia Rossi (MDB-SP) e Maia. Para o analista, deve ser aprovada nada mais do que uma “minirreforma tributária”, com unificação do PIS-Cofins e ao menos a análise da proposta de Guedes para recriação da CPMF.

Para o analista político da XP Investimentos Paulo Gama, as medidas econômicas para reduzir os impactos da pandemia serão o primeiro teste do poder de fogo do governo junto à cúpula do Congresso.. A questão envolve fatores que serão decisivos também em outras pautas de interesse da equipe econômica: redução de custos de um lado e a pressão política para ampliar gastos de outro.

O analista prevê que fevereiro será tomado pela discussão sobre o Orçamento 2021 na Câmara e que o debate sobre a PEC Emergencial deve se prolongar até março, começando pelo Senado. Na PEC, as partes terão de tratar da redução de despesas e da obediência ao teto de gastos. Esses projetos vão balizar a discussão sobre quais benefícios o governo poderá oferecer diante da crise potencializada pela pandemia. O cientista político Rafael Cortez, sócio da Tendências Consultoria, espera que até o fim de abril o governo seja capaz de tratar com o Congresso desses temas centrais da agenda fiscal. “Para afastar o risco gerado pela falta de confiança.”

Cortez lembra que Lira e o Centrão não são agentes de reformas econômicas, mas, por outro lado, não há emenda constitucional que seja aprovada sem o apoio desse grupo. “Lira não será um porta-voz da pauta liberal do ministro da Economia. Será tarefa de Guedes dar peso à sua agenda.”

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

LINK PATROCINADO

**Veja como eliminar seu problema de enxergar de perto ou ampliar visão**

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

**Você já comprou conosco, então apresentamos essa sandália ortopédica.**

CONFORTPLUS

LINK PATROCINADO

**Queima de estoque do Xiaomi m5 e ainda frete grátis para todo Brasil**

SMFÁCIL

LINK PATROCINADO

**Sofá Omega 2,30m Assento Retrátil e Reclinável Velosuede - NETSOFAS -**

MADEIRAMADEIRA